

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**SOBRE AS ÁGUAS A MEMÓRIA**  
**Relações de poder e subjetividades durante a implantação da**  
**Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)**

**Por**

**CEZAR KARPINSKI**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma**

**FLORIANÓPOLIS**  
**2007**

**CEZAR KARPINSKI**

**SOBRE AS ÁGUAS A MEMÓRIA**  
**Relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina**  
**Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma

Florianópolis  
2007

## FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB - 9/924

K18s Karpinski, Cezar  
Sobre as águas a memória : relações de poder e  
subjetividades durante a implantação da Usina  
Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001) / Cezar  
Karpinski. – Florianópolis, SC : [s. n.], 2007  
142 f.

Orientador: Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade  
Federal de Santa Catarina

1. Usina Hidrelétrica Salto Caxias – Paraná – História  
2. Usinas hidrelétricas – Aspectos sociais 3. Usinas  
hidrelétricas – Impactos ambientais 4. História regional 5.  
Migração 6. Interação social 7. Memória social 8.  
Historiografia I. T

CDD 20. ed. 981.62  
907.2

**CEZAR KARPINSKI**

**SOBRE AS ÁGUAS A MEMÓRIA**  
**Relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina**  
**Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma

Aprovado em 01 de março de 2007.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. MARCOS FÁBIO FREIRE MONTYSUMA (Orientador)**  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> JOANA MARIA PEDRO**  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> YONISSA MARMITT WADI**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> EUNICE SUELI NODARI (Suplente)**  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a **Tereza Pfeffer**,  
minha **mãe**, com todo meu amor e admiração.

## AGRADECIMENTOS

Ao **João Leonildo Tomasini**, companheiro de todas as horas, ombros de todas as lágrimas e braços de muitas alegrias.

Ao meu irmão **Cleverson Karpinski** pelo apoio, incentivo e esforço nessa caminhada de família e à minha cunhada e também historiadora **Ângela Leila Rabel do Prado**.

À minha amada mãe **Tereza Pfeffer**, por ter vencido mais uma etapa de nossas vidas, superando a minha ausência e fazendo deste tempo um recomeço.

Ao meu pai, **Sezefredo Karpinski** que, do seu jeito, sempre acreditou em seus filhos.

Ao meu orientador **Marcos Montysuma**, por ter abraçado meu projeto e por tudo que me ensinou neste período. Para sempre lembrarei de sua simplicidade, generosidade e seu amor pela história de vida daqueles com quem convive.

A todos os **moradores da região de Salto Caxias** que me acolheram em suas casas, se dispuseram a responder minhas questões e que tornaram possíveis as interpretações presentes nesta dissertação.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* de Toledo pela concessão de afastamento integral com remuneração.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC por tornar possível a realização desta pesquisa.

À querida **Maria Nazaré Wagner**, secretária do PPGH-UFSC, pela disponibilidade e paciência no trato com as questões burocráticas.

### **Aos Professores:**

**Roselane Neckel**, pelas preciosas colaborações na qualificação desta dissertação e pela amizade nutrida neste tempo;

**Joana Maria Pedro**, pela dedicação ao ofício de historiadora e prestimosas colaborações nas discussões teórico-metodológicas deste trabalho;

Do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, em especial à **Cristina Sheibe Wolff**, **Maria Bernardete Ramos Flores** e **João Klug** pelo ótimo convívio nas disciplinas;

Do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas **Luiz Fernando Scheibe**, **Paulo Krischke** e **Cláudia Santos** pelas discussões instigantes apresentadas na disciplina “Meio ambiente, Educação e Cultura política”.

**Aos amigos:**

**Yonissa Marmitt Wadi** pelo incentivo desde os primeiros passos desta pesquisa, pelo carinho que sempre me dedicou e por aceitar fazer parte da minha “Banca de Mestrado”;

**Davi Félix Schreiner** e **Jandir Ferrera de Lima** pela gentileza de partilhar comigo materiais de suas pesquisas e pelas orientações em outros tempos;

**Marilene Fátima Donadel** pelo apoio, amizade, companheirismo, auxílio nas referências e confecção da Ficha Catalográfica;

**Jefferson Hartmann**, **Loia Mallmann**, **Débora Saling**, **Estela Possamai**, **Edson Cabral**, **Marisa Medeiros** e **Simone Arnt** pelas mensagens de carinho e saudades que sempre me enviaram;

**Alexandre** e **Fabiane Bós** pelos anos de convívio e por tudo que fizeram por mim e minha família;

**Bernardo Reitz**, **Daniel Andriotty**, **Nadir Carboneri**, “**Serginho**” **Lealdini Priscila De Sena** e **Sarita Locks de Souza** por tornarem minha estadia em Floripa muito mais agradável;

“**Dona Mari**”, minha vizinha, pelos deliciosos pratos de comida que me levava ao perceber que eu só estudava e não tinha tempo de “comer direito”;

**Robson Laverdi**, **Fernanda Pamplona Ramão** e **Adriane M. Eede Hartwig** pelas horas de diálogo, pela visita que me fizeram e pela partilha de vida e conhecimentos;

**André Ricardo Bechlin** pelas longas “conversas” via internet e pelo exemplo de amor e dedicação à sua mãe **Lourdes Bechlin** (*in memoriam*);

Aos funcionários de todas as bibliotecas da Unioeste, especialmente às bibliotecárias **Márcia Sbaraini** e **Jeanine Barros**;

A todos os colegas do mestrado especialmente **Cláudia Nichnig**, **Francimar Petroli**, **Patrícia Schmidt** e **Adriana Fraga Vieira** pelas palavras de apoio, pela partilha de angústias e por rir comigo em momentos que desejávamos chorar!

**Muito Obrigado a todos e todas!**

***Toda compreensão começa com o fato de  
que algo nos interpela.***

Hans-Georg Gadamer



## **RESUMO**

A proposta deste trabalho é a de historicizar as diversas relações sociais ocorridas durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e que foi inaugurada no dia 26 de março de 1999. O Rio Iguaçu foi bloqueado por uma barragem de 67m de altura por 1083m de comprimento dando origem a um reservatório de 131Km<sup>2</sup> que atingiu nove municípios situados entre as Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Um dos objetivos deste estudo é o de pensar as diversas relações e situações vividas pela população atingida antes, durante e depois da instalação da hidrelétrica. É um estudo sobre as práticas e os discursos nutridos por relações de poder que se deram no intuito de construir subjetividades. Desde os estudos de impacto ambiental até os enfrentamentos entre população e empreendedora, esta pesquisa buscou interpretar os múltiplos olhares e interesses que foram constituindo os diversos sujeitos envolvidos neste processo. Utilizaram-se como fontes os Estudos de Impacto Ambiental referentes à hidrelétrica em questão e as histórias relatadas por alguns moradores da região de Salto Caxias obtidas através de entrevistas orais.

Palavras-chave: Hidrelétrica Salto Caxias, Atingidos por barragens, Migração, Impactos Ambientais.

## **ABSTRACT**

The proposal of this work is the of to tell the history the several social relationships happened during the introduction of Hydroelectric Power Plant Salto Caxias, an enterprise of the Companhia Paranaense de Energia (COPEL) and that was inaugurated on March 26, 1999. The Iguaçu River was blocked by a dam of 67m of height and by 1083m of length creating a reservoir of 131Km<sup>2</sup> that reached nine municipality placed among the West and Southwest Regions of Paraná State, Brazil. One of the objectives of this study is to think the several relationships and situations lived by the population reached before, during and after of the installation of the hydroelectric power plant. It is a study on the practices and the speeches nurtured by relationships of power which were given in the intention of building subjectivities. From the studies of environmental impact to the conflicts among population and enterprising, this research looked for to interpret the multiples glances and interests that went constituting the several subjects involved in this process. It was used as sources the Studies of Environmental Impact to the hydroelectric power plant in question and the histories told by some inhabitants of Salto Caxias' area obtained through oral interviews.

Words-key: Hydroelectric Power Plant Salto Caxias, Reached for dams, Migration, Environmental Impacts.

## **LISTA DE FIGURAS**

MAPA 1 – MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO RESERVATÓRIO DE SALTO CAXIAS .....	03
--	----

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA POR MUNICÍPIO – JULHO DE 1993 .....	43
TABELA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS – 1970/2000 .....	45

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório  
CEPEDAL - Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina  
CGH – Centrais Geradoras Hidrelétricas  
CITLA - Clevelândia Industrial Territorial Ltda.  
CMI – Capitalismo Mundial Integrado  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
COPEL – Companhia Paranaense de Energia  
COSACA – Comissão dos Prefeitos dos Municípios Atingidos por Salto Caxias  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CRABI – Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
ENERSUL – Estudos Energéticos da Região Sul do Brasil  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
GEM-CX – Grupo de Estudos Multidisciplinar da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias  
GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisas Econômicas  
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná  
GPG – Grande Projeto Governamental  
IAP – Instituto Ambiental do Paraná  
IBGE – Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MABESC – Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MW – Mega Watts  
NEPA – *National Environmental Policy Act*  
PBA – Projeto Básico Ambiental  
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas  
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UHE – Usina Hidrelétrica  
UNEP – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – O BRASIL, AS ÁGUAS E A LEI</b> .....	22
1.1 DE ESTOCOLMO AO BRASIL: UMA HISTÓRIA SOBRE DISCUSSÕES AMBIENTAIS .....	27
1.2 O ESTUDO E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: DÚVIDAS, INCERTEZAS E QUESTIONAMENTOS .....	31
1.3 O EIA DAS HIDRELÉTRICAS E O FATOR POPULACIONAL.....	35
<b>CAPÍTULO 2 – ENTRE RELATÓRIOS E SILÊNCIOS</b> .....	37
2.1 POLÍTICA ENERGÉTICA E CARTOGRAFIA POPULACIONAL DAS MICRORREGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ.....	37
2.2 SABERES INSTITUÍDOS, MANUAIS ESTIPULADOS .....	55
2.2.1 HIDRELÉTRICAS E POPULAÇÃO: ESTUDOS E INTERPRETAÇÕES .....	56
<b>CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES E SITUAÇÕES: DIVERSOS SUJEITOS, ALGUMAS INSTITUIÇÕES E VÁRIAS “ALTERNATIVAS”</b> .....	73
3.1 TUDO COMEÇOU COM A NOTÍCIA: “A USINA VEM AÍ...” .....	74
3.2 O GEM-CX COMO INSTITUIÇÃO INTERMEDIADORA DOS CONFLITOS EM SALTO CAXIAS.....	92
3.3 BARRAGEM ERGUIDA, REPRESA FORMADA: A AUSÊNCIA DOS AMIGOS E A REVOLTA DAQUELES QUE FICARAM .....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>FONTES</b> .....	118
<b>ENTREVISTAS</b> .....	118
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	119
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120
<b>ANEXOS</b> .....	126

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### APRESENTAÇÃO

*A historicidade que nos domina é belicosa e não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.<sup>1</sup>*

As águas calmas e tranqüilas do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Caxias<sup>2</sup> não conseguiram sufocar as diversas tramas do processo de sua formação. As situações “belicosas” que envolveram os empreendedores da usina e a população atingida nos sensibilizaram e nos desafiaram a escrever uma versão historiográfica sobre as diversas relações de poder e a constituição de subjetividades ocorridas durante o processo de implantação desta hidrelétrica.

Esta pesquisa representa um anseio de perceber em alguns “detalhes” a “inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas” dos vários sujeitos que se constituíram e foram envolvidos neste processo. O que sempre nos instigou durante esse trabalho foi o anseio em deslindar o processo relacional vivenciado entre sujeitos de um mesmo espaço a partir da inevitabilidade de mudanças e de transformações. A construção de uma hidrelétrica, ao mesmo tempo em que divide temporalidades, faz emergir

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. *In. Microfísica do poder*. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, p.5.

<sup>2</sup> Através da Lei nº 14467 de 21/07/2004 a Usina Hidrelétrica Salto Caxias passou a ser denominada Usina Hidrelétrica Governador José Richa, porém, nesta dissertação utilizaremos apenas UHE Salto Caxias. Para maiores informações sobre a referida Lei cf. <http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/6c0580efa19ff3ac83256fdd0065f99c/804731073bea176503256ee1004307c1?OpenDocument>. Acesso dia 10/01/2007.

uma multiplicidade de tempos e espaços. O “antes” e o “depois” da construção são permeados pelo “agora” da reconstituição. As dicotomias Rio-Lago, Terra-Água, Serras-Superfície, Barulho-Silêncio, Passado-Presente passam a ser percebidas no dia-a-dia da população atingida. Aliados a estas, estão os diversos sentimentos daqueles que foram e dos que ficaram: as saudades, as lembranças, os esquecimentos, os gritos e os silêncios.

Junto a estes fatores estão também os “detalhes” do “durante a construção”. Os conflitos, os medos, os sonhos, os discursos, as promessas, as esperanças, os fracassos e as conquistas também fazem parte da história de vida daqueles que se viram no “caminho das águas”. Todos esses sentimentos tornaram inteligíveis as várias ações que se desencadearam e aguçaram nosso olhar de historiador. Os empreendedores, os representantes do saber técnico-científico, as obrigatoriedades legais da política ambiental brasileira, os camponeses, os comerciantes, os políticos, os religiosos e as suas diversas relações fazem parte deste estudo.

Além disso, as diversas formas de dominação, os embates no canteiro de obras e as parcerias que se constituíram e se desfizeram ao longo do tempo nos instigaram a historicizar esse emaranhado de relações de poder que ocorreram durante a implantação da UHE Salto Caxias. Num território caracterizado como “paraíso”, na escrita de um dos atingidos<sup>3</sup>, surgem conflitos por múltiplos interesses, sejam eles, sociais, econômicos, políticos ou religiosos com o intuito de constituir, construir e agrupar subjetividades.

---

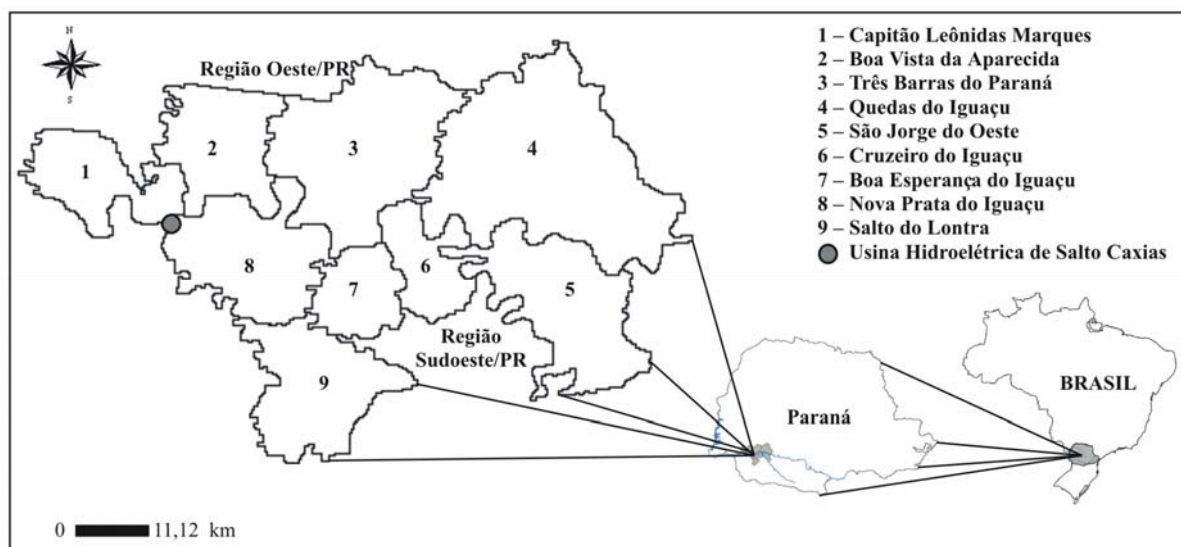
<sup>3</sup> Daqui pra frente, cada vez em que eu for me referir às pessoas atingidas pelas águas dos lagos das barragens as tratarei como *atingidas* ou *atingidos*.



### “DETALHES” IMPORTANTES...

A UHE Salto Caxias é um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL Geração), possui uma capacidade de 1.240 Mega Watts (MW) de potência e custou cerca de 1 bilhão de dólares<sup>4</sup>. Foi inaugurada no dia 26 de março de 1999 e deve garantir, segundo o discurso da COPEL, o benefício da energia elétrica para mais de 4 milhões de pessoas até o ano de 2015. Com técnicas avançadas, os engenheiros conseguiram bloquear o Rio Iguaçu em pouco tempo e com a maior racionalização possível de seus recursos energéticos. A barragem fez emergir um lago de 131 km<sup>2</sup> que engoliu vilas, propriedades rurais, casas, lavouras, escolas, capelas e florestas. O mapa abaixo nos mostra a localização da UHE Salto Caxias e dos nove municípios atingidos.

MAPA 1. MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO RESERVATÓRIO DE SALTO CAXIAS



Fonte: PIACENTI *et. all.* (2002)

Os estudos de viabilidade de construção desta hidrelétrica foram feitos nas décadas de 1960 e 1970, contudo, o início das construções se deu em 1994. Para esta pesquisa estamos delimitando os anos de 1989 a 2001 devido às

<sup>4</sup> Sobre os dados técnicos, custos e benefício desta UHE cf. COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA. **Usina Hidrelétrica de Salto Caxias**. Disponível em: (<http://home.copel.com:9090/PagCopel.nsf/docsap/BE9D34467AAAF883403256B760042E91F?OpenDocument&secao=GER%3Ausinas%3Ahidreletricas&>). Acesso em 22/06/02.

narrativas e acontecimentos significativos anteriores ao início das construções e posteriores à sua inauguração. Este espaço temporal nos possibilitou algumas interpretações relacionadas ao antes, o durante e o depois do advento da Usina sobre a história de vida dos habitantes daquela região.

Antes de se erguer a barragem com a alocação dos enormes blocos de concreto<sup>5</sup>, muitos conflitos se estabeleceram às margens do rio que seria represado. De um lado a COPEL que precisava retirar da área as 1025 famílias cujas propriedades seriam diretamente atingidas pelo alagamento; do outro lado, uma organização popular liderada por alguns atingidos que exigiam seus direitos e estudavam a melhor maneira de serem ressarcidos pela perda de suas propriedades.

Influenciado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), este movimento popular nasceu num momento de intensas discussões sobre a instalação da Usina. Fortaleceu-se com a adesão de inúmeros atingidos que foram capazes de desafiar o próprio medo e embargar a obra a fim de exigir sua participação nas discussões do processo. Sua força se tornou notória e a “ameaça do povo” fez a COPEL recuar e se reorganizar para negociar com estes atingidos. No interior da organização, os líderes conclamavam a sociedade à partilhar de seu movimento de luta que se identificaria como Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI).

Contudo, nem todos os habitantes da região estavam de acordo com a CRABI. Outros setores da sociedade também organizados em instituições representativas tinham outros interesses que, nesses primeiros momentos, convergiam para a construção da barragem. Os denominados “indiretamente atingidos” se irmanaram aos representantes da empreendedora com seus discursos de desenvolvimento e crescimento econômico que a hidrelétrica traria à região. Faziam parte deste grupo os comerciantes, empresários, cerealistas e políticos.

---

<sup>5</sup> Para a construção da barragem da UHE Salto Caxias foram utilizadas novas técnicas. Em vez de erguerem uma parede maciça de concreto, foram usados blocos de concreto unidos entre si através de material especializado. Segundo os técnicos, esse processo agilizou e adiantou o término da obra.

Entendemos que na construção de uma UHE se determinam como atingidos vários fatores integrantes daquele espaço, que vão do meio ambiente (contendo fatores abióticos e bióticos) ao ser humano. Para responder à pergunta “Quem são os atingidos por uma barragem hidrelétrica?” de forma ilustrada, poderíamos usar as peças de um dominó em fileira no sentido vertical. A queda da primeira peça desencadeia o tombo de todas as outras. Neste caso específico, utilizo as noções de direta e indiretamente atingidos para os sujeitos que, de certa forma, sofreram alguma alteração no seu estado de vida (social, cultural ou econômico) advindo da construção da barragem. Destes, os diretamente atingidos são aqueles que tiveram suas propriedades alagadas, seriam a “primeira peça” (do chamado efeito dominó) a cair no processo de transformações sociais ocorridas durante a implantação de uma Usina.

Sendo assim, um dos primeiros fatores analisados no processo de construção da barragem de Salto Caxias foi o levantamento de quem seriam os direta e indiretamente atingidos. Com essa delimitação é que se delegou o direito e a legitimidade para reivindicar indenizações e compensações financeiras. Por exemplo, nos enfrentamentos com a COPEL, a CRABI exigiu um plano de indenização que visasse à permanência dos atingidos na terra, pois o trabalho na agricultura era o que tinham em comum. Para os líderes do movimento o reassentamento seria uma das formas mais justas de se indenizar os que seriam diretamente atingidos e era isso o que reivindicavam.

Já para os moradores das cidades, que no caso de Salto Caxias não seriam alagadas, outras formas de compensação foram exigidas. Os prefeitos, por exemplo, exigiam obras de infra-estrutura, pontos de lazer, construções como ginásio de esportes, quadras esportivas e aquisição de maquinário agrícola. Os comerciantes se sentiam compensados pelo movimento intenso que o comércio teria com o advento das obras que trariam um montante significativo de novos moradores nas cidades. Desta forma, uma multiplicidade de objetivos se entrelaçou durante a construção da UHE Salto Caxias tornando aquele espaço propício para vários jogos de interesse.

Deste modo, a viabilização do empreendimento exigia da COPEL uma postura frente a estes interesses, a fim de acelerar as discussões em torno das compensações financeiras e amenizar as tensões. Com este intuito a empreendedora formou o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (GEM-CX) cujo objetivo foi o de agregar os diversos setores envolvidos em conflitos ou que nutriam algum interesse relacionado à UHE Salto Caxias.

Através dos estudos preliminares contidos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e das discussões realizadas entre os vários segmentos no GEM-CX, foi feito o levantamento de todos os que seriam diretamente atingidos pelo reservatório e a COPEL apresentou o seguinte projeto de indenização:

1º. grupo: Os proprietários com área superior a 12hectares, total ou parcialmente atingida, teriam seus imóveis, bem como as benfeitorias destes, comprados a preço de mercado;

2º. grupo: Os proprietários com até 12hectares, além de posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários, residentes ou não na área atingida, cuja atividade econômica seria inviabilizada pelo empreendimento, seriam indenizados através de reassentamento ou carta de crédito.

Das 1.025 famílias pertencentes a este segundo grupo, 425 escolheram a carta de crédito e 600 preferiram o reassentamento. Aos pertencentes ao primeiro grupo e aos que escolheram a carta de crédito, a COPEL providenciou o pagamento e a locação de cada família. Para o reassentamento foram adquiridas 10 áreas, num total de 18.590hectares em municípios localizados na região Oeste do Paraná.

Um dos primeiros objetivos desta pesquisa foi de perceber como os atingidos chegaram até essas formas de indenização. Como se deram as relações entre os direta e indiretamente atingidos e como estes últimos lidaram com a realidade posterior ao término das construções. Além disso, nos interessavam também a noção de pertencimento e não pertencimento à CRABI e as relações deste movimento social com a COPEL no decorrer do tempo. Perceber e

interpretar como se estabeleceram as relações de parceria que se constituíram ao longo da implantação da Usina e em quais circunstâncias foram possíveis as táticas e estratégias de resistência entre os atingidos.

Paralelamente, também nos deparamos com um discurso constante por parte da COPEL de que a UHE Salto Caxias era a primeira hidrelétrica brasileira a obedecer todas as normas da legislação ambiental brasileira. Neste sentido, fomos pesquisar o que realmente significa no Brasil “obedecer às normas ambientais” na construção de uma UHE. Daí nos motivou um segundo objetivo, o de entender em quais fundamentos se baseiam os estudos que legitimam a construção de uma barragem. Nesta incursão aos estudos prévios à instalação da UHE Salto Caxias vários fatores nos fizeram questionar as formas, o conteúdo e a metodologia destes estudos. São saberes que se impõem às realidades de determinado espaço e que, pelo poder que lhes são conferidos por lei, desencadeiam todo o processo vivido pelos atingidos.

### **ALGUMAS JUSTIFICATIVAS...**

As pesquisas sobre barragens e seus atingidos são constantes no Estado do Paraná, principalmente na Região Oeste. Tais estudos foram desencadeados com a implantação da Binacional Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujas obras se iniciaram em 1978 e onde uma barragem de enormes proporções represou um dos sete maiores rios do planeta (Rio Paraná) entre os municípios de Terra Roxa e Foz do Iguaçu além das terras paraguaias. Com a inundação de uma área de 1.350 Km<sup>2</sup>, uma população estimada em 40 mil pessoas foi afetada somente do lado brasileiro.<sup>6</sup> Seus impactos ambientais, econômicos e sócio-culturais vêm sendo profundamente estudados pelas Universidades do Estado do Paraná através de inúmeras pesquisas, trabalhos de conclusão de curso e pós-graduação. O questionamento sobre as mudanças e o que elas acarretam ao

---

<sup>6</sup> cf. RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

meio ambiente, à economia e no cotidiano das populações locais são fatores que instigam vários pesquisadores.<sup>7</sup>

Com as usinas estaduais não poderia ser diferente. O potencial energético do Rio Iguaçu foi inventariado como parte dos Estudos Energéticos da Região Sul do Brasil (ENERSUL) entre os anos 1967 a 1969. Esses estudos possibilitaram a construção de inúmeras hidrelétricas durante as décadas de 1970 a 1990, entre elas a UHE Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago e Salto Osório, durante a década de 1980, e a UHE Salto Caxias na década de 1990.<sup>8</sup>

Sendo assim, se tornou pertinente nossa abordagem a esta última hidrelétrica do Rio Iguaçu, tendo em vista as mudanças políticas e econômicas ocorridas no país desde a implantação da UHE Itaipu. Foi relevante para o presente estudo o confronto entre as pesquisas já realizadas e dos questionamentos que se deram neste espaço de tempo. Acreditamos que as mudanças de cunho político e social por parte das políticas energéticas governamentais, são extremamente visíveis principalmente as que tratam sobre meio ambiente e indenizações.

Além disso, a preocupação dos estudos historiográficos sobre atingidos por barragens do Estado do Paraná foi a de dar visibilidade aos processos de lutas e embates entre aqueles que tiveram que sair de suas propriedades contra o Estado ou órgão empreendedor. Neste sentido, os trabalhos acadêmicos se pautaram nestas lutas e principalmente no processo de migração involuntária<sup>9</sup> que ocorreu na região oeste nestes períodos de construção das UHEs (1970-1990).

---

<sup>7</sup> Somente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) existem 19 trabalhos de conclusão de curso, 14 monografias de especialização *Lacto Sensu*, 02 dissertações de mestrado e 03 Teses de doutorado referentes a alunos e professores desta Instituição de Ensino Superior (IES). Com assuntos variados, estes trabalhos enfatizam estudos sócio-econômicos, impactos ambientais e, principalmente, a história das populações atingidas pelas barragens das Hidrelétricas na região Oeste e Sudoeste do Paraná, seus embates, resistência e migração. (Fonte: Sistema Gerenciador de Bibliotecas da UNIOESTE, 2006).

<sup>8</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. **Relatório de impacto ambiental**. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993, p.1.2.

<sup>9</sup> Por migração involuntária entendemos a mobilidade obrigatória de sujeitos que, por fatores exógenos, se colocam itinerantes num processo de deslocamento de territórios, viveres e práticas sociais. Essa migração implica uma vida entre dois universos: aquele no qual está se inserindo e aquele que deixou. Para mais informações cf. RAISON, J.P. Migração. Tradução de Irene Gil. In: **Enciclopédia Einaudi, v.8. Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996.

A nossa contribuição neste campo de estudos é a de pensar como se articulam as experiências de resistência a um projeto hidrelétrico. Se num primeiro momento a historiografia tinha como objetivo dar visibilidade aos sujeitos relegados ao silêncio nesses processos de construção de barragens, nosso intuito foi o de perceber em quais circunstâncias ou experiências esses sujeitos se constituíram como atores ou não de resistência à implantação desses projetos.

Nesta perspectiva buscamos compreender os diversos tempos presentes num mesmo sujeito que sempre está se constituindo em modos diferentes de subjetivação. Por exemplo, no ano de 1993, enquanto os membros da CRABI embargavam a obra a fim de exigirem melhores indenizações os comerciantes criticavam esse ato por estarem de acordo com os discursos do desenvolvimento e crescimento econômico que a Hidrelétrica traria a região. Posteriormente, lá por 1998, quando os comerciantes lutavam por indenizações ao comércio devido à falta dos moradores que migraram devido a construção da barragem, a CRABI se fazia “parceira” da COPEL nas reuniões do GEM-CX. Essas relações dicotômicas e paradoxais que emergiram no momento da incursão às fontes da pesquisa nos mostraram que as relações de resistência também se alteram com o passar do tempo e com a mudança de interesses.

Sendo assim, a escrita de uma história sob o ponto de vista relacional desmistifica uma porção de características dadas como naturais e imutáveis. Além disso, questiona o “como” e o “porquê” das invisibilidades das experiências de dominação e de preconceito, possibilitando ao leitor várias possibilidades de interpretação sobre o mesmo fato. Estas reflexões foram suscitadas através das obras de autores como Michel Foucault, Félix Guattari, Suely Rolnik, e Joan W. Scott que fizeram parte do ainda chamado e necessário “referencial teórico” desta pesquisa.

## **SOBRE AS FONTES E METODOLOGIA...**

Utilizei como fonte para essa pesquisa o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA que é um segmento do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, em sua seção específica sobre os Estudos Sócio-Econômicos e Culturais da região afetada e que é o primeiro dos inúmeros documentos exigidos por Lei para a construção de uma Hidrelétrica. A análise do EIA/RIMA nos possibilitou perceber como o órgão responsável pelo empreendimento viu a população. O empreendedor da UHE Salto Caxias é o próprio Estado na pessoa jurídica da COPEL Geração, sendo assim, este documento deslinda as várias relações que o Estado do Paraná teve com este território que seria alagado.

Implícito a este documento está uma crença na validade irrestrita e universal do discurso científico. O que percebemos durante as leituras a esta fonte foi uma prevalência da capacidade técnica sobre os demais aspectos da vida social, uma vez que os saberes populares com seus viveres cotidianos não são considerados.

Outro documento muito importante que nós utilizamos foi o relatório da consultoria prestada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) assinado pelas prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Maria José Reis e Cecília Maria Helm.<sup>10</sup> O referido relatório é parte integrante do “Manual de Avaliação de Impactos Ambientais” do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) pelo qual, o órgão paranaense se baseia para avaliar os Estudos de Impactos Ambientais de Grandes Projetos, entre eles, as Hidrelétricas.

Tal relatório possui inúmeros artigos sobre os problemas sociais causados pela construção de hidrelétricas de autoria de vários antropólogos e sociólogos tais como: Silvio Coelho dos Santos, Ilse Scherer-Warren e Neusa Maria Bloemer além das duas acima, que são autores de vasta bibliografia sobre impactos de grandes projetos. O objetivo aqui não foi o de questionar as obras

---

<sup>10</sup> REIS, Maria José; HELM, Cecília Maria. (org.) **Relatório técnico**. Florianópolis: UFSC, 1993. (mimeografado)



desses autores e sim explicitar que a principal preocupação deste relatório foi a demonstração das reflexões, durante as últimas décadas do século XX, sobre os Grandes Projetos e os impactos que o fenômeno da migração poderia causar nas localidades atingidas por estes projetos.

Este documento confirma que os deslocamentos populacionais compulsórios conduzem à depressão e tristeza pela perda de um local de origem, e que um projeto de reassentamento deveria contemplar fatores de motivações, características de personalidade, idade, sexo e saúde, que dariam a determinados indivíduos maiores condições de enfrentar o processo.

De certo modo, a COPEL levou essas considerações em conta na instalação do reassentamento de Salto Caxias, porém, não se tem um estudo de como se deveria agir com a população que ficaria nas cidades atingidas pela barragem. Para meu questionamento, levo em conta esse “silêncio” das pesquisas sobre aqueles que permanecem, pois se o documento pelo qual o IAP se baseia nos procedimentos de avaliação dos impactos ambientais não fornece uma problematização neste sentido, questionamos como se dão as relações de amenização de impactos ambientais às populações que não migram. Além de estarem às margens do reservatório, podem estar também à margem dos saberes instituídos sobre os vários impactos que estes projetos governamentais causam.

Outra fonte para essa pesquisa foram as histórias relatadas por alguns moradores da região de Salto Caxias através de entrevistas orais. Neste sentido me utilizo de dois tipos de materiais:

- a) fontes gravadas e transcritas;
- b) formulários preenchidos a mão contendo respostas a questões pontuais.

No primeiro caso, utilizei várias entrevistas realizadas na região de Salto Caxias entre os anos de 1999 a 2001 e que fazem parte do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina (CEPEDAL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/*Campus* de Marechal Cândido Rondon-PR. Tais entrevistas foram realizadas pelo professor Dr. Davi

Félix Schreiner na sua pesquisa de doutorado em História e em muitas delas os atingidos narram como eram suas vidas antes da construção da barragem, como receberam as notícias da construção e os primeiros diálogos entre os moradores e a CPT no intuito de se organizarem contra a instalação da Usina. A opção em escolher esse material se deu por três motivos: primeiro porque os depoimentos recolhidos por Schreiner são de pessoas que conhecemos durante esta pesquisa e que, de certa forma, já haviam contribuído para as discussões iniciais de nossa problemática; segundo, por uma questão prática, pois assim, não foram necessários novos deslocamentos e entrevistas às pessoas que já haviam passado por este processo; e terceiro, pela dificuldade em conseguirmos gravar nossas conversas com os atingidos que, muitas vezes, se negavam a ter suas falas gravadas.

Com relação às entrevistas com perguntas pontuais, utilizamos material de uma pesquisa de iniciação científica que foi realizada sob a coordenação dos Professores de Ciências Econômicas da UNIOESTE Jandir Ferrera de Lima (doutor em Desenvolvimento Regional) e Carlos Alberto Piacenti (mestre em Agronegócio) no ano de 2001. Nessa época, participei como bolsista e visitei todos os municípios atingidos pela UHE Salto Caxias aplicando questionários aos moradores do campo e das cidades da região. São mais de cem relatos que trouxeram dados extremamente importantes sobre a vida dos moradores depois da instalação da Hidrelétrica.

Muitos destes questionários foram escritos pelos próprios moradores, outros nós, os bolsistas, transcrevíamos as falas das pessoas que aceitavam ser entrevistadas. Através destes relatos foi possível perceber como os moradores vivenciaram o momento posterior à construção da Usina. As respostas mais instigantes foram as da seguinte questão: “O desenvolvimento gerado pela Usina compensou o impacto ambiental causado pela sua construção?”. Nestas escritas, os moradores descrevem fatos que dão conta de uma série de questões não debatidas sobre as formas de amenização aos impactos que seriam sofridos pelos moradores que permaneceriam nas cidades lindeiras<sup>11</sup>, além das diversas

---

<sup>11</sup> São chamadas de cidades lindeiras aquelas que se localizam nas proximidades do reservatório de uma UHE.

relações, tensões e conflitos vivenciados durante a construção da barragem. Tais questionários se encontram no Laboratório do Grupo de Estudos e Pesquisas Econômicas (GEPEC) da UNIOESTE/*Campus* de Toledo-PR.

O re-lembrar o passado está muito presente nos diálogos que tivemos com a população atingida pela UHE Salto Caxias. Neste sentido, há uma constante busca, pela Memória, dos fatos e das situações que se desenvolviam antes da construção da Usina, de como era a vida antes do reservatório e, principalmente, as relações com o espaço físico e social daquele território. Durante a pesquisa, percebemos que em todas as perguntas, o recurso de “lembrar” era constante. Nestes momentos, vários olhares foram lançados ao chão ou ao horizonte, várias frases foram entrecortadas por silêncios, por sorrisos e também por lágrimas. Nestes minutos de conversa, muitas reações foram se mostrando: as expressões de orgulho, desprezo, tristeza, alegria, saudades. Expressões que não podemos descrever e que poderíamos denominá-las como indizíveis, porém, fizeram parte dessa pesquisa.

Nesta “invasão” à Memória<sup>12</sup> que fazemos numa pesquisa que procura ouvir os próprios atores de determinado evento histórico é necessário muito cuidado no trato com a escrita dessas narrativas. Por isso, nos preocupou entender esse recurso tão utilizado pela metodologia da História Oral que é a Memória. Além disso, acreditamos que a Memória que se faz narrativa numa entrevista é permeada por vários objetivos, é organizada, selecionada e reflete de maneira ímpar as diversas temporalidades que constituíram o sujeito que narra. As falas, as lembranças, os silêncios, os esquecimentos, os olhares, os risos e as lágrimas são os fragmentos das conseqüências do tempo na constituição das subjetividades do narrador.

---

<sup>12</sup> Sobre a historicidade, problematizações e matrizes teóricas da categoria “Memória” cf. SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre História e Memória. **Estudos Ibero-Americanos**, v.32, n.1, p.85-97, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

Neste sentido, um historiador das Memórias também é tocado pelo que ouve e também se constitui nesse processo de Memória e História. Não se faz alheio às narrativas e pode interagir nesse processo “imortalizando” as falas de seus depoentes através da escrita. Entendemos que neste momento é que o historiador emerge como aquele que dá “corpo” às memórias quando as seleciona e as interpreta dentro de uma perspectiva historiográfica.<sup>13</sup> Às memórias narradas ou escritas pelos atores sociais de determinado evento histórico, se juntam os diversos objetivos e interesses do historiador. O historiador faz parte desse processo tanto quanto aqueles que narram suas memórias, pois se constitui também nessas incursões às memórias dos depoentes. Além disso, as entrevistas são também momentos em que se desenvolvem várias relações de poder que podem constituir inúmeros processos de subjetivação.

Como bem nos lembra Marcos Fábio Freire Montysuma<sup>14</sup> estas relações de poder existem e não podem ser negligenciadas por aqueles que utilizam fontes orais em seus trabalhos historiográficos. Pois, se de um lado, aquele que entrevista pode manipular, estipular, direcionar a entrevista, escolher e recolher aquilo que relata, exercendo com isso um tipo de “poder”, do outro lado, pode ocorrer a inversão desses papéis, pois o “poder” também emerge no depoente na medida em que julga e elabora conceitos durante sua narrativa. Contudo, como afirma Montysuma, essa relação jamais pode suprimir a palavra e a voz do outro, alertando-nos sobre a postura ética que

---

<sup>13</sup> No caso desta pesquisa, procuramos estabelecer diálogos a partir das perspectivas da Nova História Cultural que evoca todas as formas de análise histórica a partir da categoria Cultura. Não é uma história temática cujos objetivos sejam historicizar as formas de cultura como arte, música e literatura – embora esses temas também possam ser abordados –, mas um “olhar” sobre a história a partir das mudanças de perspectivas e não das rupturas. É uma historiografia que se distingue dos *Annales* e do Neo-Marxismo Inglês a partir do momento em que passa a ver a Cultura como a interface constituidora de sujeitos e sociedade. Entre os vários assuntos inovadores da Nova História Cultural estão as Relações de Gênero, o Imaginário, Raça/Etnias, Subjetividades e Relações de Poder. Para mais detalhes sobre a Nova História Cultural cf. a clássica obra de HUNT, Lyn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>14</sup> MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**, v.32, n.1, p.117-125, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p.120.

devemos ter, “uma vez que lidamos com interpretações e relatos significados na memória, contidas nas falas das pessoas”.<sup>15</sup>

Entendemos que o sujeito que narra se torna parte das memórias daquele que escuta e vice-versa, num processo constante que perpassa as categorias indivíduo e sociedade – individual e coletiva – trabalhando diretamente nas subjetividades do historiador e do entrevistado. Neste sentido, as Memórias narradas nas entrevistas orais e as que estão escritas nos questionários fazem parte de um fenômeno social, permeado por questões individuais e coletivas, que emergem num momento de comunicação discursiva com objetivos e interesses que refletem as inúmeras relações de poder existente dentro de uma sociedade. Além disso, passam por vários filtros que vão desde o entrevistador que seleciona as perguntas e dirige o diálogo até as interpretações dos leitores e daqueles que se debruçam sobre as falas constituídas pelas Memórias. Acreditamos ainda que nos momentos do diálogo e da narrativa, as subjetividades vão se constituindo diante das emoções, sentimentos e imagens daquele que narra e daquele que ouve. Sendo assim, um trabalho que leva em conta as Memórias e as subjetividades apresenta apenas alguns facho de luz sobre o emaranhado de situações e vivências de um passado que se quer apresentar.

Nestas incursões aos relatos com fontes orais nos apoiamos no referencial teórico-metodológico da História Oral. Os escritos de Alistair Thomson e Paul Thompson entre tantos outros<sup>16</sup> nos fizeram entender as diversas relações entre memória, narrativas e história. Já o artigo de Montysuma alerta aos historiadores às várias questões de ordem prática no recolhimento e no uso das fontes orais.

---

<sup>15</sup> Ibidem., p.118.

<sup>16</sup> As discussões sobre história oral que permearam a feitura desta pesquisa além dos autores supracitados foram: ALBERTI, Verena. **História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1990; MORAES, Marieta de (org). **História Oral**, Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.; Idem. **Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral**, Rio de Janeiro: FGV, 1994; MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**. São Paulo. Ed. Contexto, 1992.; PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História** n. 14, fev.1997. São Paulo: EDUC.; Idem. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Revista Projeto História** n. 10, São Paulo: EDUC, 1993.; Idem. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História** n 14, fev.1997. São Paulo: EDUC e FERREIRA, M ; AMADO, J. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Alistair Thomson<sup>17</sup> sempre relaciona subjetividade e memória à história oral. Segundo ele, dessa relação surge uma dialética entre memória e identidade, pois cada sujeito constrói sua identidade através do processo de contar histórias para si mesmo e para outras pessoas. Thomson também afirma que as histórias lembradas não são representações exatas do passado, mas, acrescenta, trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às identidades e aspirações atuais.

Para Paul Thompson<sup>18</sup>, a apresentação da história com evidência oral abre novas possibilidades que criam habilidades essenciais para julgar/questionar evidências. Para ele, a raiz da história oral é a experiência da vida comum, assim, escrever uma história que utiliza evidência oral, quer sozinha quer junto com outras fontes, não requer em princípio muitas habilidades especiais além das necessárias para qualquer texto histórico. Afirma ainda que as entrevistas, como todo testemunho, contêm afirmações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informações tão válidas quanto as que podemos obter em qualquer outra fonte humana.

Quanto ao trato com os documentos orais que permeiam as interpretações dessa pesquisa, procuramos agir, como nos pede Montysuma, com respeito e sinceridade com o dito alheio. Este trabalho apresenta entrevistas com questões temáticas que estão aqui inscritas no intuito de levantar questionamentos e possibilitar algumas interpretações à problemática abordada nesta dissertação. Conforme Montysuma, a ação de pesquisar através de fontes resultantes do contato com seres humanos tem nos possibilitado a produção de materiais extremamente importantes e viáveis para o ofício do historiador. Contudo, “exigem tratamentos e destinos apropriados, como uma condição para assegurar a seriedade e continuidade do trabalho realizado em campo e, por extensão, do nosso ofício”.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup>THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Revista Projeto História** (15) abr. 1997. São Paulo: PUC-SP, 1997.

<sup>18</sup>THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>19</sup> MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. *op. cit.*, p.118.

Desta forma, as questões que apresentamos neste trabalho são frutos de leitura e cruzamento dessas fontes com um referencial teórico que tem como objetivo perceber as diversas relações que ocorrem no interior das experiências vividas e narradas. As incursões aos documentos relacionados aos estudos prévios à instalação da usina nos possibilitaram perceber as relações do Estado do Paraná com uma população que habitava uma região propícia à construção de um projeto governamental. Neste caso é uma hidrelétrica, mas existem inúmeros casos de desapropriação de área de terra por “utilidade pública” tais como rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e outros tipos de usinas energéticas. As pesquisas nas localidades e as narrativas dos moradores demonstraram um amálgama de situações e de conflitos entre a população atingida e a COPEL e, além disso, as diversas relações de conflito dentro da mesma categoria dos atingidos.

## **A ESTRUTURA E O CONTEÚDO**

A presente dissertação foi dividida em três capítulos. Nos dois primeiros nos debruçamos sobre as questões que envolvem os estudos de impacto ambiental interpretando as formas pelas quais o Estado e os “Saberes” perceberam as regiões atingidas por barragem.

Neste sentido, no capítulo **O Brasil, as águas e a lei** nos colocamos diante da realidade do nosso país que procura aproveitar os recursos hídricos para a geração da energia possibilitadora do crescimento e desenvolvimento econômico. Este primeiro capítulo tem o objetivo de contextualizar a constituição da legislação ambiental brasileira tendo como “pano de fundo” a construção de hidrelétricas. Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972 até a criação de uma Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1986, o Brasil procurou inserir em sua agenda a “questão ambiental”. Veremos que essas ações de política ambiental nasceram das imposições que os bancos internacionais fizeram àqueles países que

pleiteavam financiamentos para as obras causadoras de impactos ambientais. A legislação ambiental da década de 1980 inicia as discussões sobre impactos ambientais e sobre os estudos de viabilidade ambiental de projetos que causam transformações nas regiões de sua origem. Desta forma, surge o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) como instrumentos capazes de levantarem dados a fim de avaliação de impactos ambientais. Sendo assim, veremos algumas discussões e críticas sobre esses documentos na bibliografia especializada.

No capítulo 2 “**Entre relatórios e silêncios**”, apresentamos nossas impressões e reflexões sobre dois documentos que se tornaram decisivos na implantação da UHE Salto Caxias: O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Relatório Técnico sobre a temática “Hidrelétrica e População”. Acreditamos que o uso de EIA/RIMA como fonte histórica é pertinente no sentido de que reflete intenções e ações de um tempo específico. A escrita muitas vezes tendenciosa e ambígua deste documento aliada às narrativas dos moradores que viveram nas regiões analisadas pelo documento em questão nos possibilitou interpretar e relacionar seu papel e importância na construção de uma UHE. Com esta perspectiva o item “Política energética e cartografia populacional das microrregiões oeste e sudoeste do Paraná” discutirá especificamente o RIMA da UHE Salto Caxias.

Os estudos de impactos ambientais desta hidrelétrica foram iniciados no ano de 1990 e entregues para avaliação no final de 1993. Para esta pesquisa nos utilizamos apenas de alguns itens como o histórico dos estudos sobre hidrelétricas no Rio Iguaçu, a caracterização ambiental da região, a integração regional da área de abrangência e, principalmente, os diagnósticos sobre a história, os viveres e o patrimônio cultural, artístico e arqueológico da região de Salto Caxias. Procuramos contrapor os dados do RIMA a outras leituras e narrativas sobre a região a fim de estabelecermos e interpretarmos algumas das ambigüidades presentes nesta fonte.

A partir do momento que o EIA/RIMA foi entregue ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o projeto de construção da UHE Salto Caxias



passou por uma avaliação. Foi a leitura do EIA/RIMA que possibilitou aos técnicos do IAP aprovar ou não a viabilidade da obra para a concessão das Licenças necessárias para a implantação do projeto. Neste momento, ocorreu a chamada Avaliação dos Impactos Ambientais cujo EIA/RIMA são os principais instrumentos de análise. Neste sentido, nos preocupou entender quais eram os critérios utilizados pelos responsáveis do IAP para aprovar ou não um EIA/RIMA e conseqüentemente fornecer as licenças ambientais. Neste sentido, buscamos nas fontes algo que nos possibilitasse compreender também as relações entre aqueles que elaboram um estudo desse porte e aqueles que se debruçam sobre eles para avaliar e aprovar ou não um projeto de tal porte.

Neste sentido, o capítulo 2 tem também o objetivo de dar conta de algumas respostas a esta questão. No item “Saberes instituídos manuais estipulados” apresentamos uma síntese do relatório da consultoria prestada pela UFSC, documento pelo qual o IAP se baseou para realizar a avaliação do EIA/RIMA da UHE Salto Caxias. Neste capítulo interpretamos esse relatório a fim de perceber o uso das Ciências Humanas e os estudos de atingidos por barragens nas avaliações de impactos ambientais realizadas pelo IAP na década de 1990. A leitura deste Relatório Técnico nos possibilitou interpretar um dos diversos “olhares” que alguns saberes lançaram sobre a população, o fator humano, que não se descola dos outros fatores ambientais que sofrem impactos. Foram estes “olhares”, estes estudos, que deveriam guiar a avaliação dos impactos que a UHE Salto Caxias causaria à população atingida. Neste sentido, as críticas, os alertas e também os silêncios de um estudo como este podem ter refletido diretamente na prática dos responsáveis no momento da concessão das Licenças referentes à instalação da obra e funcionamento da Usina.

No terceiro e último capítulo procuramos deslindar as diversas relações de poder e a constituição das subjetividades que se estabeleceram durante a implantação da UHE Salto Caxias. Neste sentido, em **Relações e situações: diversos sujeitos, algumas instituições e várias “alternativas” em Salto Caxias** se encontram as reflexões sobre o múltiplo, o plural e o singular.

Primeiramente, procuramos “olhar” para os momentos anteriores à construção da barragem. As representações sociais daquele espaço, as lutas por aquelas terras. As histórias de vida daquelas pessoas se misturaram aos sentimentos de angústia diante das notícias da construção da usina. Os primeiros momentos, os conflitos entre empreendedores e atingidos, a formação da CRABI e de outras instituições representativas nos fizeram perceber a emergência de diversos discursos e ações que refletem os múltiplos interesses que permearam o antes, o durante e o depois da implantação da hidrelétrica.

Contudo, as discussões e os conflitos se acentuaram entre os anos de 1993 e 1997. Muitas vezes, o diálogo se tornou impossível culminando com ações que vão de acampamento e embargo da obra por parte dos atingidos à utilização da força policial para defender o patrimônio da UHE por parte da COPEL. Entretanto, relações foram se gerando no interior destes acontecimentos fazendo com que lideranças fossem surgindo e objetivos distintos se delimitassem principalmente sobre a melhor forma de indenização.

Por fim, os últimos relatos expostos nesta pesquisa nos trouxeram informações importantes sobre a história dos que ficaram. A realidade vivida por alguns moradores das cidades atingidas pela UHE Salto Caxias nos fizeram pensar sobre os sentimentos que se estabelecem naqueles que não migram. As reflexões suscitadas através das narrativas destas pessoas nos forneceram alguns subsídios para questionar a política energética do país. Em nome de fatores *a priori* como desenvolvimento e crescimento econômico, várias ações se desencadearam transformando a vida de várias pessoas. Veremos que nas últimas entrevistas coletadas no ano de 2001, dois anos após a inauguração, os habitantes que permaneceram nas cidades atingidas ainda buscavam denunciar uma série de ações políticas excludentes e segregadoras.

O objetivo desta pesquisa perpassa as noções de favorável ou contrário à implantação de hidrelétricas. Estamos apenas fornecendo questionamentos a fim de que outros fatores sejam levados em conta nos

estudos prévios e nas formas de organização popular. Visamos historicizar alguns “detalhes” que possam contribuir para as reflexões e diálogos sobre hidrelétricas e população local.

Por se tratar de uma história sobre o ponto de vista das relações de poder, foram muitas as dificuldades de “amarrar” este texto dissertativo, pois muitos fatos não possuem uma seqüência causal, muito menos lógica. Apenas emergem em temporalidades distintas e no decorrer deste tempo se modificam, se transformam e impossibilitam ao historiador propor “verdades”. Neste sentido, o que estamos propondo e apresentando são reflexões de um tempo e de inúmeras subjetividades constituídas nas relações sociais que cada temporalidade proporciona aos sujeitos históricos. Nesta teia de inúmeras possibilidades, situações e subjetividades, se inclui também as deste historiador como leitor e autor destas reflexões.

## CAPÍTULO 1

### O BRASIL, AS ÁGUAS E A LEI

Água que nasce na fonte serena do mundo  
 E que abre o profundo grotão  
 Água que faz inocente riacho e deságua  
**Na corrente do ribeirão.**  
 [...]

Águas que caem das pedras  
 No véu das cascatas ronco de trovão  
 E depois dormem tranqüilas  
**No leito dos lagos, no leito dos lagos.**  
 [...]

Gotas de água da chuva  
 Alegre arco-íris sobre a plantação  
 Gotas de água da chuva  
**Tão tristes são lágrimas na inundação.<sup>20</sup>**

Várias são as relações que mantemos com a água durante nossa vida, aliás, ela é a própria condição de possibilidade da nossa existência. Na “corrente do ribeirão”, no “leito dos lagos” ou “nas tristes inundações” a água faz parte da nossa história. Às vezes como um composto tão cotidiano e corriqueiro que obtemos num simples abrir de torneira, em outros momentos nos proporciona diversos momentos de prazer junto a um rio, a uma cascata ou como um simples orvalho da manhã nas gramas dos campos ou jardins. Várias são as formas de percebermos a água em suas diversas e múltiplas apresentações.

Os Rios, os Lagos, os Mares e as Cascatas quase sempre foram ou são motivos de vislumbre para os seres humanos. Contudo, com o advento da técnica, outras tantas paisagens<sup>21</sup> foram se incorporando nestas já

---

<sup>20</sup> ARANTES, Guilherme. Planeta água. In. Idem. **Guilherme Arantes**. [S.l.]: EMI-Odeon Brasil, 2004. 1 CD, Faixa 2. Coleção Talentos.

<sup>21</sup> Por “paisagem” entendemos o fruto de uma junção entre um espaço e os significados que lhes são atribuídos pelos seres humanos. Quando nos remetemos ao termo paisagem não

existentes. A construção de Hidrelétricas, por exemplo, fez surgir novas categorias de espaços com a presença de água. Os reservatórios construídos para impulsionar as turbinas e fazer com que estas gerem energia se tornaram uma categoria distinta destes espaços. Pois, a “artificialidade” destes empreendimentos possibilitou novos olhares e interpretações sobre as formas pelas quais a água se estabeleceu na sociedade. Não apenas como algo obediente somente às intempéries da natureza, mas como algo manipulável pelo homem e obediente às necessidades deste. Desta forma, a mesma água que inspirou poesias e melodias foi e é motivo de ações políticas, econômicas e legislativas. Além disso, fez emergir um espaço de memórias e de conflitos àqueles que se perceberam no caminho dessas águas.

No Brasil, até o ano de 2003, existiam 517 centrais hidrelétricas em operação.<sup>22</sup> Este total estava dividido em 139 Usinas Hidrelétricas (UHE), 230 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e 148 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH).<sup>23</sup> Com esses dados podemos ter uma idéia de quantos rios foram represados para dar conta da demanda destas centrais hidrelétricas. Sendo assim, muitos territórios por onde serpenteavam rios margeados ora por florestas ora por cidades e campos agropastoris deram lugar a um outro tipo de território: os Lagos Artificiais.

Estes territórios são espaços ocupados por determinados indivíduos e por estes modificados, adaptados ou reconstruídos ao longo do

---

estamos pensando em espaços mais ou menos naturais, pois qualquer paisagem seja de um rio ou de um lago artificial são significados na cultura e, por isso, possuem historicidade. A esse respeito cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das paisagens. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216

<sup>22</sup> AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Banco de Informações de Geração – BIG**. 2003. Disponível em: [www.aneel.gov.br/15.htm](http://www.aneel.gov.br/15.htm), acesso dia 12/12/2006.

<sup>23</sup> A Agência Nacional de Energia – ANEEL estabelece a nomenclatura das Centrais Hidrelétricas pela capacidade de geração de energia. Desta forma, denomina-se UHE aquelas que possuem uma faixa de potência acima de 30 MW, de 1 a 30 MW são denominadas PCH e as de faixa inferior ou igual a 1 MW são as CGH. A quantidade de água necessária para mover as turbinas na geração da faixa de potência projetada é que delimita o tamanho do reservatório a ser construído. Para maiores informações cf. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Atlas da energia elétrica no Brasil**. 2.ed. Disponível em: [http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/04-Energia\\_Hidraulica\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/04-Energia_Hidraulica(2).pdf) acesso dia 12/12/2006.

tempo. São as relações sociais que fazem de um dado espaço geográfico um território que se constitui em múltiplas temporalidades e com valores e significados também diversos. Neste sentido, tanto as cidades ou lugarejos que margeavam o rio quanto as florestas ou matas ciliares daqueles espaços, constituíam territórios. Segundo Marcel Roncayolo,

a territorialidade não precede, nem lógica, nem cronologicamente o estabelecimento de relações sociais ou de mentalidades; exprime-os de uma forma original, acompanha-os no seu desenvolvimento, representa-os e fixa-os simultaneamente.<sup>24</sup>

Sendo assim, entendemos que a instalação de uma hidrelétrica é um exemplo muito pertinente para esta noção de território. A massa de concreto que represa o rio faz com que um território se sobreponha ao outro. Ao mesmo tempo em que as águas inundam um território, os órgãos empreendedores – principalmente o Estado – procuram construir outro, com novos discursos, novas possibilidades. No momento da inundação ocorre um entrelaçamento entre o antigo e o novo, o Rio e o Lago, o passado e o presente, a memória e a promessa/esperança de que o novo seja diferente e melhor. As águas represadas passam a fazer parte de um discurso sobre crescimento, progresso e desenvolvimento econômico ufanístico e não mensurável. Nesta perspectiva desenvolvimentista, são essas águas que possibilitam o fornecimento de energia e com isso percebe-se o esforço de fazer do reservatório e da usina, territórios cujos signos sejam os da tecnologia e da modernidade.<sup>25</sup>

Esses reservatórios passaram a ser incorporados às “paisagens” de um “novo” Brasil: um Brasil moderno, tecnológico e industrial com potencial de crescimento que é movido por energia. O discurso proferido pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC) na inauguração da UHE Salto Caxias ilustra bem nossa afirmação:

---

<sup>24</sup> RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaudi, v.8. Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996, p.266.

<sup>25</sup> Vários autores aproximam as categorias “desenvolvimento” e “tecnologia” ao advento da modernidade. Para estas afirmações nos apoiamos em VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Poucos países no mundo foram capazes de, num período tão curto de tempo, transformar esse Brasil [...] e transformá-lo num país industrial, que é o que somos hoje. [...] Isso se deve à capacidade do nosso povo, dos nossos engenheiros, dos nossos operários, dos nossos técnicos em geral, dos nossos congressistas, quando modificam a lei e entendem os passos a serem dados, da capacidade executiva que já existe no Brasil.<sup>26</sup>

Esta ênfase dada por FHC às transformações que ocorreram no Brasil num dado espaço de tempo, apontado como curto, demonstra bem a ligação entre os termos “hidrelétrica” e “desenvolvimento”. O “período tão curto de tempo” que FHC está se referindo é o de 50 anos, segundo ele, em menos de um século o Brasil deixou de ser essencialmente rural para se tornar um “país industrial”. São significativas as palavras do então presidente para o momento de uma inauguração de hidrelétrica, pois estes dizeres têm o intuito de estabelecer o quanto estes empreendimentos representam para a industrialização e, nas palavras de FHC, para o progresso do Brasil.

Os engenheiros, operários e técnicos que o país possuía, já na década de 1990, possibilitavam a construção de empreendimentos do porte da UHE Salto Caxias. Além disso, seguindo o discurso, o amparo da Lei veio para legitimar as práticas que devem ser tomadas rumo à “capacidade executiva do Brasil”, que deve ser lida como a capacidade do “povo brasileiro”. Contudo, essa legislação possui uma historicidade e obedece a inúmeros interesses dentro de perspectivas também situadas historicamente.

Neste sentido esse primeiro capítulo vai estabelecer essa historicidade da legislação brasileira no que diz respeito à construção de Hidrelétricas. Desde o que se estabelece como impacto ambiental até as regulamentações específicas do setor hidrelétrico. Neste capítulo perceberemos as “visões” de determinados setores estatais sobre o meio

---

<sup>26</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de inauguração da primeira turbina da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias**. 26/03/1999. Íntegra, Agência Brasil, Radiobras. Disponível em: [http://www.radiobras.gov.br/integras/99/integra\\_2603\\_1.htm](http://www.radiobras.gov.br/integras/99/integra_2603_1.htm). Acesso dia 12/12/2006

ambiente e como a população se insere neste contexto. Para tanto, partimos dos efeitos desta legislação na construção da UHE Salto Caxias através da análise de um dos documentos exigidos por Lei, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Segundo Antonio Carlos Müller<sup>27</sup>, os impactos causados pela implantação de uma hidrelétrica vão desde os fatores abióticos (solo, água, clima) e bióticos (flora, fauna aquática e terrestre) aos fatores sócio-econômicos e culturais da população tanto do campo quanto das cidades. Mesmo apontando todos os problemas advindos da construção de uma Usina Hidrelétrica, o autor não questiona o setor elétrico nem a política energética do Brasil que impõe esse tipo de empreendimento. Este é um pensamento muito presente na bibliografia brasileira, pautado num modelo energético que percebe o meio ambiente como um espaço que favorece a implantação de uma Usina Hidrelétrica. Neste sentido, se percebe um ambiente que serve para a obra e não que é a obra que se insere naquele ambiente.

Com base nesta perspectiva, o ambiente de várias regiões do Brasil se tornou “propício” para a construção de Hidrelétricas. A partir da segunda metade do século XX essa prática se intensificou gerando muita energia elétrica para o país e diversos conflitos nas regiões afetadas. Nesse processo extremamente conflituoso, surgiram mobilizações populacionais através de movimentos sociais organizados, intensificaram-se os estudos ambientais e se iniciou também as discussões sobre as diretrizes da política energética do país e suas relações com a legislação ambiental.

Essas discussões que levaram à elaboração de legislações pertinentes ocorreram no bojo de tendências preservacionistas internacionais, que apontaram perspectivas norteadoras no processo de construção de leis que definiram como os empreendedores de qualquer

---

<sup>27</sup> MÜLLER, Antonio Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron *Brooks*, 1995.



Grande Projeto Governamental (GPG)<sup>28</sup> deveriam agir no trato com o meio ambiente e população.

### 1.1 DE ESTOCOLMO AO BRASIL: UMA HISTÓRIA SOBRE DISCUSSÕES AMBIENTAIS

Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, o solo, a fauna e a flora e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequados.<sup>29</sup>

A partir da segunda metade do Século XX, alguns setores dos países desenvolvidos começam a se preocupar com as questões relacionadas ao meio ambiente. Na década de 1970, as discussões sobre o aumento dos níveis de poluição produzidas no chamado primeiro mundo, a crise do petróleo e o enfoque pessimista sobre o crescimento demográfico e econômico diante dos limites ambientais, impuseram a necessidade de se pensar a questão ambiental no planeta. Diante desses fatos, foi realizada, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo-Suécia. Esse evento inseriu a discussão sobre o problema da

---

<sup>28</sup> Os Grandes Projetos Governamentais (GPG) são as obras de grande porte projetadas e construídas sob a responsabilidade do Governo Federal e Estadual. São ações que não partem da sociedade civil privada e que, por estarem ligadas ao Estado, possuem especificidades principalmente no momento das desapropriações para a instalação destas obras. Fazem parte de GPG as Usinas Geradoras de qualquer forma de energia, as Ferrovias, as Rodovias, os Aeroportos, Portos, Plataformas petrolíferas, gasodutos entre outros. Sobre os Grandes Projetos de Usinas Hidrelétricas e Nucleares cf. SIGAUD, Lygia; ROSA, Otávio Mieluik Luiz Piguelli. **Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares**. SAO PAULO: Marco Zero, 1988.

<sup>29</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (UNEP). **Declaração sobre o meio ambiente humano**. Estocolmo, junho de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=2E2CCD38332A46900D943F55F3DCA985?id=243>. acesso dia 12/12/2006

degradação ambiental e do esgotamento dos recursos naturais na pauta de discussões da agenda econômica internacional.<sup>30</sup>

No Brasil, a “preocupação” com o meio ambiente, mesmo que com um olhar produtivista tendo em vista o desenvolvimento e as questões de ordem econômica, começou a se concretizar com o Código Florestal de 1965 (Lei nº. 4771). Entretanto, somente na década de 1980 é que se instalou no país uma Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) através da Lei 6.938 de 31/08/1981. Esse processo aconteceu devido às discussões internacionais sobre preservação ambiental e, principalmente, pela atuação dos órgãos financiadores internacionais, tais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “que passaram a incorporar e solicitar novos mecanismos de aferição para o financiamento de projetos, entre eles a Avaliação de Impactos Ambientais”<sup>31</sup>.

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) foi proposta em 1969 pela Lei do *National Environmental Policy Act* (NEPA). A AIA é uma avaliação interdisciplinar para planos, projetos e para propostas legislativas de intervenção ao meio ambiente.<sup>32</sup> Essa lei proporcionou vários métodos de avaliação ambiental inclusive as utilizadas no Brasil. Entendemos que a criação da AIA foi uma forma de pressionar os países em desenvolvimento – como o Brasil – a se preocuparem com a questão ambiental.

Com a edição da Lei da PNMA em 1981, o Brasil começa a discutir a possibilidade de aliar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Além disso, ocorre a definição de áreas prioritárias de ação governamental; o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais; e a divulgação de dados e informações ambientais para a formação de uma consciência pública sobre a necessidade

---

<sup>30</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Deficiências em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência.** Brasília: ESMPU, 2004, p.8

<sup>31</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. *op. cit.*p.9.

<sup>32</sup> **The National Environmental Policy Act of 1969.** Washington, EUA, 1970. Disponível em: <http://www.nepa.gov/nepa/regs/nepa/nepaeqia.htm>. Acesso dia 13/12/2006.

de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico. Esta Lei impôs ao poluidor/predador a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.<sup>33</sup>

Além de delimitar os critérios, objetivos e fundamentos de uma política ambiental a ser adotada no Brasil, a Lei 6.938 de 31/08/1981 criou também os órgãos de organização desta política e defesa do meio ambiente. Foram instaurados o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), cuja competência era a de tornar possível uma PNMA no Brasil.

Os princípios e diretrizes apontados pela PNMA eram genéricos e necessitavam de uma regulamentação específica. Neste sentido, muitas das determinações contidas na referida Lei foram regulamentadas em 23 de janeiro de 1986, pela Resolução nº. 001 do CONAMA na qual foram atribuídas as responsabilidades aos órgãos públicos com atuação na área ambiental e se disciplinou os meios institucionais cabíveis para regulamentar a preocupação com a melhoria da qualidade ambiental.<sup>34</sup> Foi esta Resolução que definiu o que é impacto ambiental e que estabeleceu os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que, juntamente com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)<sup>35</sup>, se tornou requisito obrigatório para a obtenção de Licença Prévia.

A Resolução 001/1986 do CONAMA no seu art.2º, I-XVI estabelece quais são os empreendimentos que necessitam elaborar EIA/RIMA para obtenção de Licenciamento Ambiental. Este processo de licenciamento ambiental é formado especificamente por três de licenças: A Licença Prévia

---

<sup>33</sup> BRASIL. **Lei 6.938 de 31/08/1981**. art.2º, I, II, IV, V, VII. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso dia 04/06/2006.

<sup>34</sup> CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução 001 de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso dia 13/12/2006.

<sup>35</sup> Pode-se dizer que o EIA é o documento que contém os estudos completos e detalhados sobre os impactos que o projeto causará. Trata-se de um estudo técnico, com linguagem específica de cada disciplina. Já o RIMA é, como o próprio nome diz, um relatório que contém uma síntese do EIA. O RIMA deve ter uma linguagem acessível para a compreensão de leigos.

(LP) que é concedida após a análise e verificação de viabilidade ou não da obra no tocante aos impactos ambientais determinados pelo EIA/RIMA. Se a empresa receber a LP, deverá apresentar um Projeto Básico Ambiental (PBA) que, após sua análise e aprovação, o órgão ambiental competente<sup>36</sup> expedirá a Licença de Instalação (LI) que proporciona o início das construções. Quando a construção estiver finalizada, o empreendedor deve pedir a Licença de Operação (LO). Para a expedição desta, o órgão ambiental fiscalizará a obra e, principalmente, se o PBA está sendo devidamente cumprido.<sup>37</sup> Esse processo envolvendo as três licenças geralmente é conflituoso, pois inúmeros são os problemas que podem acarretar conflitos e cancelamentos das licenças. Neste sentido, o Ministério Público poderá atuar através de Ação Civil, caso haja denúncia e comprovação de irregularidades.

É importante para este estudo, a definição que a Resolução 001/1986 do CONAMA estabelece sobre Impacto Ambiental:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Com esta definição, pode-se entender como impacto ambiental as diferenças entre o antes e o depois da implantação de um empreendimento. Para tanto, há de se considerar as condições ambientais existentes nos dois momentos na esfera abiótica, biótica e sócio-econômica-cultural da população da região onde o projeto será instalado. Este balanço entre a

---

<sup>36</sup> Se a obra resultar em impactos superiores ao limite de um Estado Federativo, o órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental será o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Se os impactos não excederem aos limites estaduais, o licenciamento será expedido pelos órgãos estaduais de proteção ao meio ambiente. No caso do Estado do Paraná, as licenças são expedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

<sup>37</sup> Sobre esse assunto cf. WUNDER, Roni. O grupo de estudos multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do setor elétrico brasileiro e da legislação ambiental no Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Curitiba: UFPR, 2003, p.9

realidade anterior e posterior ao projeto, deve ser feito, segundo a Resolução 001/1986 do CONAMA, pelo EIA e RIMA.

No decorrer de nossa pesquisa percebemos a importância de se historicizar o antes e o depois da construção da UHE Salto Caxias. Neste sentido, a incursão ao EIA/RIMA, esses documentos prévios e obrigatórios, foi muito positiva, pois percebemos ambigüidades e contradições que serão apresentadas adiante. Contudo, antes de nos determos no caso específico de Salto Caxias, procuramos entender qual a perspectiva que permeia a elaboração do EIA/RIMA e sob quais bases teóricas e metodológicas esses documentos são constituídos. Sendo assim, apresentamos a seguir um levantamento bibliográfico com algumas críticas que vêm sendo feitas ao EIA/RIMA.

## 1.2 O ESTUDO E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: DÚVIDAS, INCERTEZAS E QUESTIONAMENTOS

A constituição do EIA e do RIMA pela Resolução 001/1986 do CONAMA certamente representou um avanço no trato com as questões ambientais. Os artigos 5º e 6º desta legislação estabelecem as prioridades e as novidades que o EIA representaria aos empreendedores de Projetos de Grandes Impactos. Entre estas novidades, duas merecem destaque: primeira, que estes estudos deveriam contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do mesmo; e segunda, que tinham que desenvolver um diagnóstico ambiental da área de influência do projeto com a completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações considerando o meio físico, biológico e sócio-econômico.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. *op.cit.*, art.5º,I e art.6º,I.

A partir desses pressupostos legais, a construção de projetos causadores de grandes impactos ambientais passaria a ser monitorada, avaliada e, conseqüentemente, aprovada ou reprovada pelos órgãos ambientais do país constituídos pela PNMA. Teoricamente, o EIA e o RIMA deveriam fornecer os dados suficientes para a análise da viabilidade ou não da obra. Entretanto, a competência da elaboração destes estudos ficou a cargo dos órgãos interessados nos empreendimentos, pois:

Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos[...]<sup>39</sup>

Desta forma, com uma revisão bibliográfica, percebemos que o EIA, desde sua constituição, sempre foi questionado por apresentar ambigüidades e contradições legais devido aos interesses daqueles que o elaboram. Por ser de responsabilidade do órgão empreendedor o EIA, muitas vezes, é tendencioso e sempre afirma a viabilidade da obra. Isso demonstra que a elaboração do EIA pode ter caído numa prática exercida apenas para cumprir a exigência de uma legislação e não para um diálogo sobre a real situação do espaço físico, biológico e humano da região a ser atingida por um projeto causador de grandes impactos.

Para Henrique Cortez<sup>40</sup> os EIAs, em muitos casos, limitam-se à justificação dos empreendimentos ao invés de apresentar seus verdadeiros impactos. Afirma que, no Brasil, há uma verdadeira indústria de EIAs e RIMAs, que não estaria interessada em questionar os empreendimentos, mas sim justificá-los a qualquer preço, mesmo que para isso seja necessário omitir informações relevantes.

---

<sup>39</sup> Ibid., art.8°.

<sup>40</sup> CORTEZ, Henrique. **Este modelo de desenvolvimento é insustentável**. In [http://www.ecodebate.com.br/Principal\\_vis.asp?cod=711&cat=3](http://www.ecodebate.com.br/Principal_vis.asp?cod=711&cat=3), acessado em 06 de junho de 2006.

Segundo Roni Wunder<sup>41</sup>, em função da perspectiva fragmentária e parcial que o EIA/RIMA apresenta, não é possível afirmar que o conteúdo destes estudos represente plenamente a realidade na qual se prevê a inserção de um projeto. Além disso, afirma ainda a impossibilidade de assumir os impactos ambientais identificados nestes documentos como os mais significativos. Fatores como estes nos fazem perceber que o EIA/RIMA, por mais que tenham sido constituídos com o interesse de se preservar o meio ambiente, obedece a lógicas alheias às estabelecidas pela legislação.

Na análise que fizemos a alguns desses documentos, percebemos que os mesmos não fizeram nada mais do que afirmar a viabilidade da obra antes mesmo de apresentar os impactos que o futuro empreendimento causaria à região atingida.<sup>42</sup> Em alguns casos a população ficou sabendo da construção da Hidrelétrica depois que o estudo já havia sido aprovado e a LP despachada pelos órgãos ambientais. Desta falta de diálogo entre população e empreendedores nestes estudos prévios resultaram vários conflitos, pois as incertezas geraram muitas angústias principalmente entre aqueles que teriam suas propriedades alagadas.

A Resolução 001/1986 do CONAMA em seu artigo 7º estabelece que “o estudo de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados”. Contudo, a legislação não esclarece o que se entende por multidisciplinaridade. Só encontraremos algo pertinente se examinarmos

---

<sup>41</sup> WUNDER, Roni. *op.cit.*, p.85.

<sup>42</sup> Durante o andamento do mestrado foram analisados os seguintes documentos: Estudo de Impacto Ambiental das UHEs Campos Novos e Barra Grande, ambas construídas no Estado de Santa Catarina entre os anos de 1990-2000, e o Relatório de Impacto Ambiental da UHE Salto Caxias, no Estado do Paraná. Devido aos objetivos que compunham essa pesquisa, ficamos apenas com as análises do documento referente à UHE Salto Caxias. Contudo, há de assinalar que as críticas feitas até aqui servem para todos os documentos analisados. Sobre as análises feitas sobre os outros EIAs/RIMAs cf. KARPINSKI, Cezar. O Estudo de Impacto Ambiental e as Populações Afetadas por Usinas Hidrelétricas: o caso de Campos Novos e Barra Grande (Santa Catarina, 1987-2003), **Anais Eletrônicos da XIV Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM: empreendedorismo, inovação tecnológica e desenvolvimento regional**. Campinas: Asociación de Universidades Grupo Montevideo : UNICAMP, 2006. Também disponível em [http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA7003%20-%20Jornadas%20AUGM%20\\_Cezar%20Karpinski\\_Texto%20Completo.doc](http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA7003%20-%20Jornadas%20AUGM%20_Cezar%20Karpinski_Texto%20Completo.doc), acesso dia 09/01/2006.

uma literatura de caráter pedagógico - o que não vem ao caso nesta oportunidade. Alguns autores têm criticado essa lacuna na lei que tem proporcionado interpretações divergentes sobre esse assunto.

Para Sérgio Boeira *et. al.*<sup>43</sup>, como a Lei não estabelece o que é um estudo multidisciplinar, os responsáveis por esses estudos têm apresentado apenas uma justaposição de disciplinas acadêmicas sem que aja um diálogo entre estas sobre os possíveis impactos da obra. Para esses autores, os EIAs têm sido apenas instrumentos de homologação do *status quo* em geral e que não têm atendido às necessidades básicas que viabilizariam análises criteriosas sobre a possibilidade ou não dos empreendimentos. Afirmam também que documentos como o EIA/RIMA apresentam simples compilações de estudos de diferentes campos de saber, com vocabulário técnico específico e sem integrar os dados destes diversos tipos de saberes. Com essa linguagem tecnicista o EIA/RIMA dificulta o entendimento e oculta graves problemas ambientais.

Na análise da bibliografia referente ao EIA/RIMA, as principais críticas dizem respeito ao seu caráter extremamente técnico e científico. Tais documentos se constituem sob uma perspectiva que tem na ciência e na técnica uma validade universal. Muitos aspectos da vida social não são levados em conta na redação do EIA/RIMA diante dessa crença irrestrita na verdade de que só a ciência é capaz de fornecer informações e soluções. Aspectos como o saber local, as práticas das populações ribeirinhas e as relações políticas estabelecidas durante o levantamento dos dados não são levadas em conta no momento da redação destes relatórios.

Essa deficiência nos EIAs se reflete perfeitamente no caso das Usinas Hidrelétricas. Segundo a Resolução 001/1986 do CONAMA, art. 2º, XI “As Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW” devem apresentar um Estudo de Impacto Ambiental. Devido aos inúmeros conflitos estabelecidos diante da construção

---

<sup>43</sup> BOEIRA, S. *et. al.* EIA-RIMA: instrumento de proteção ambiental ou de homologação do desenvolvimento predatório. **GEOSUL**, v.IX, n.18, 2º semestre de 1994. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 57.



de barragens para fins de geração de energia, pode-se afirmar que os EIAs das UHEs, que são obras altamente impactantes, nos fornecem dados instigantes para se perceber como os órgãos empreendedores passaram a agir depois da obrigatoriedade de tais estudos.

Para esta pesquisa analisamos apenas as considerações do EIA/RIMA sobre o fator populacional. Neste item, são levadas em conta as questões relacionadas especificamente aos impactos que a hidrelétrica causará aos atingidos. Como por exemplo, a organização familiar e associativista, as práticas de trabalho, lazer, religiosidade entre outros. Sabemos que este item não está descolado de outros tantos fatores presentes num território delimitado para a construção de uma hidrelétrica. Entretanto, para nossos objetivos, estas informações são relevantes para o estabelecimento da historicidade das relações entre órgãos empreendedores e população atingida.

### 1.3 O EIA DAS HIDRELÉTRICAS E O FATOR POPULACIONAL

A atuação dos Movimentos Sociais contra a construção de barragens na década de 1980 representou uma denúncia de que algo estava errado na Política Energética Hidroelétrica do país. De certa forma, as críticas dos diversos movimentos de atingidos por barragem no I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, na cidade de Brasília em 1991, corrobora para a reflexão feita até agora sobre os EIAs.

Dentre as críticas, a reiterada acusação de que a intervenção das empresas elétricas com vistas à implantação de aproveitamentos hidrelétricos é imposta de fora da região, desconhece suas realidades, e tem sido decidida sem a participação daqueles que sofrerão mais diretamente os efeitos da construção das barragens e usinas.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> VAINER, Carlos Bernardo ; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, p.10.

Diante dessa manifestação, podemos questionar o papel dos EIAs das UHEs, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, na prevenção aos impactos sócio-econômicos e culturais das populações atingidas por barragens. Neste sentido, é extremamente pertinente a discussão levantada pelos Movimentos de Atingidos por Barragens, pois sua crítica denunciava que a política energética pautada na hidroeletricidade do país não atendia aos anseios de expressivos grupos sociais das regiões de implantação de grandes usinas hidrelétricas.

Essa resistência aos projetos hidrelétricos demonstrava que, por falta de estudos preliminares – da situação destes moradores, dos seus sentimentos àquele espaço a ser inundado, da falta de comunicação por parte das empresas – essas pessoas tornavam-se muitas vezes, simples peças a serem transplantadas de um lugar para outro.

Para esta pesquisa, levamos em conta os silêncios, as ambigüidades e contradições num caso específico, o da UHE Salto Caxias. A leitura deste documento possibilitou o entendimento do papel decisivo que representou no processo de instalação da Usina. Neste sentido, o próximo capítulo representa um exercício de interpretação sobre os estudos apresentados no RIMA e que se referem ao fator populacional daquela região. Com esta leitura poderemos verificar como a empresa “olhou” para a população que seria atingida pelo empreendimento. Fruto de um tempo e com objetivos específicos, o RIMA nos apresenta uma versão sobre os impactos ambientais e suas possíveis amenizações.

Além disso, procuramos levantar algum indício de como tais estudos foram analisados pelo IAP, ou melhor, em que esses técnicos ambientais se pautaram para avaliar e aprovar o EIA/RIMA e atestar a viabilidade da obra. Atendendo a esses questionamentos, o próximo capítulo será uma incursão num universo exógeno à Região de Salto Caxias, o universo dos saberes da ciência e da técnica.

## **CAPÍTULO 2**

### **ENTRE RELATÓRIOS E SILÊNCIOS**

Neste momento apresentamos nossas impressões e reflexões sobre dois documentos que se tornaram decisivos na implantação da UHE Salto Caxias. O RIMA e o Relatório Técnico sobre a temática “Hidrelétrica e População”. Com o RIMA, temos uma noção de como a COPEL “olhou” para a região, principalmente nas questões referentes à população em seus aspectos social, econômico e cultural. Pelo Relatório Técnico resultante da consultoria prestada por professores da UFSC, percebemos como um estudo da área das ciências humanas pôde contribuir ou influenciar na expedição das licenças ambientais para instalação, construção e operação da hidrelétrica em questão.

#### **2.1 POLÍTICA ENERGÉTICA E CARTOGRAFIA POPULACIONAL DAS MICRORREGIÕES OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ**

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Salto Caxias, foi desenvolvido no início da década de 1990 e entregue em novembro de 1993. Está dividido em nove seções cujo conteúdo advém do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Todos os estudos prévios, bem como a redação dos documentos analisados, foram desenvolvidos por um consórcio projetista que englobou as seguintes empresas:

- a) Intertechne Consultores Associados S/C Ltda.;
- b) Leme Engenharia Ltda.;
- c) Engevix Engenharia S.A.;

d) Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

Pelo RIMA podemos perceber que os estudos sobre o Rio Iguaçu para fins de aproveitamento hidrelétrico começaram ainda na década de 1960, sendo que a primeira central hidrelétrica construída em seu curso principal foi a Usina Piloto do Salto Grande do Iguaçu em 1961-65. Posteriormente, através dos Estudos Energéticos da Região Sul do Brasil (ENERSUL) o Rio Iguaçu foi cuidadosamente inventariado sendo que, a partir destes estudos da ENERSUL, vários complexos hidrelétricos tiveram início, entre eles, o de Salto Osório (1970-1975) e Foz do Areia (1975-1979). Com o avanço das tecnologias para geração de energia, outros estudos se fizeram em 1978 dos quais foram projetadas várias hidrelétricas entre elas: Salto Santiago (cujas obras se iniciaram em 1979), Segredo (1987-1991) e Salto Caxias (1995-1999).<sup>45</sup>

Na seção cinco, o RIMA apresenta o que chamou de “diagnóstico ambiental” e começa a tratar as especificidades regionais da área que seria afetada pelo empreendimento. É um levantamento sobre o clima, a geologia, o relevo, a hidrologia, o solo, a flora, a fauna e a população. É importante ressaltar essa seqüência que o RIMA faz dos fatores ambientais apresentando uma relação em cadeia cujo produto final seria o homem. Essa é uma visão de um meio ambiente integrado num processo de mútua dependência entre os diversos fatores que formam o que se chama de uma “região”. Deste modo, o RIMA se pauta numa perspectiva que percebe os fatores abióticos e bióticos como constitutivos e, por vezes, determinantes do fator social. Neste sentido, parece que a redação do referido relatório vai preparando respostas para os problemas sócio-econômicos da população pautadas nas características de clima, relevo, solo e demais aspectos. Entendemos que esses fatores se entrecruzam e constituem os sujeitos, entretanto, são sempre constituídos por estes também na medida em que o homem sempre interage com o meio que o cerca. Sendo assim, uma análise seqüenciada, linear e inalterada temporalmente corre o risco de não subsumir aspectos importantes na designação do próprio termo “região”.

---

<sup>45</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. **Relatório de impacto ambiental**. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993, p.1.3.

Ao criticar os velhos catecismos de determinismos e possibilismos, Lucien Febvre, na década de 1920, alertava para os problemas advindos de uma perspectiva que via o meio ambiente como fator determinante na constituição da sociedade. Para ele, as estruturas sociais se relacionam com estes aspectos geográficos e ambientais tanto quanto são afetados por eles. Desta forma, não existe linearidade nas relações entre homem e natureza e quem se coloca a estudar essas relações entre espaço e seres humanos deve levar em conta as diversas adaptações e sentimentos referentes ao seu espaço.

Quem estuda a ação das condições geográficas sobre a estrutura dos grupos sociais corre o risco de se perder; ou seja, arrisca-se a atribuir-lhes uma importância primordial que não é somente decisiva, mas única. Corre o risco de ver nestas condições “a causa” duma determinada estrutura social, da qual parece desconhecer a ubiqüidade. Mas quem, invertendo os termos da questão, se interroga, não acerca da ação dos grupos sociais sobre o ambiente geográfico, mas sobretudo, ainda com maior precisão e escrúpulo...sobre os aspectos duma dada “paisagem”, de um conjunto geográfico apreendido intuitivamente ou reconstituído historicamente, que se explicam ou podem explicar-se pela ação contínua, positiva ou negativa que seja, de um determinado grupo ou de uma certa forma de organização social, esse alguém, se agir com prudência, não se arrisca a cometer erros, a fazer confusões, a chegar a generalizações abusivas.<sup>46</sup>

Segundo Febvre, são as ações contínuas dos grupos sociais sobre os aspectos geográficos que vão estabelecendo as significações das paisagens que estão acostumados a apreender intuitivamente ou reconstituir historicamente. Aqueles que pesquisam os aspectos geográficos de regiões que serão atingidas pelas hidrelétricas, por exemplo, estão sempre imbuídos de valores e significados que nem sempre são partilhados pelos moradores daquela região. Os significados de serras, morros, pedras, córregos, riachos, árvores só podem ser atribuídos por aqueles que partilham destes aspectos. Preocupações que talvez não se fizeram presentes no momento da elaboração do RIMA da UHE Salto Caxias que, em vários momentos, também apresenta “generalizações abusivas”.

---

<sup>46</sup> FEBVRE, Lucien. L'aterre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire, 1922 *apud.* RONCAYOLO, Marcel. Região In: **Enciclopédia Einaudi, v.8. Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996, p.167.

A redação que o RIMA apresenta sobre o relevo da Região de Salto Caxias ilustra bem essa questão. Com a descrição de um relevo acidentado cujo solo é pedregoso poder-se-ia concluir que as características agropastoris da região se definiriam determinantemente por esta geografia e, além disso, que o reservatório não estaria engolindo áreas férteis ou mecanizáveis. Neste sentido, poderia ocorrer uma indução na Avaliação do Impacto Ambiental de que a inundação não afetaria tanto à região ou ao Estado do Paraná, pois tais áreas não seriam tão significativas economicamente. Os significados deste relevo acidentado que o RIMA nos apresenta foi constituído a partir de um olhar exógeno às representações sociais daquele espaço.

Esse olhar produtivista sobre as formas de utilização dos recursos naturais da região também se materializam nas análises seguintes. Ao analisar especificamente o uso do solo da “área diretamente afetada” pela UHE Salto Caxias, as pastagens e a agricultura se destacam, segundo o RIMA.

Dentre as tipologias de uso do solo a serem inundadas, destacam-se as pastagens com 58,8 Km<sup>2</sup> de extensão, o equivalente a 54,4% de terras submersas. O uso pastoril é o mais atingido [...] A agricultura é a segunda tipologia e aparece com 30 Km<sup>2</sup> ou 27,8% da área de inundação [...].<sup>47</sup>

Por mais que o documento não faça relações a outras áreas agropastoris do Estado do Paraná, esses dados apontados pelo RIMA estão, implicitamente, relacionando o valor destas terras às de outras regiões paranaenses. Pois, num Estado que se destaca pela alta fertilidade das propriedades mecanizadas desde início da década de 1970, as regiões acidentadas não são valorizadas economicamente. Portanto, seguindo a lógica do RIMA, um reservatório que alimenta uma hidrelétrica pode ser mais vantajoso financeiramente ao Estado do que pastagens e os 30 Km<sup>2</sup> de solo utilizado para agricultura, visto que a hidrelétrica se destina a atender à expansão das cidades e principalmente demandas do crescente setor industrial.

---

<sup>47</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. **Relatório de impacto ambiental**. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993, p.5.15

No item “A área de estudo e sua integração regional” o RIMA aprofunda os aspectos diretamente relacionados ao fator humano da região de Salto Caxias. Especifica geograficamente a região como estando no Oeste Paranaense que, por sua vez, é formada pelas microrregiões Sudoeste e Extremo Oeste. Segundo o RIMA, a ocupação humana na área de abrangência da UHE Salto Caxias foi tardia, posterior à década de 1940, contudo, devido à “vocação” agropecuária o processo de ocupação se intensificou após esse período. Além disso, o relatório divide a história da região em três períodos distintos:

- a) Um primeiro período correspondendo à fase inicial de povoamento do território (meados da década de 1940);
- b) Um segundo período estaria entre as décadas de 1940 e 1970 onde ocorre a plena ocupação do território e a consolidação socioeconômica da região;
- c) E o terceiro período seria o das décadas de 1970 e 1980 caracterizadas pela intensa modernização agropecuária.<sup>48</sup>

Além dessa periodização historiográfica o relatório afirma que o espaço em discussão era relativamente vazio<sup>49</sup> até a década de 1940 reafirmando uma historiografia regional pautada na importância da colonização para a consolidação daquela “terra de ninguém”. Alguns historiadores paranaenses vêm criticando esse “vazio” demográfico e as afirmações de que o Oeste do Paraná iniciou sua história em meados do Século XX no período da chegada dos colonos ítalos e teuto-brasileiros advindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Alguns estudos sobre história indigenista, etno-história indígena e história regional apontam para a existência de acontecimentos importantes com data

---

<sup>48</sup> Ibid., p.5.21

<sup>49</sup> Entendemos esse “vazio” como uma construção que objetiva ignorar a existência de povos indígenas, caboclos ou camponeses que se instalaram na região antes da chegada dos chamados “colonos” vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também vale a pena se pensar na idéia de que dependendo do padrão de extensão de unidade agrária, uma região pode ser tomada como vazia se a medida adotada como referência pelos técnicos prever unidades menores.

anterior à década de 1940 e que foram relegados ao silêncio pela historiografia oficial.<sup>50</sup>

Os relatos sobre o caminho de Peabirú, presença de missões Jesuíticas e documentos comerciais resultantes da retirada ilegal de madeira e erva-mate nas margens do Rio Paraná demonstram que a região teve momentos de intensas atividades sociais anteriores ao período da colonização, o que desmistifica o “vazio” regional frequentemente apontado pela historiografia e reafirmado pelo RIMA.

O próprio RIMA, na parte destinada ao diagnóstico sobre patrimônio arqueológico e paleontológico afirma que

a execução de diversos projetos de salvamento arqueológico no rio Iguaçu, assim como a realização de pesquisas isoladas, revelaram a existência de valioso patrimônio arqueológico no seu vale. As informações histórico-culturais, da mesma forma, demonstram intensa ocupação.<sup>51</sup>

Infelizmente o RIMA não cita quais informações histórico-culturais foram encontrados na região. Contudo, há uma contradição entre o entendido “vazio demográfico” e a intensa ocupação comprovada pelos dados arqueológicos. Neste sentido, o entendimento sobre a história da região afetada apresenta ambigüidades sobre o que se entende por História. Estas análises nos mostram certa fragilidade no trato com as questões historiográficas o que nos possibilita afirmar a ausência de um diálogo interdisciplinar com a História que poderia apresentar novos conteúdos para o estudo das referidas regiões.

Para a elaboração dos dados quantitativos referentes ao número de pessoas a serem atingidas pelo empreendimento, uma equipe da própria empresa realizou um Censo Populacional em julho de 1993. Segundo o RIMA, esse censo identificou um total de 1.322 famílias distribuídas nos nove

---

<sup>50</sup> Sobre esse assunto cf. RIBEIRO, Sarah I. G.T. Um passe de mágica: breve ensaio sobre a inexistência de índios no Oeste paranaense. **Tempo da Ciência**, Toledo/Pr.: Ed. Toledo, v. 8, n. 15, p. 59-68, 2001. Idem., Índios e Brancos no Oeste do Paraná: fronteiras ou fricção interétnica. **Tempos históricos**, Cascavel - Pr, v. 2, n. 1, p. 7-23, 2000; CAMPIGOTO, J. A. . Peabirú: para além do contexto. In: Marcos Antônio Lopes. (Org.). **Espaço Memória Fronteira**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000; SCHALLENBERGER, E. ; COLOGNESE, Silvio Antônio ; GREGORY, Valdir . **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

<sup>51</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. *op.cit.*, p.5.43



municípios. Deste total, a equipe conseguiu entrevistar 72% no intuito de chegar a um número de pessoas por família. Como não conseguiram entrevistar todas as famílias, fez-se uma aproximação com a média das famílias entrevistadas. Destes estudos chegou-se a conclusão de que aproximadamente 6.107 pessoas seriam atingidas pela UHE Salto Caxias. Na tabela abaixo temos os dados referentes a cada município atingido segundo os estudos da equipe que elaborou o EIA/RIMA.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA POR MUNICÍPIO – JULHO DE 1993.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ENTREVISTADA			FAMÍLIAS NÃO ENTREVISTADAS	POPULAÇÃO TOTAL	
	FAMÍLIAS	PESSOAS	PESSOAS POR FAMÍLIA		NÚMERO	%
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	30	144	4,80	5	167	2,7
BOA VISTA DA APARECIDA	295	1369	4,64	68	1683	27,6
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	206	979	4,75	146	1654	27,1
QUEDAS DO IGUAÇU	26	137	5,27	5	160	2,6
NOVA PRATA DO IGUAÇU	235	1079	4,59	91	1499	24,5
SALTO DO LONTRA	6	28	4,67	2	37	0,6
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	65	282	4,34	10	328	5,4
CRUZEIRO DO IGUAÇU	86	367	4,27	42	561	9,2
SÃO JORGE D'OESTE	1	4	4,00	3	18	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>950</b>	<b>4389</b>	<b>4,62</b>	<b>372</b>	<b>6107</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO (1993), p.5.23

A Tabela 1 teve o intuito de mostrar o impacto populacional por município afetado. Entretanto, não há um cruzamento destes dados com os de outros Censos anteriores realizados pelo Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE), para se ter a noção da evolução populacional na região atingida. O Censo realizado pela equipe responsável pela construção da UHE Salto Caxias concentra seus dados no ano de 1993, ano em que não houve um Censo Populacional do IBGE. Sendo assim, com dados próprios da empresa, se fez todo o levantamento dos que seriam atingidos a partir de números fixos que não levaram em conta a temporalidade e as movimentações internas e externas das populações estudadas.

Além disso, não ficou estabelecida a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados, não se tem uma idéia de que premissas a equipe partiu para a elaboração dos questionários e levantamentos das informações sobre o fator populacional da região que seria atingida. A não disponibilização do método censitário utilizado pela empresa também pode ter impedido uma análise criteriosa sobre a fixidez dos números apresentados na Tabela 1, pois os resultados se estabelecem a partir das perspectivas teóricas e metodológicas de qualquer trabalho científico.

O Artigo 9º da Resolução 001/1986 do CONAMA estabelece que o RIMA refletirá as conclusões do EIA da área a ser afetada. Além disso, deve conter, no mínimo, a descrição do efeito esperado e das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado tanto no ecossistema quanto nas relações sociais da área de abrangência do projeto.<sup>52</sup> Sendo assim, entendemos que se a tabela apresentada no RIMA omite dados referentes à quantidade total da população residente em cada município, ocorre a impossibilidade de analisar os impactos negativos no que tange à diminuição do contingente populacional. Conseqüentemente, isso pode ter impedido a descrição de efeitos mitigadores principalmente àqueles que não deixariam a região afetada. Como veremos adiante, uma das principais reclamações daqueles que permaneceram nas cidades lindeiras foi a de que não tinham idéia de como a saída dos moradores atingidos pela barragem prejudicaria o andamento das relações sociais e econômicas dos municípios.

Para que tenhamos uma idéia do contingente populacional num espaço de tempo anterior e posterior à construção da hidrelétrica apresentamos a Tabela 2 com dados do IBGE e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES). No entrecruzamento destes dados é que podemos ter acesso a uma historicidade do antes e do depois das construções da barragem na questão de diminuição e aumento da população regional.

---

<sup>52</sup> CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução 001 de 23 de janeiro de 1986**. Art. 9, VI.

TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS – 1970/2000.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO						
	1970	1975	1980	1985	1990	1996	2000
CAPITÃO LEÓNIDAS MARQUES	23 256	32 040	40 823	23 166	18 556	15 753	14 377
BOA VISTA DA APARECIDA	-	-	-	10 604	10 411	10 213	8 423
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	-	-	-	17 587	15 370	13 057	11 822
QUEDAS DO IGUAÇU	11 273	21 388	31 502	31 339	31 447	30 668	27 364
NOVA PRATA DO IGUAÇU	-	-	-	14 136	11 976	10 620	10 397
SALTO DO LONTRA	31 448	32 849	34 249	15 652	14 480	13 055	12 757
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	-	-	-	-	-	3 443	3 107
CRUZEIRO DO IGUAÇU	-	-	-	-	-	4 797	4 394
SÃO JORGE D'OESTE	12 036	12 876	13 716	9 661	10 205	9 669	9 307
<b>TOTAL REGIONAL</b>	<b>78 013</b>	<b>99 152</b>	<b>120 290</b>	<b>122 145</b>	<b>112 445</b>	<b>111 275</b>	<b>101 948</b>

FONTE: IBGE, 1996; IBGE, 2000; IPARDES, 2000<sup>53</sup>

Pela Tabela 2 temos um panorama histórico do fator populacional da região. No momento é importante notar o impacto que a hidrelétrica causou a população principalmente na segunda metade da década de 1990, pois nestes anos ocorreram as migrações involuntárias advindas da construção da UHE.

Pelo termo de compromisso<sup>54</sup> firmado entre a COPEL e os Atingidos, todas as desapropriações deveriam estar concluídas até julho de 1997. Sendo assim, um dos principais fatores da diminuição populacional da região entre 1996 a 2000 se deve à migração involuntária. Esses números podem nos mostrar como o RIMA da UHE Salto Caxias foi específico nas suas interpretações populacionais. O que questionamos é a falta de uma previsão do quanto seria significativa para os municípios atingidos a evasão deste contingente populacional que o estudo limitou a 6.107 pessoas.

Há que se ressaltar que a diminuição populacional foi constante nos municípios desde a década de 1970 por fatores alheios à construção da barragem como o êxodo rural e a migração para outros municípios polarizados

<sup>53</sup> *apud* PIACENTI, C.A. et al. *op.cit.*, p.105.

<sup>54</sup> COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. Termo de compromisso firmado entre a Copel e a Comissão Parlamentar, COSACA, CRABI, SRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida, estes representantes da população atingida pelas obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, p.3. In INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO, **Relatório de Impacto Ambiental**, *op. cit.*, (anexos).

na região como Cascavel e Foz do Iguaçu.<sup>55</sup> Contudo, os questionamentos levantados neste momento estão relacionados à falta destes dados no referido RIMA. Questionamos o não cruzamento dos dados da empresa contidos no RIMA com os dados contidos nos Censos do IBGE que são referência a qualquer pesquisa populacional.

Do referido censo populacional realizado pela empresa, outras informações também foram levantadas. Entre elas, buscou-se descrever as formas de organização social, cultural e política que envolvia a população da região. O relatório apresenta análises sobre movimentos associativistas nos municípios da área de influência, como se organizaram e qual o caráter de sua existência. Com o intuito de “levantar” os dados referentes a estas características da população, o estudo não aprofunda o perfil de funcionamento destas entidades de cunho representativo. São discussões que querem parecer fortuitas, mas que se inserem dentro de uma perspectiva bem delimitada: a de alertar para sua existência e possíveis conflitos.

A análise do movimento associativista nos municípios da Área de Influência mostrou existirem na região associações que se diferenciam tanto pelos seus objetivos, quanto pelo relacionamento que mantêm com entidades estatais. Foram identificadas associações com caráter quase oficial que passam por alguma forma de reconhecimento estatal, como os sindicatos e as associações filantrópicas. Também existem as que expressam a organização espontânea da população para reivindicar direitos e benefícios, como as associações comunitárias e aquelas com caráter específico, que referem-se a movimentos cujo sentido é a própria repercussão da obra da UHE de Salto Caxias.<sup>56</sup>

Entendemos que esse levantamento sobre a organização social e política da população foi extremamente importante para as posteriores negociações com os atingidos, pois, o conhecimento deste aspecto pode ter dado condições aos empreendedores de estabelecer mecanismos próprios para as discussões de cunho indenizatório. Pesquisando a existência de organizações, os empreendedores estabeleceram quantas e quais eram,

---

<sup>55</sup> Sobre a construção desta polarização dos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu cf. PERIS, Alfredo Fonseca. **Trilhas, Rodovias e Eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

<sup>56</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. *op. cit.*, p.5.33.

quantos membros agregavam, e qual era a sua força junto aos associados e nos municípios sedes. Pode ter representado uma forma de se “infiltrar” nas bases organizacionais da população a fim de conhecer aqueles com quem estariam negociando. Neste sentido, como nos diria Michel Foucault, o saber estaria gerando dispositivos de poder.<sup>57</sup>

Entendemos que, ao pesquisar, enquadrar, quantificar e esmiuçar as formas associativas em Salto Caxias, os empreendedores levantaram dados suficientes para estabelecer estratégias que beneficiassem os interesses de legitimação, através dos estudos de impacto ambiental, da viabilidade da obra. Tudo leva a crer que a preocupação da COPEL na época da elaboração do EIA/RIMA era a de fornecer informações que facilitassem diálogos com os moradores que seriam atingidos. Contudo, como nos mostrou Foucault, o poder não é algo que forma e que se impõe, mas que se relaciona, pois, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”.<sup>58</sup> Sendo assim, ao mesmo tempo em que o “saber” estipulado pelo EIA forneceu subsídios à COPEL, outros mecanismos também foram se desenvolvendo entre os atingidos, pois “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”.<sup>59</sup>

Como veremos adiante, a obra foi interditada, os piquetes que demarcavam até onde a água do reservatório chegaria foram queimados e os camponeses começaram também a se informar, através de outros tipos de “saber” – não o científico, o legitimado por leis, não o feito por técnicos – sobre outras formas de se impor, de fazerem valer seus interesses. O “saber” religioso

---

<sup>57</sup> Em vários momentos Foucault se preocupou com as categorias “saber” e “poder” e isto está presente em obras como **História da Loucura e Vigiar e Punir**. Contudo, Foucault não estava preocupado em criar uma teoria sobre o saber ou sobre o poder, apenas queria estabelecer que estes dois conceitos são constituídos historicamente para obedecer a alguma finalidade. Por exemplo, na ânsia de se legitimar um mundo pautado sobre a razão, criaram-se saberes para distinguir o que era razão e loucura – nascia a psiquiatria; diante da necessidade de legitimar e proteger o Estado, em suas interfaces públicas e privadas, criaram-se dispositivos de punição àqueles que desrespeitassem as regras ou as leis. É neste sentido que Foucault vai percebendo a constituição de uma intrínseca relação entre poder e saber que não são substâncias puras e imutáveis, pois se apresentam apenas como discursos.

<sup>58</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, p 241.

<sup>59</sup> Ibid., p.241

se torna o ponto de apoio dos ribeirinhos através da CPT que procura se constituir como instituição norteadora de uma organização entre os que seriam atingidos pela barragem de Salto Caxias.

Estas relações de poder entre empresa e atingidos é que delimitaram as formas de indenização e os conflitos que surgiram no decorrer da obra. De um lado, como veremos adiante, a população articulou suas resistências, em movimentos organizados, sindicatos ou individualmente sempre no sentido de estabelecer as melhores formas de indenização ou compensação financeira. Do outro lado, percebemos a empresa se armando com dispositivos que a própria lei lhes possibilitava, neste caso, o RIMA apresentou claramente as análises feitas através das famílias entrevistadas, tentando perceber a força associativista da população. As entrevistas feitas para a elaboração do EIA/RIMA já forneciam os dados suficientes para a empresa se organizar diante do conhecimento prévio vindo dos seus entrevistados. A citação a seguir mostra bem esse interesse por parte da empresa de saber qual a força dos movimentos associativos na região.

A pesquisa censitária revelou que mais de 50% desta população não se considera ligada a qualquer associação, por razões que vão desde o “não existe associação” até aqueles que não souberam informar porque não participam. Contudo, entre os chefes de família que declararam participar de associações é marcante a predominância da agregação em torno de associações de cunho religioso (67%), tais como “Círculo Bíblico” ou “Grupos de Famílias”. Há o predomínio quase absoluto da religião católica entre as famílias (84%), indicando ter a Igreja Católica presença marcante na área de estudo.<sup>60</sup>

Apesar de demonstrar que a metade da população a ser atingida não participava de uma associação específica, o relatório traz um dado que alerta para outra questão muito importante para a empresa: quase todos (84%) participavam de eventos da religião católica.

A inserção desse dado pode e quer parecer fortuita. Entretanto, se levarmos em conta que o movimento eclesial CPT estava agindo na região através de alguns agentes católicos, percebemos que a escrita do Relatório possibilita aos

---

<sup>60</sup> Ibid., p.5.34

empreendedores olhar para várias direções. Entre elas, estabelecer outras relações, principalmente com a Igreja, para amenizar futuros conflitos.

Segundo a CPT, no ano de 1990 agentes ligados a esse movimento da Igreja Católica estiveram em Salto Caxias alertando para a necessidade de organizar-se. Estes dados nos levam a crer que as relações entre atingidos e CPT vêm antes mesmo da criação da CRABI e do próprio EIA/RIMA, o que pode ser um indicativo que preocupava os empreendedores da Hidrelétrica.

A luta dos atingidos pela Barragem de Salto Caxias é herança da resistência dos atingidos pela Hidrelétrica de Itaipu: tudo começou com agentes ligados à CPT e trabalhadores/as que tiveram suas terras inundadas para a construção do lago de Itaipu, que iniciaram visitas e reuniões para despertar o interesse dos moradores/as de Salto Caxias e mostrar-lhes a importância de se organizarem para que seus direitos fossem cumpridos.<sup>61</sup>

Desta forma, o levantamento de quem era católico dizia muito para a empresa. Além disso, o RIMA aponta para o envolvimento da Igreja na atuação direta nas comunidades com o trabalho dos padres locais.

A Igreja, através da CPT, assessora os sindicatos, movimentos de 'sem terra' e organizações de atingidos por barragens, consolidando na área, sua participação mais comprometida com as lutas sociais.<sup>62</sup>

Com estas informações, poderia ser mais fácil estabelecer relações de poder com as instituições do que com os próprios atingidos. E esta foi mesmo a tentativa por parte dos empreendedores até o momento em que os atingidos resolveram acampar no canteiro de obras. Esse acampamento teve como principal objetivo a reivindicação de que a Copel fizesse dos atingidos os únicos responsáveis pelas negociações, pois, segundo eles, a COPEL não dialogava com

---

<sup>61</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Destques do nosso trabalho: CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu.** Disponível em: <http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=187&eid=131>, acesso em 09/11/2006.

<sup>62</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. *op. cit.*, p.5.34.

as lideranças dos atingidos da área rural. A negociação dava-se com prefeitos, vereadores e padres.<sup>63</sup>

Além dessas informações sobre os aspectos associativos dos moradores da região diretamente atingida pela UHE Salto Caxias, o RIMA dá visibilidade a duas organizações que consideram mais influentes: à CRABI e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo o RIMA, a inserção da CRABI era mais marcante onde os líderes comunitários locais se identificavam com a proposta coletiva de conduzir as reivindicações. As localidades de maior influência eram: Vargem Bonita, São Lucas e Barra Bonita no Município de Três Barras do Paraná e nas comunidades de: Volta Alegre, Porto Alegria e Estrela no Município de Nova Prata do Iguçu.

Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o RIMA aponta para sua importância em duas linhas de envolvimento naquela época.

A primeira relacionada às discussões do processo de implantação da UHE de Salto Caxias [...] participando ativamente de reuniões e apoiando os movimentos reivindicatórios. A segunda linha de envolvimento está na sua atuação, legalmente reconhecida, enquanto mediador de questões referentes aos trabalhadores e pequenos produtores rurais.<sup>64</sup>

Nestas discussões sobre organizações e associações da região atingida, impressiona o silêncio que este relatório fez sobre os conflitos que já existiam nas localidades antes mesmo da sua redação. Segundo Davi Félix Schreiner<sup>65</sup>, na noite de 12 de agosto de 1993, alguns moradores ocuparam o canteiro de obras e retiveram as máquinas e quatro toyotas, ficando acampados 43 dias no local. Reivindicavam à Copel a discussão do problema, para depois se decidir sobre a construção ou não da barragem. Este “ocultar” de fatos relevantes é questionável para um estudo que tem o objetivo de demonstrar a viabilidade ou não da obra. São questões que confirmam um caráter tendencioso, técnico e essencialmente

---

<sup>63</sup> Sobre as reclamações de que a COPEL só negociava com prefeitos, vereadores e padres cf. SCHREINER, Davi Félix. Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná). **Tese de doutorado**. São Paulo: USP, 2002, p.284.

<sup>64</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. *op. cit.*, p.5.34.

<sup>65</sup> SCHREINER, Davi Félix. *op. cit.*, p.285.



burocrático destes documentos que, muitas vezes, podem se tornar instrumentos de homologação dos objetivos dos empreendedores.

Outra questão que merece ser aprofundada no RIMA é a caracterização do espaço social da região a ser atingida pelo empreendimento. Segundo o relatório a organização dos espaços sociais dos que seriam diretamente atingidos se caracterizava pela

presença de igreja, cemitério, salão comunitário ou pavilhão de festas e escola, além de equipamentos de lazer como churrasqueira e, mais eventualmente, cancha de bocha, campo de futebol e uma bodega [...] Os povoados existentes no entorno do reservatório são muito semelhantes e se compõem basicamente de alguns pontos de comércio, escola e às vezes, um posto de saúde, uma via principal calçada e redes de água, energia elétrica e telefonia instaladas [...]<sup>66</sup>

Pelo relatório, poderíamos afirmar que a organização social da região atingida é homogênea, pois o conceito “semelhante”, utilizado no discurso técnico do RIMA, identifica as formas de ocupação e de viveres como algo facilmente encontrado em qualquer lugar da região. A impressão que fica é a de que ao demonstrar essa homogeneidade, propicia-se com facilidade o remanejamento desta população que se acostumaria a qualquer lugar que tivesse uma igreja, um cemitério e um salão comunitário. Entretanto, muitos outros fatores se entrecruzavam na vida social daquelas comunidades que o RIMA tentou homogeneizar.

Os cemitérios, as capelas, as canchas de bocha e as bodegas não eram simples construções materiais cujo valor se compra ou se vende. Eram frutos de vários anos de trabalho comunitário, da união de objetivos comuns em que cada espaço representava também uma história. Além disso, o estudo em tela não levou em consideração, por exemplo, a representação social<sup>67</sup> destes espaços, as

---

<sup>66</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. *op. cit.*, p.5.25.

<sup>67</sup> Entendemos que o significado e a representação dada a um território, à natureza ou às construções materiais estão sempre ligadas às práticas sociais que se estabeleceram nestes espaços. Sobre o conceito de representação social cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 5, n. 11, 1991.

religiosidades, as culturas desses povos, desrespeitando suas memórias naquilo que é de cultura material<sup>68</sup> e que ficou sob as águas.

O já citado historiador paranaense Davi Félix Schreiner, em sua tese de doutorado, apresentou um estudo sobre as diversas experiências dos atingidos pela UHE Salto Caxias. Para este autor, interessava perceber as formas de socialização que culminaram na organização do movimento social CRABI dentro dos vários objetivos propostos e percorridos em seu trabalho.

A preocupação de Schreiner foi a de historicizar as práticas sociais e experiências de reassentados no oeste do Paraná. Sua pesquisa teve como objetivo dar visibilidade às experiências de luta pela conquista da terra e posteriormente como era o cotidiano dos moradores nos assentamentos. Neste sentido, os movimentos sociais são os objetos de estudo deste autor que percebeu no reassentamento da UHE Salto Caxias fatores instigantes para suas teses.

Dentre as diversas entrevistas orais que fazem parte do trabalho de Schreiner percebemos o sentimento da população que se relacionava com estes espaços construídos historicamente na região. Segundo Schreiner,

[...] o aspecto fundamental da constituição destas comunidades é que elas se articulavam em fortes laços de vizinhança, de ajuda mútua e de amizade. As relações de parentesco também são perceptíveis. Essas comunidades reuniam pessoas que comungavam dos mesmos espaços de manifestação religiosa e de lazer. Em geral, elas não possuíam limites físicos precisos que, muitas vezes, eram definidos por acidentes geográficos, como rios e condições de acesso. Faziam parte de distritos municipais.<sup>69</sup>

O sentimento daqueles que tiveram suas propriedades inundadas não pôde ser inscrito no relatório técnico e científico que esquadrinhou, delimitou e especificou as comunidades e as organizações sociais dos moradores e suas

---

<sup>68</sup> Por Cultura Material entendemos os significados e as representações sociais das construções que ficaram sob as águas tais como, capelas, casas, bosques, praças e que, de alguma forma, constituíram a história de vida dos moradores de Salto Caxias. Para mais informações sobre as relações entre Memória e Cultura Material cf. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC n.21, 1998. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. Acesso dia 14/12/2006.

<sup>69</sup> SCHREINER, Davi Félix. *op.cit.*, p.275.

construções. No RIMA aparecem fotografias de casas, com moradores na janela, na varanda ou na porta tomando chimarrão. Entretanto, o texto logo abaixo ou as legendas que explicam as características da fotografia não falam do morador, apenas do material de que é feita a casa. “A maior parte das casas da área diretamente afetada tem estrutura, paredes e pisos em madeira, cobertas com telha de barro do tipo francesa”.<sup>70</sup>

Como apontou Schreiner, o valor das casas, do pomar que levou alguns anos para ser formado, o rio que passava aos fundos da propriedade e onde muitos praticavam seu lazer, os vizinhos, os laços de amizade e solidariedade construídos na comunidade, a relação com o dono do armazém, do supermercado, da cerealista, com os quais tinham facilidade de crédito, deixaria de existir com a construção da Hidrelétrica.<sup>71</sup>

Na fala de Margaret Maran<sup>72</sup>, uma moradora da região na época em que se começou a cogitar a implantação da Usina, a comunidade se reunia na capela para celebrar, cultuar ritos e fazer reflexão. A Capela era o local das primeiras discussões acerca dos problemas que a usina causaria. Porém, suas preocupações eram em geral restritas ao mundo que conheciam. No apego ao seu lugar e às relações sociais construídas (a casa, o pomar, os vizinhos, a igreja e a escola da comunidade, o armazém onde compravam os produtos de primeira necessidade) revela-se um modo de ser do qual não queriam abdicar.

Nestas narrativas das experiências do cotidiano dos moradores outras questões se estabelecem. As relações que as pessoas tinham com aquele espaço possibilitam a percepção de que outros aspectos devem ser levados em conta nas análises sobre os impactos causados pela construção de uma hidrelétrica. Se na década de 1970 e 1980 as discussões e as lutas se davam principalmente nas questões materiais da indenização, os atingidos por barragens na década de 1990 começam a perceber que outros fatores não podem ser indenizados. As questões subjetivas, as memórias ligadas ao espaço de um rio ou às relações entre os moradores não entram na objetividade material do quanto custa suas

---

<sup>70</sup> INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. *op.cit.*, p.5.42

<sup>71</sup> SCHREINER, Davi Félix. *op. cit.*, p.299.

<sup>72</sup> NUNES, Margaret Maran. **Entrevista**. 2000.

casas e propriedades. Um fator, que até então, não era levado em conta até mesmo pelos atingidos passa a agregar o conteúdo de suas lutas: as relações históricas entre o ser humano e o meio ambiente. Um meio ambiente entendido como um espaço de relações com a natureza (rios, serras, pedras, florestas), com a cultura (bosques, pomares, capelas, casas) e com a sociedade (vizinhos, parentes, donos de venda).

Esses fatores, aqui escritos de forma pedagógica e com intuito de um entendimento acadêmico, na prática não estão assim definidos. Eles se entrecruzam, interpenetram e subsumem-se uns aos outros. Ora a noção de natureza atropela a de cultura, para alguns pesa mais o material e o financeiro, enquanto que para outros as lembranças de como se construiu tal casa e em quais circunstâncias se fez o pavilhão da igreja fale mais alto. Entretanto, todos esses fatores emergem no momento da possibilidade de serem engolidos pelas águas. A imagem daquele espaço imerso faz os atingidos discutirem seus sentimentos e pensarem sua “nova” vida sem aquelas paisagens, sem aqueles lugares. São subjetividades constituídas no decorrer de várias relações e entre elas com este meio ambiente.

Esses sentimentos populares não foram apresentados no EIA/RIMA em questão, nem discutidos, nem avaliados. O EIA/RIMA da UHE Salto Caxias foi aprovado pelo IAP em 16 de Dezembro de 1993, com a emissão da Licença Prévia nº 953/93 demonstrando a viabilidade ambiental da obra. Outras questões deveriam ser supridas por ações de amenização dos impactos no chamado Projeto Básico Ambiental (PBA).

Neste sentido, buscamos compreender em quais circunstâncias são feitas as avaliações de impactos ambientais e em que se baseou o IAP para aprovar projetos de construções de hidrelétricas, ou melhor, quais são os aportes teóricos para se pensar os impactos causados por uma hidrelétrica à população local.

No próximo item, veremos em que tipo de saberes se fundamenta essa avaliação de impactos ambientais. Até onde as ciências humanas podem intervir nas questões relacionadas às populações atingidas por barragens.

## 2.2 SABERES INSTITUÍDOS, MANUAIS ESTIPULADOS

Até aqui interpretamos uma pequena parte da legislação brasileira que, a partir da década de 1980, começou a regulamentar as ações que se utilizam de recursos ambientais e que, de alguma forma, causam modificações ao meio ambiente. Além disso, inserimos nosso objeto de estudo dentro da discussão sobre hidrelétricas e seus estudos prévios sobre impactos ambientais. Percebemos que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) estão fundamentados numa legislação que prioriza o saber técnico e científico sobre o meio ambiente e insere o fator populacional como um dos aspectos a serem analisados e pesquisados.

No momento em que analisamos o Relatório de Impacto Ambiental da UHE Salto Caxias, ficamos instigados em entender também as circunstâncias esses estudos são avaliados e aprovados. Quais diretrizes norteiam os responsáveis por uma avaliação de impactos ambientais no momento da análise de um documento como o EIA/RIMA. Neste sentido, buscamos nas fontes algo que nos possibilitasse compreender também essas relações entre aqueles que elaboram um estudo desse porte e aqueles que se debruçam sobre eles para avaliar e aprovar ou não o projeto.

A UHE Salto Caxias é um empreendimento do Estado do Paraná sob a responsabilidade da estatal COPEL Geração. Por se tratar de uma UHE estadual, construída dentro do território paranaense, o órgão responsável pela aprovação e liberação das licenças para início, instalação e operação das obras é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Sendo assim, foi dessa relação entre dois órgãos estaduais que a avaliação do EIA/RIMA da UHE Salto Caxias foi feita e recebeu as licenças necessárias para sua implantação. Contudo, nos motivou a pesquisar também em que se baseou o IAP para avaliar um EIA/RIMA de uma obra do porte da UHE Salto Caxias.

Nesta procura foi que encontramos um Relatório Técnico elaborado por uma equipe de professores da UFSC e enviado ao IAP para fazer parte de

um “Manual de Avaliação de Impactos Ambientais”. Desta forma, percebemos que os técnicos do IAP tiveram acesso a um estudo criterioso elaborado por profissionais da área das ciências humanas com pesquisas sobre os impactos que a construção de hidrelétricas havia acarretado até então. Sendo assim, interpretaremos esse documento neste item a fim de perceber o uso das Ciências Humanas e os estudos de atingidos por barragens nas avaliações de impactos ambientais realizadas pelo IAP na década de 1990.

### **2.2.1 Hidrelétricas e população: estudos e interpretações**

No dia 29 de março de 1993, as professoras Maria José Reis e Cecília Maria Helm, do Departamento de Antropologia da UFSC enviaram ao senhor Robert Delger do IAP uma síntese final “dos trabalhos realizados em consequência de consultoria contratada para a incorporação no Manual de Avaliação de Impactos Ambientais”.<sup>73</sup> Sendo assim, esse documento será utilizado pelo IAP como parâmetro para se avaliar os EIA/RIMAs no que tange as análises feitas sobre os impactos de Hidrelétricas às populações atingidas. Na análise deste relatório, percebemos várias questões interessantes que vão da crítica severa aos empreendimentos a um silêncio relacionado àqueles que permanecem nas cidades atingidas pelo reservatório e que não migraram no processo de implantação da hidrelétrica. Este documento apresenta uma série de artigos sobre os impactos causados pela construção de Hidrelétricas no Brasil desde a década de 1970. Foi elaborado por antropólogos, arqueólogos e sociólogos no intuito de obedecer a interdisciplinaridade imposta pela legislação. A seguir, apresentamos resumidamente o teor de tais artigos para percebermos as diversas visões

---

<sup>73</sup> REIS, Maria José; HELM, Cecília Maria. **Correspondência enviada em 19 de Março de 1993 ao Senhor Robert Dilger, Coordenador do GTZ - IAP de Curitiba - Paraná.** Florianópolis: UFSC - Imprensa Universitária, 1993, p.1. (mimeografado)

que alguns pesquisadores das Ciências Humanas apresentam sobre as questões relacionadas a Hidrelétricas e população local.

O primeiro artigo tem como título “A construção de hidrelétricas como um fenômeno social” cujos autores são Silvio Coelho dos Santos e Maria José Reis<sup>74</sup>. Iniciam o texto afirmando que, nos discursos oficiais, a partir dos governos militares, a implantação de Grandes Projetos (GPs) atendia a um ideal de “progresso” e se destinavam a redimir certas regiões (ou áreas) do marasmo e do atraso. A injeção de recursos para fins de construção de GPs abria espaço para o novo e moderno Brasil que se queria implantar. A tecnologia era a palavra de ordem que desencadearia um crescimento e desenvolvimento econômico.

O surgimento destes discursos, segundo os autores, fez com que os GPs fossem associados a um país integrado cujas regiões contribuíam para uma hegemonia nacional. O marasmo e o atraso estavam ligados à idéia de um país rural, sem capacidade científica e tecnológica. Desta forma, as regiões distantes dos pólos industriais brasileiros ao mesmo tempo em que serviriam ao Estado com a implantação dos GPs também seriam beneficiados pela integração nacional que estes projetos trariam à região que os sediassem. Diante da análise deste contexto que favoreceu o surgimento dos GPs, os autores criticam a forma como as populações destas regiões foram tratadas.

Em realidade, os GPs foram e são implantados sem levar em consideração as tradições das populações locais e regionais e tampouco suas expectativas e aspirações. As demandas que os justificaram e justificam são de caráter nacional ou internacional. Sua localização é decidida em função de critérios e estratégias complexos e distanciados das lógicas que presidem o cotidiano local. A “mão invisível” do mercado ou das políticas de governo se impõem sobre as pessoas e localidades, definindo seus destinos. É de se perceber porém, que a expansão do capitalismo e da acumulação se dão de forma diferenciada. Nada é homogêneo, inclusive as reações

---

<sup>74</sup> Uma nota de rodapé apresenta Silvio Coelho dos Santos como Antropólogo, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e professor de Ciências Sociais da UFSC e Maria José Reis como antropóloga doutoranda em Ciências Sociais (UNICAMP) na época da elaboração de tal artigo.

das populações locais, pois cada caso, acaba sendo um caso. Daí as dificuldades de se estabelecer generalizações e previsões.<sup>75</sup>

Os autores vêm nesta heterogeneidade de fatores constituintes dos processos de construção de GPs várias relações sociais. Esse processo relacional envolve um número significativo de atores sociais tais como: instituições financeiras nacionais e internacionais; a corporação financiada responsável pela execução do empreendimento; as estruturas de governo; e as populações regional e local. Reafirmam o desrespeito para com o cotidiano das populações locais e inferem a determinação do mercado – leia-se “capitalismo” – na instalação de projetos hidrelétricos. Ao estabelecer a impossibilidade de generalizar e prever os acontecimentos que advêm da construção de uma hidrelétrica, os autores estão delegando aos estudos preliminares um papel essencial, pois, “se cada caso, acaba sendo um caso” a especificidade de um projeto é que deveria ser percebida a partir de critérios também específicos.

No que diz respeito ao fator populacional, os autores destacam como efeito mais penoso e traumático, o deslocamento compulsório das populações ocupantes dos espaços requeridos pelo empreendimento, pois este deslocamento “instala um acelerado processo de mudanças sócio-culturais, cujos desdobramentos ultrapassam de muito a temporalidade demarcada pela construção da obra e contribuem para a redefinição do território que sua instalação impõe”.<sup>76</sup>

É importante ressaltar a crítica que os autores deste artigo fazem aos procedimentos feitos sob as exigências da legislação brasileira. Afirmam que os Estudos de Impacto Ambiental, a Inserção Regional e a Participação dos Atingidos contribuem muito pouco para alterar o lugar marginal e residual que as populações atingidas ocupam em relação aos demais aspectos da obra. Isto demonstra que no início da década de 1990 pesquisadores já apontavam para o caráter extremamente burocrático dos

---

<sup>75</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos ; REIS, Maria José. A construção de hidrelétricas como um fenômeno social. In. **Relatório Técnico**. Florianópolis: UFSC, p.2. (mimeografado)

<sup>76</sup> Ibid., p.3



estudos prévios às construções de hidrelétricas, com intuito apenas de cumprir os dispositivos legais referentes ao projeto e com vistas à obtenção de financiamento para a implantação da Usina e sua execução. “Seus resultados, sejam quais forem, não interferem em decisões já tomadas sobre a conveniência ou não da construção da barragem ou sobre o redimensionamento de suas características técnicas”.<sup>77</sup>

Esta posição reafirma as discussões dos capítulos anteriores sobre a parcialidade e os silêncios dos estudos prévios que muitas vezes mascaram as situações vividas e sentidas pelas populações atingidas por barragens. Nestes estudos, se percebe que os planejadores assumem um papel de “sujeitos do desenvolvimento” e em nome desses fatores *a priori* se colocam como os sujeitos do saber e da técnica e, conseqüentemente, se constituem como aqueles que detêm certo poder de tratar outros fatores como meros “objetos”, não importando se esses objetos sejam flora, fauna ou seres humanos.

A despeito dos efeitos sociais negativos que a implantação dos GPs acarretam, prevalecem sua racionalidade técnico-científica e os interesses das instituições governamentais como indispensáveis à escalada da nação rumo ao “desenvolvimento” e ao “progresso”. Atenderiam, deste modo, a um vago e abstrato “interesse nacional”. Tal pressuposto, contudo, obscurece o privilegiamento de interesses de segmentos sociais específicos, seus beneficiários imediatos.<sup>78</sup>

Percebe-se na citação acima, que os autores estão cientes do papel que desempenha o saber nessas relações entre empreendedores e atingidos. Um saber constituído numa ciência específica com o intuito de legitimar o poder de uma instituição, no caso, o Estado, na tomada das decisões contra aqueles que estão nos caminhos de seus empreendimentos. Segundo os autores, essas situações foram as responsáveis pelos questionamentos por parte das populações e, conseqüentemente, pelas reações políticas contra essas imposições do Estado.

---

<sup>77</sup> Ibid., p.5.

<sup>78</sup> Ibid., p.4.

No segundo artigo do relatório técnico enviado ao IAP, a socióloga da UFSC Aneliese Nacke apresenta um levantamento sobre os problemas causados pela migração involuntária. Em “Deslocamentos populacionais compulsórios: experiência nacional e internacional” a autora faz uma análise dos estudos feitos sobre deslocamentos compulsórios das populações atingidas por barragens. Utilizando-se dos estudos de Thayer Scudder e Leopoldo Bartolomé a autora defende a necessidade de estudos específicos e dirigidos a cada localidade para a formação do futuro reassentamento.<sup>79</sup>

Os estudos apresentados neste artigo apontam para uma reflexão sobre as experiências vivenciadas com o intuito de propiciar a indicação de pontos críticos a fim de que estes subsidiem reflexões sobre os problemas referentes aos reassentamentos. Sendo assim, as discussões do artigo em pauta enfatizam os fatores de deslocamento e a necessidade de construir um espaço para reassentamento que seja o mais semelhante possível aos locais de origem. Essa perspectiva de olhar somente aqueles que são deslocados da região é constante na bibliografia sobre atingidos por barragens.

Isto se percebe também no terceiro artigo “O conhecimento da realidade sócio-cultural das populações locais: considerações teórico-metodológicas” de Maria José Reis. Já no primeiro parágrafo a autora afirma:

Para que sejam respeitados os direitos das populações a serem reassentadas, sejam elas rurais ou urbanas, especialmente para que possam reconstruir dignamente o seu modo de vida, como beneficiárias do processo de instalação de hidrelétricas, um dos pontos de partida é o conhecimento minucioso da realidade sócio-cultural dessas populações, por parte dos planejadores e executores dos empreendimentos em questão.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> BARTOLOMÉ, Leopoldo J. **Relocalización masiva de poblacion: objetivos para los programas de accion social**. Entidad Binacional Yaciretá. Nov.,1980. e SCUDDER, Thayer. Social antropology, man-made lakes and population relocation in África. **Athropological Quaterly**. 4 (3), July, 1968 *apud* NACKE, Aneliese. Deslocamentos populacionais compulsórios: experiência nacional e internacional. In. **Relatório Técnico**. Florianópolis: UFSC, 1993 (mimeografado) p.14.

<sup>80</sup> REIS, Maria José. O conhecimento da realidade sócio cultural das populações locais: considerações teórico-metodológicas. In. **Relatório Técnico**. Florianópolis: UFSC, 1993 (mimeografado) p.1.

Por aí podemos perceber a preocupação constante com aqueles que deixaram as localidades onde viviam antes do alagamento para viverem num reassentamento. Os estudos contidos neste relatório técnico fornecem reflexões muito importantes para aqueles que se preocupam com as questões relacionadas aos reassentamentos. Trazem aspectos inovadores e que possibilitam o entendimento de como se deve agir para que um reassentamento seja um ambiente semelhante ao antigo lugar onde habitavam. Entretanto, não apresenta reflexões sobre aqueles que permaneceram nas localidades atingidas pelos reservatórios.

Na nossa perspectiva, todos aqueles que estão num espaço delimitado para a construção de uma Hidrelétrica passam pelas mesmas situações. Os que migram encontram as dificuldades referentes ao novo território, às diferenças de clima, de solo, de relevo, e principalmente, nas estruturas sociais da nova região que se inserem. Concordamos com todas essas afirmações e com a necessidade de se pensar formas que minimizem o máximo possível essas situações.

Contudo, é necessário também que voltemos nossos olhares sobre aqueles outros tantos que vivenciaram o mesmo processo, talvez com as mesmas dores e que, por ausência de estudos anteriores, estão relegados a um universo alheio do processo de construção de hidrelétricas. Esses sujeitos também perceberam a transformação ambiental advinda pelo reservatório, acompanharam a partida de inúmeros caminhões que levavam a “mudança” de seus vivinhos, seus clientes, seus munícipes. Partilham de saudades e de memórias da mesma forma daqueles que se deslocaram.

O quarto artigo do documento que estamos analisando se chama “A construção de UHs e o processo participatório” cuja autoria é de Ilse Scherer-Warrem (socióloga, pesquisadora do CNPq e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSC) e Neuza Maria Bloemer (antropóloga e, na época, doutoranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP)). Aqui, as discussões estão pautadas na realidade vivida pelas populações quanto a sua participação no planejamento ou na

implementação, por parte do Estado, de políticas que visem a participação pública nas decisões referentes ao projeto hidrelétrico. Segundo as autoras, o fato de haver indicações legais que recomendem a participação popular dos atingidos por hidrelétricas nas discussões que se desenvolvem durante o processo, não significa que sua prática seja constante. Para elas, a participação popular no setor energético brasileiro, ainda guarda resquícios do período ditatorial, com um planejamento racionalista, tecnocrático e autoritário.

Ao apontar para a necessidade de uma mudança nas formas de participação popular, as autoras defendem a idéia de que os órgãos que avaliam os estudos de impacto ambiental devem ter sempre em mente a constituição da população envolvida no processo de construção da barragem. Respeitando os saberes locais e levando em conta as redes sociais existentes, sejam elas de parentescos, de amizades ou de conflitos. Além disso, alertam para a importância de tais órgãos se fazerem presentes em todos os momentos da construção, não apenas na avaliação dos estudos prévios. Sendo assim, podemos inferir que no Estado do Paraná, os responsáveis por estas avaliações ambientais do IAP possuíam na década de 1990 leituras que demonstravam a importância e as conseqüências dos manuais de avaliação ambiental.

No quinto artigo do relatório técnico enviado ao IAP em 1993, Cecília Maria Vieira Helm discute o problema da “Inserção Regional”. Segundo ela, os grandes projetos são decididos teoricamente, na maioria das vezes, fora dos limites das regiões em que vão ser implantados. Entretanto, a prática destes “ideais” se dá num espaço concreto, envolvendo sujeitos diversos com histórias e características distintas. Para Helm,

a política energética nacional não atende aos anseios de expressivos grupos sociais das regiões onde são implantados grandes hidrelétricas. Esses empreendimentos são contrários

aos interesses dos grupos e, têm contribuído para piorar suas condições de vida e de trabalho.<sup>81</sup>

Com isto, inúmeros entraves foram se erguendo ante a construção de barragens. A resistência a estes empreendimentos fez com se que construísse saberes específicos que fossem capazes de amenizar seus impactos como, por exemplo, a difusão de novas formas de se pensar um desenvolvimento a partir das características regionais, agregando outros fatores além do econômico. Ao apontar nesta direção, o empreendimento assume um discurso que quer agregar sonhos e desejos das cidades atingidas aos interesses dos responsáveis pela construção do projeto. Segundo Cecília Helm, dentre as questões que mereciam atenção aos cientistas sociais e planejadores urbanos da década de 1990 é justamente a noção de Desenvolvimento Regional, isto é, “desenvolvimento de regiões e localidades nas quais estão sendo implantadas e projetadas usinas hidrelétricas”.<sup>82</sup>

Contudo, a autora não teve o objetivo de questionar como e em que circunstâncias a categoria “Desenvolvimento” se insere na agenda dos discursos sobre construção de barragens. O próprio entendimento sobre “Desenvolvimento regional”, por si só, é extremamente conflituoso dentro das ciências sociais e sociais aplicadas. Diversas discussões fazem parte das “teorias” sobre esse assunto, porém, não existe um consenso.

O conceito de Desenvolvimento Regional utilizado nos discursos que buscam legitimar a construção de hidrelétricas tem como base as perspectivas econômica e social. Entretanto, entendemos que além de ser econômica e social o “desenvolvimento” só ocorre a partir de ações políticas que o possibilitem. Para alguns economistas, só há desenvolvimento a partir do momento que ocorre um crescimento econômico. Nesta perspectiva, a questão econômica é a principal desencadeadora do desenvolvimento. Nas décadas de 1970 e 1980 essa perspectiva era muito utilizada – o que não

---

<sup>81</sup> HELM, Cecília Maria Vieira. A inserção regional. In. **Relatório Técnico**. Florianópolis: UFSC, 1993 (mimeografado) p.1.

<sup>82</sup> Ibid., p.1

quer dizer que hodiernamente não se utilize mais – e se pauta no tripé capital, trabalho e recursos naturais de cada região.

O economista Charles Poor Kindleberger<sup>83</sup> na década de 1970 afirmava que o desenvolvimento econômico aconteceria numa relação entre os fatores de produção (terra, trabalho, capital e recursos naturais), organização institucional (políticas voltadas ao setor econômico) e transporte. Nessa perspectiva, Manuel Correia de Andrade<sup>84</sup> nos diz que o desenvolvimento regional é um processo desencadeado por um programa norteado por princípios como: capital, população e políticas que visem o desenvolvimento. Sendo assim, podemos afirmar que a noção de desenvolvimento nestes dois autores e em boa parte da bibliografia sobre esse assunto, está pautada na questão econômica, quanto maior for o crescimento das riquezas e dos lucros de uma região, maior será o índice de desenvolvimento.

Neste sentido, podemos afirmar que a política energética do Brasil nos anos de 1970 e 1980 estava marcada por essa visão “desenvolvimentista” que via na energia hidrelétrica um mecanismo capaz de gerar crescimento econômico tanto para o país quanto para a região onde uma hidrelétrica se instalasse. A partir de 1990, outros aspectos foram se incorporando às noções de desenvolvimento, principalmente a questão da qualidade de vida e as discussões sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Além da questão econômica, começa a se discutir as questões sociais e ambientais decorrentes do desenvolvimento econômico. De nada adianta uma região apresentar altos índices econômicos se a riqueza não é dividida. Da mesma forma, é impossível haver qualidade de vida numa região poluída. Neste sentido, outros discursos são incorporados ao do crescimento das riquezas entre eles o do desenvolvimento sócio-econômico e do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>83</sup> KINDLEBERGER, Charles Poor. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1976.

<sup>84</sup> ANDRADE, Manuel Clemente de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. Petrópolis: Vozes, 1987

Para o professor de economia da Universidade Federal do Paraná Ademir Clemente<sup>85</sup>, desenvolvimento regional se refere à elevação do nível de vida da população. Para ele, existe qualidade de vida a partir do momento em que o aumento da renda seja superior ao crescimento demográfico. Disto podemos inferir que nas ciências sociais aplicadas o termo “qualidade de vida”, pode ser quantificado e delimitado pelos índices econômicos com um fim preciso: estabelecer se uma região é desenvolvida ou não. Neste sentido, acreditamos que uma das características das ciências humanas e sociais ao tratar de assuntos como esse deva ser o de questionar o “inquestionável”, duvidar do “indubitável” e historicizar as várias relações de poder que se estabelecem na formação de uma categoria. A que preço ocorre a inserção de uma região atingida por uma hidrelétrica na economia ou no desenvolvimento econômico do país? Em que circunstâncias esses discursos são constituídos e como são recebidos pelas populações?

Pelo que vimos no capítulo anterior, os órgãos empreendedores da UHE Salto Caxias certamente estavam aportados numa perspectiva quantitativa ao elaborar os estudos de impacto ambiental. Tentaram medir a qualidade de vida dos moradores da região a partir de estatísticas e dados quantitativos. Esses estudos de impactos ambientais foram aprovados pela equipe do IAP sem que houvesse questionamentos ou discussões por parte da sociedade sobre tais números ou sobre as “verdades” de tais tabelas. Estamos afirmando isso para questionar a fixidez de conceitos que aparecem em relatórios como meta-históricos e a-políticos.

A categoria “desenvolvimento” ou “inserção” regional discutida pela autora no referido relatório técnico e por uma vasta bibliografia sobre esse assunto aparece como um conceito pronto, acabado e unquestionável. No nosso entender, o conceito de desenvolvimento é um discurso que reflete diversos interesses. Como um discurso, tem uma história, nasce a partir de uma cultura e pode também ser modificado ao longo do tempo, por isso, deve ser questionado, historicizado a fim de perder essa áurea de verdade absoluta e modelo único a ser seguindo pelas políticas de estado.

---

<sup>85</sup> CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

Traçando um paralelo às questões apontadas por Cecília Helm com o caso específico da UHE Salto Caxias, fica nítida a construção de um ideal regional sobre as realidades vividas na época da construção. Os empreendedores calcularam e divulgaram os benefícios que a região atingida pelo reservatório teria após sua construção. A região de Salto Caxias se tornaria “desenvolvida” com o advento da hidrelétrica. Esse foi um discurso costumeiro nas discussões iniciais, nas reuniões informais que ocorreram na região de Salto Caxias. Aliado a este discurso, a população vê o comércio crescer durante a construção da hidrelétrica devido a chegada de centenas de trabalhadores para a construção da barragem. Entretanto, com o fim das construções os moradores perceberam outro tempo, um tempo em que os barrageiros se foram e, além deles, vários moradores antigos migraram como veremos no próximo capítulo.

Foi na idéia do desenvolvimento da cidade que os comerciantes acreditaram e investiram. As “promessas de que era bom” refletem os momentos iniciais das obras onde as cidades se movimentavam com a chegada dos barrageiros e dos técnicos que analisavam a região. Primeiro o crescimento repentino, as prateleiras das lojas se esvaziando com tantas vendas, a falta de casas para alugar aos que permaneceriam pelas cidades durante o andamento das obras, a injeção de recursos financeiros do Estado na construção de quadras e ginásios de esportes. Essa falsa idéia de desenvolvimento ouvida nas reuniões com as autoridades de certa forma fazia “camuflar” a realidade que seria vivenciada alguns anos mais tarde com o esvaziamento das cidades. Além daqueles que saíam por causa do término das obras, os habitantes começaram a perceber a falta dos moradores que migraram para outras cidades.

No tempo das entrevistas que fizemos em Salto Caxias, várias destas questões foram narradas pelos moradores que permaneceram na região atingida. Antes de irmos à cidade de Boa Vista da Aparecida, por exemplo, entramos em contato com um ou dois atingidos e lhes solicitamos que reunissem alguns moradores que quisessem falar sobre a qualidade de vida naquela cidade depois do advento da Usina. Quando chegamos no dia e local marcado haviam dezenas de pessoas reunidas nos esperando, eram comerciantes, agricultores, políticos,



membros de outros movimentos sociais contrários à CRABI que nos aguardavam na ânsia de falar, pois, segundo alguns moradores, ninguém tinha vindo ali para ouvi-los desde que as comportas tinham se fechado.

O relato do Senhor Ulisses Turatto foi significativo naquele momento:

Meu filho, que bom que vocês vieram aqui pra ver nós. Desde que se fecharam aquelas comportas ninguém mais olha por nós! Nem governo, nem Copel, nem CRABI...a cidade tá um deserto...pode olhar o comércio, as casa de roupa que nessa época tinha bastante movimento por causa da colheita...tão tudo vazio por causa do reassentamento...<sup>86</sup>

Há de se levar em conta todos os interesses inscritos nessa fala. Principalmente, porque havia se noticiado na cidade que nós éramos do governo – associação com a Universidade de que fazíamos parte – e, desta forma, ao serem entrevistados por nossa equipe, no fundo pensavam que o Estado ficaria sabendo dos seus descontentamentos. Os vereadores que se fizeram presentes nesta reunião, diziam da importância do governo agilizar o pagamento de *royalties* e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS); os comerciantes – como o senhor Ulisses Turatto – lutavam na época por uma indenização ao comércio pela perda de fregueses que haviam “ido embora” por causa da construção da barragem; líderes de sindicatos e outros líderes que não se juntaram a CRABI estavam se reunindo para fortalecimento de um outro Movimento Social – Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias (MABESC) – para reivindicar melhorias àqueles que tinham permanecido. Neste sentido, não negamos a parcialidade e as sinalizações que cada um faziam aos seus interesses, mas levamos em conta essa gama de conflitos inevitáveis que surgem alheios aos estudos que se fazem anteriormente à construção da usina.

Por isso, em nossa opinião, as pessoas que ficaram nas cidades lindeiras à Salto Caxias, estavam também às margens dos Estudos de Impacto Ambiental e do referido relatório técnico analisado neste capítulo. Isso nos faz pensar que os saberes instituídos para prever e solucionar de antemão os impactos advindos da construção de uma barragem apresentam fendas pelas

---

<sup>86</sup> TURATTO, Ulisses. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001.

quais se desencadeiam vários fatos que devem ser pensados a partir de temporalidades e historicidades específicas.

Contudo, mesmo não se reportando especificamente aos atingidos que permanecem na região afetada por hidrelétricas, não se pode negar o caráter crítico de Cecília Helm que alertava em seu artigo sobre os efeitos negativos das obras, os danos e a urgência de um processo de reorientação das políticas governamentais no sentido de que, “desde a fase do planejamento, em termos de custo-benefício, as questões sociais recebam um tratamento de igual importância ao que tem sido dado às técnicas de produção de energia e aos lucros das empresas”.<sup>87</sup>

O sexto e último artigo do relatório enviado ao IAP é de autoria das antropólogas Neusa Maria Bloemer e Maria José Reis e disserta sobre “Monitoramento do processo de reassentamento das populações a serem deslocadas”. Neste artigo, as autoras defendem a necessidade de se desenvolverem ações de monitoramento em relação às populações reassentadas. Segundo as autoras, este monitorar é dar assessoria, assistência, avaliação e acompanhamento àqueles que são destinados aos espaços delimitados para reassentamento. Novamente, percebemos o caráter extremamente técnico e científico sendo instalado no interior das vivências dos atingidos por barragens. Pois, segundo as autoras,

às instituições responsáveis pela instalação dos reassentados, cabe, portanto, além da responsabilidade da instalação de moradias e equipamentos sociais (escola, igreja, etc.) e de providências destinadas à implantação da infra-estrutura (estradas, meios de transporte, etc.), fornecer assessoria técnica e financeira aos reassentados.<sup>88</sup>

As autoras defendem ainda a inserção das diversas especialidades disciplinares para atuar em distintos segmentos constituídos num reassentamento. Aos camponeses deve-se dar uma assistência voltada especialmente para a retomada do processo produtivo agropecuário e que deve

---

<sup>87</sup> HELM, Cecília Maria Vieira. *op.cit.*, p.3.

<sup>88</sup> BLOEMER, Neusa Maria ; REIS, Maria José. Monitoramento do processo de reassentamento das populações a serem deslocadas. In. **Relatório Técnico**. Florianópolis: UFSC, 1993 (mimeografado) p.1.

ser conduzida por agrônomos, economistas, geógrafos e técnicos agrícolas vinculados às instituições responsáveis pelo reassentamento ou a órgãos governamentais.

No que diz respeito à integração social é recomendável que se utilize profissionais da área de Ciências Sociais (sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, etc.) capazes de auxiliar na localização e diluição de conflitos e na minimização dos efeitos sócio-culturais negativos resultantes da realocação.<sup>89</sup>

Novamente não há discussões sobre a população que permanece e a impressão que temos é que somente os que migram merecem atendimento e assistência. No entanto, o que queremos discutir nesse momento é a noção de assistência, avaliação, acompanhamento e assessoria. Os atingidos devem ser assessorados no seu modo de viver por especialistas, por pessoas que têm um saber próprio e específico capaz de minimizar conflitos e estabelecer a ordem, seja ela social ou econômica. Somente em um dos dezoito parágrafos que o artigo possui, as autoras mencionam a necessidade de participação dos reassentados visando “valorizar o conhecimento acumulado e as experiências vivenciadas pela população-alvo” e “para que não se estabeleçam relações de caráter paternalista entre equipe técnica e os reassentados, o que dificultaria sua autonomia, prolongando o tempo necessário a esta assistência”.<sup>90</sup>

Neste sentido, mesmo que estejamos falando de um documento produzido na década de 1990 com o intuito de fazer parte de um manual capaz de auxiliar os técnicos do IAP, podemos inferir os questionamentos de Michel Foucault sobre o “esquadrinhamento disciplinar da sociedade”<sup>91</sup>. Pois, entendemos que o documento é atual naquilo que suas leituras sobre dado espaço é decisiva na intervenção da vida daqueles sujeitos. Segundo Foucault, o controle, o exame, o acompanhamento, a vigilância são mecanismos criados para disciplinar os indivíduos.<sup>92</sup> O caso do acompanhamento técnico àqueles que serão reassentados devido a construção da UHE Salto Caxias exemplifica bem essa questão.

---

<sup>89</sup> Ibid., p.3.

<sup>90</sup> Ibid., p.3.

<sup>91</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21.ed.Rio de Janeiro: Graal, 2005. p.3.

<sup>92</sup> Idem. **Vigiar e punir**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. pp.115-192.

Além disso, lembramos da noção de “pastorado” nas políticas estatais do ocidente também presente nas discussões de Michel Foucault. Por mais que o poder pastoral esteja relacionado à religião, Foucault nos faz pensar esse tipo de poder através de diversos mecanismos que podem perfeitamente se tornar técnicas utilizadas tanto pela religião (no caso o cristianismo) quanto pelo Estado ou, por que não, pelo papel que os próprios saberes se autodeterminam. Entendemos que, a partir do momento que um saber instituído – no caso, o saber antropológico, sociológico, psicológico ou de assistência social – se dá o poder de “minimizar conflitos”, ele está pastoreando, ajuntando e conduzindo os indivíduos a uma finalidade. Para Foucault, esse poder pastoral que se iniciou com o cristianismo mantém um caráter essencial e singular na história das civilizações:

[...] exercendo-se inteiramente como qualquer outro poder do tipo religioso ou político sobre o grupo inteiro, o poder pastoral tem por preocupação e tarefa principal velar pela salvação de todos, apenas operando sobre cada elemento em particular, cada ovelha do rebanho, cada indivíduo, não somente para obrigá-lo a agir dessa ou daquela maneira, mas também de modo a conhecê-lo, a desvendá-lo, a fazer aparecer sua subjetividade e visando a estruturar a relação que ele estabelece consigo próprio e com sua própria consciência.<sup>93</sup>

Neste sentido, por mais que a temática de Foucault ao falar do poder pastoral seja outra, podemos pensá-lo e introduzi-lo nesta discussão por causa do teor pastoral que se quis estabelecer nestas relações entre reassentados e saberes instituídos com intuito de instaurar ordem e desenvolvimento nos reassentamentos. Além disso, notamos a falta de um diálogo com a História. As discussões sobre as diversas temporalidades e, por que não, um diálogo sobre esse caráter pastoral que se quis implantar nas assistências ao reassentamento, possibilitariam outras abordagens, novos olhares e também metodologias distintas. Em outro momento, percebi o quanto a História Oral, por exemplo, pode ser útil na elaboração do próprio EIA/RIMA.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> Idem. A Filosofia analítica da política. In. MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault: ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos & Escritos v.5. São Paulo: Forense Universitária, 2004, p.52.

<sup>94</sup> KARPINSKI, Cezar. O Estudo de Impacto Ambiental e as Populações Afetadas por Usinas Hidrelétricas: o caso de Campos Novos e Barra Grande (Santa Catarina, 1987-2003), *op.cit.*

A leitura e interpretação dos vários artigos presentes no relatório supracitado nos fazem pensar várias questões referentes a um momento específico na construção de barragens no Estado do Paraná. O IAP é o órgão responsável pelas Avaliações de Impactos Ambientais que são feitas através de análise do EIA/RIMA e de visitas às localidades afetadas. Percebemos que, na década de 1990, esse órgão estatal se dispôs ao cumprimento das exigências legais para tal avaliação quando contratou a consultoria, pois, uma das exigências da Lei é organizar estudos multidisciplinares referentes a cada área afetada por um Grande Projeto Governamental. Neste sentido, a síntese apresentada pela equipe da UFSC, deve ter sido apenas um, dos vários estudos contratados pelo IAP, pois além do aspecto populacional a de se lembrar que existe também impactos contra a flora, a fauna, o solo, o clima e para cada um desses aspectos um estudo semelhante ao analisado deve ter sido feito.

Tudo leva a crer, que a reunião de vários estudos sobre impactos de hidrelétricas formou um “Manual de Avaliação de Impactos Ambientais”. Para esta pesquisa, estou lendo apenas um aspecto nesta cadeia de acontecimentos que se entrecruzam durante a construção de uma hidrelétrica. Estou lendo os “olhares” que alguns saberes lançaram sobre a população, o fator humano, que não se descola dos outros fatores ambientais que sofrem impactos. Foram estes “olhares”, estes estudos, que deveriam guiar a avaliação dos impactos que a UHE Salto Caxias causaria à população atingida. Neste sentido, as críticas, os alertas e também os silêncios de um estudo podem ter refletido diretamente na prática dos responsáveis no momento da concessão das Licenças referentes à instalação da obra e funcionamento da Usina.

Por isso que o EIA/RIMA da UHE Salto Caxias foi uma peça fundamental no momento da construção da mesma. Foi na leitura e interpretação dos dados que este documento apresentou e com o auxílio dos Manuais de Avaliação Ambiental que o IAP concedeu a Licença Prévia que desencadeou todo o processo vivido pelos habitantes daquele território. Se no EIA/RIMA e no Manual de Avaliação não havia um estudo específico sobre a população que permaneceriam na região após a inundação houve aí uma fenda por onde vários problemas se desencadearam. A falta de estudos neste sentido

pode ter acarretado os conflitos que instigaram essa pesquisa que vem também com o objetivo de dar visibilidade a esses silêncios e questionar as relações de poder existentes entre órgãos e institutos ambientais, companhias responsáveis pela construção de Hidrelétricas e Empresas que realizam os Estudos de Impacto Ambiental.

### **CAPÍTULO 3**

#### **RELAÇÕES E SITUAÇÕES: DIVERSOS SUJEITOS, ALGUMAS INSTITUIÇÕES E VÁRIAS “ALTERNATIVAS”**

Neste capítulo discutiremos algumas das diversas relações de poder e a constituição de subjetividades estabelecidas durante a implantação da UHE Salto Caxias. A COPEL e a urgência em construir, no tempo projetado, uma das Usinas mais modernas do país cujas técnicas de engenharia e de aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis eram consideradas as mais avançadas do mundo. Os atingidos que, diante da inevitabilidade desta construção, se organizavam a fim de estabelecer com a COPEL negociações que possibilitassem indenizações justas aos bens que estavam prestes a perder.

Nesse emaranhado de interesses emergiram vários conflitos e nasceram algumas instituições. Da parte da população que seria afetada pelo empreendimento encontramos a Comissão dos Prefeitos dos Municípios Atingidos por Salto Caxias (COSACA), a já citada Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), o Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias (MABESC) e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida. Da parte da COPEL, nasceu o chamado Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (GEM-CX) que buscou agregar as diversas organizações portadoras de representatividade populacional. Esta instituição emergiu num momento de extremo conflito entre a população e a COPEL e nas assembléias organizadas por este Grupo é que serão tomadas as decisões sobre os programas de amenização de impactos ambientais entre eles as indenizações.

Desta forma, percebemos a diversidade de possibilidades que se apresentaram durante o processo de negociação. Entre os anos de 1993 e 1997 se acentuaram as discussões e os conflitos convergiam em diversas

situações em que, muitas vezes, o diálogo se tornou impossível culminando com ações que vão de acampamento e embargo da obra por parte dos atingidos à utilização da força policial para defender o patrimônio da UHE por parte da COPEL. Entretanto, relações foram se gerando no interior destes acontecimentos fazendo com que lideranças fossem surgindo e objetivos distintos se delimitassem principalmente sobre a melhor forma de indenização. É na historicidade destas relações que se pautarão os itens seguintes.

### 3.1 TUDO COMEÇOU COM A NOTÍCIA: “A USINA VEM AÍ...”

...isso há muitos anos atrás, uns 30 anos, quando eu era proprietário de um alqueire e meio de terra, lá onde que saiu a barragem... Já estavam fazendo perfuração naquelas lajes e entrevistas com o povo sobre a barragem do Salto Caxias. Só que ninguém acreditava e daí o fazendeiro foi atropelando o povo de lá, comprando, trocando, e eu de lá vendi pro fazendeiro. Com aquele dinheiro eu comprei cinco alqueires lá em cima de onde fui desapropriado.<sup>95</sup>

A fala do Senhor Severino, morador da localidade de Santa Geneveva, situada no Município de Três Barras do Paraná, nos dá uma idéia referente à existência dos estudos feitos pela ENERSUL na década de 1960 na região de Salto Caxias. A presença de técnicos realizando a “perfuração naquelas lajes” e entrevistando o povo já era uma realidade vivida há muito tempo pelos habitantes daquela região tão próxima ao Rio Iguaçu. Entretanto, o povo não acreditava que seria possível e, neste necessário “desacreditar”, continuaram suas vivências naquelas terras. Não acreditar numa obra destas significava a própria condição de vida, pois, como viver com a certeza de que um dia tudo que estavam construindo poderia ser tragado pelas águas? Ao pensar que tudo não passava de suposições atribuíam a possibilidade da construção da hidrelétrica a uma forma do

---

<sup>95</sup> LIBERA, Severino Della. **Entrevista**. Cascavel, 12 de janeiro de 1999.



Governo meter medo no povo. Assim, esses ribeirinhos puderam construir e estabelecer vínculos com aquele território, com aquele Rio, com aqueles espaços.

Como as águas do rio, a vida destes moradores seguiu seu curso. As relações econômicas continuaram se fazendo como em qualquer outro espaço agrário, onde o fazendeiro, para aumentar a propriedade comprava as terras dos pequenos agricultores, que pensando terem realizado um grande negócio vendiam-nas e migravam. Entretanto, os estudos estavam realizados e “concluídos”, os planos já traçados e, enquanto a vida cotidiana se estabelecia o tempo da construção se aproximava. De vez em quando, os moradores estranhavam a presença de helicópteros e aeronaves “voando baixinho”, mas no “corre-corre” diário essa era apenas uma oportunidade para as crianças verem bem de pertinho as máquinas admiradas em livros e revistas.

Entretanto, com o passar do tempo aquilo que era apenas motivo de “causos”<sup>96</sup> se torna preocupação na região de Salto Caxias. A notícia da construção da Hidrelétrica chega às cidades pelas rádios, pelos fazendeiros, pelos sindicatos, mas foi difícil de acreditar. Nesse momento, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se torna o espaço de divulgação, pois, na região, esse órgão era o que mais agregava o pessoal do campo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais representava para os pequenos agricultores um espaço de segurança e confiança, pois era por ele que muitas vezes conseguiam resolver seus problemas de saúde e seguridade social. Nestes primeiros momentos de notícias o Sindicato, na pessoa de seus líderes ou presidentes como eram chamados aqueles que eram eleitos para liderar, foi o responsável pela notícia de que “A usina vem aí”.

Foram nestas relações entre os líderes de sindicatos e agricultores que se iniciaram as discussões em torno da necessidade de se organizar.

---

<sup>96</sup> Por “causos” a população chama as histórias contadas nas rodas de chimarrão, nos momentos de encontro nas bodegas, nas reuniões familiares à beira do fogão à lenha. Até hoje, quem conta causos inicia diálogos que podem ser verídicos ou não. Assim são chamados os “causos de pescarias”, “causos de assombração”, “causos do povo antigo”.

Mas a população não queria acreditar na esperança de que tudo não passasse de um alarme falso. Novamente, o Senhor Severino relata a dificuldade de fazer “o povo entender” que era verdade:

... fomos organizar o povo, só que ninguém acreditava. Eu cansei de ir a pé dali de onde morava pro lado de cá do Rio Iguaçu, ir em Nova Prata, sair de manhã cedo e de ficar na reunião nossa e de tarde voltar a pé também porque não tinha com que ir, no sol. Chegava na comunidade aqui de Santo Isidoro, da fazendinha também, enfim todas as comunidades convidando o povo pra reunião, pra se organizar através do Sindicato. (...). Eu fazia quilômetros a pé. Levava cadastro pra cadastrar a comunidade e eles não iam, não acreditavam, e fui indo, uma vez, duas vezes, e nós reunião e reunião. Daí eu tinha que ir a Curitiba, no seminário em Chapecó (...). Isso aí era só sobre a barragem, o que aconteceu nas outras barragens, o que poderia acontecer nesta.<sup>97</sup>

Essa missão de “organizar o povo” foi delegada ao Senhor Severino pelos presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais das cidades de Nova Prata do Iguaçu e Realeza. O temor era que acontecesse com o pessoal de Salto Caxias a mesma coisa que havia acontecido com os desapropriados da Hidrelétrica de Itaipu. A construção desta Usina fez emergir na região oeste do Paraná certo “terror” quanto às hidrelétricas, pois os moradores das terras próximas ao Rio Paraná tiveram suas propriedades compradas pelo governo a preços muito baixos o que impossibilitou sua permanência no campo.

A “missão” de levar a notícia da construção da Hidrelétrica foi recebida paradoxalmente entre os habitantes da região. Muitos se negaram a acreditar e achavam que esses líderes estavam se aproveitando da situação para lucrar algo. Outros se preocupavam, demonstravam interesse e outros queriam esperar mais algum tempo. Esses acontecimentos constituem um momento de reconhecimento e de identidade com o evento, afinal, se a notícia se concretizasse todos seriam prejudicados, todos teriam que mudar. Sendo assim, iniciam-se na região as relações de pertencimento a uma categoria até então desconhecida pelos moradores. Mais tarde, assumiriam

---

<sup>97</sup> LIBERA, Severino Della. **Entrevista citada.**

para si a categoria de “atingidos”, mas naqueles momentos iniciais os moradores partilhavam apenas de dúvidas.

Essa difusão de notícias disformes e extra-oficiais foi motivo de muitas angústias e sofrimentos da população. Antes mesmo da redação dos Estudos de Impacto Ambiental, das entrevistas por parte dos empreendedores a notícia já chegava a alguns moradores. Nestas dúvidas constantes, se impunha uma necessidade, a de que era preciso se organizar para saber o que estava acontecendo. As notícias do que aconteceu com outros moradores expropriados por hidrelétricas na região chegavam constantemente aos ouvidos dos moradores através de visitas direcionadas do pessoal da CPT, nos sermões dos padres nas missas das capelas, nas falas dos sindicalistas ao voltar das reuniões que participavam em outras cidades. Mas ainda não se sabia ao certo o que fazer ou como agir. Neste sentido a fala da Senhora Margaret Maran Nunes nos possibilita ter uma idéia do que estava acontecendo naqueles primeiros momentos.

No início a gente não tinha nada mais elaborado. Era uma questão muito nossa mesmo, própria da comunidade, que fazia sua reflexão em torno de um problema. Tinha o pessoal que se preocupava, “não, mas a minha mãe tá enterrada no cemitério aqui”, “meu Deus eu plantei árvore, eu cheguei aqui, nunca sai desse lugar, eu nasci aqui, já estou com 30 anos e nunca sai.” Então tinha esse tipo de preocupação mesmo. Na comunidade, naquele momento, discutia-se isso, mas também tinha a preocupação de que a gente precisava se organizar nas outras comunidades pra poder enfrentar. Agora, nesse enfrentamento, nossa organização era divergente. Por quê? Porque a maioria das famílias atingidas que moravam naquela região era de posseiros, pessoal que sofreu muito na época da ocupação, apanhou naquela época. “Mas não, brigar de novo com o governo, será que a gente vai conseguir vencer, não adianta brigar com o governo, isso aí não adianta é ilusão da nossa parte”. Mas tinha outros que diziam assim: “mas agora nós já estamos num outro período, nós podemos enfrentar o governo, não é possível que a gente não vá enfrentar, nós não vamos estar sozinhos”. Então, eram bem divergentes as discussões e as preocupações que tinham.<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> NUNES, Margaret Maran. **Entrevista**. Cascavel, 26 de fevereiro de 2000.

Esse relato nos traz vários perfis referentes ao entendimento da população que habitava os arredores do Rio Iguaçu, principalmente a Região denominada Sudoeste do Paraná, quanto à postura que deveriam adotar frente ao governo, mostra a incerteza política de setores e a convicção de outros quanto à necessidade de estabelecer o enfrentamento na defesa da cultura do local. O espaço delimitado para a construção da usina representava muito mais do que algumas propriedades rurais. Nesta fala percebemos a emergência de uma cultura pautada nas relações com um espaço historicamente constituído, fala de uma identidade de quem nunca morou noutro local. Note-se que no discurso de Margaret, os atores sociais não falavam de lavouras, de pastagens ou de bens materiais mensuráveis. Essas pessoas falavam de um ambiente que representava sua própria história de vida, um local onde plantaram árvores, onde nasceram e enterraram seus mortos. São narrativas que nos mostram que além do material, estão as relações sociais com aquele espaço que aparecem com uma força maior até que a necessidade de se organizarem.

Outra particularidade que essa narrativa nos apresenta é a noção que essas pessoas possuíam do Governo. A condição de posseiros na época que se quis formalizar a colonização do Sudoeste do Paraná, antes ainda da década de 1940, traz lembranças de um tempo fortemente marcado pelos conflitos agrários e pode nos fazer pensar como se formou a forte ligação com aquelas terras. Estes conflitos provavelmente não foram vivenciados pelos moradores que estavam na década de 1990 na região de Salto Caxias. Mas as memórias daquele tempo de intensas dificuldades em conseguir a propriedade das terras estão na memória coletiva, narrada pelos antepassados, quem sabe até pela “mãe enterrada no cemitério aqui”. Os confrontos com jagunços são constantemente lembrados pelos netos e bisnetos dos posseiros que lutaram e, muitas vezes, morreram em confrontos diretos ou em tocaias. Neste sentido, percebemos nas memórias transcritas na narrativa que a luta pela conquista daquela terra era também uma luta contra um governo que colocava nas mãos de empresas grileiras as

terras devolutas do Estado do Paraná. Por isso a analogia de não “brigarem com o governo”.

Através dos livros que o professor, historiador e repórter Hermógenes Lazier escreveu sobre a história da Região Sudoeste do Paraná podemos ter uma idéia de como a historiografia apresenta os conflitos agrários nesta região.<sup>99</sup> Segundo Lazier, durante um longo período de inconstâncias administrativas e sem uma organização colonizadora, vários colonos vindos principalmente do oeste catarinense e noroeste gaúcho começaram a tomar posse de alguns terrenos já na primeira metade do Século XX. Esses moradores foram chamados de posseiros porque não tinham o título de propriedade das terras, apenas chegavam, demarcavam certa área e começavam a derrubada da mata para o cultivo de milho e criação de porcos.<sup>100</sup>

Este autor aponta dois momentos cruciais que definiram a história dos conflitos agrários no sudoeste do Paraná. O primeiro referente à instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) que foi criada pelo Governo Federal em 1943 com intuito de “cuidar” da região fronteiriça. Segundo Lazier, a CANGO organizou os posseiros que já estavam na área e possibilitou a entrada de outros através de demarcações de lotes e títulos de propriedade. O segundo momento se refere à instalação da empresa Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA) em 1950 que, recebendo como indenização do Estado do Paraná uma vasta área de terra na região, apropriou-se de outras tantas onde já se encontravam os posseiros com suas habitações e áreas cultiváveis. Segundo Lazier, os funcionários dessa empresa exigiam o pagamento dos lotes em que se encontravam os posseiros afirmando que aquelas terras pertenciam à CITLA. O autor aponta para a existência de documentos forjados e para a

---

<sup>99</sup> LAZIER, Hermógenes. **Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão: Folha Sudoeste, 1977. ; Idem., **A estrutura agrária no Sudoeste do Paraná**. Curitiba: [s/ed.], 1983. ; Idem., **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP. 18.ed.1986. ; Idem., **Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

<sup>100</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP. 18.ed.1986.

contratação de jagunços que iriam cobrar os posseiros, o que gerou muitas histórias de violência culminando com um dos maiores conflitos por posse de terra do Século XX no Brasil, a chamada Revolta dos Posseiros em 1957.

Através do livro de Iria Zanoni Gomes<sup>101</sup> “1957: a revolta dos posseiros” podemos perceber o significado desse momento na história de vida dos pequenos agricultores da região sudoeste do Paraná. Através de relatos de moradores que vivenciaram a revolta, a doutora em sociologia e professora da Universidade Federal do Paraná apresenta uma narrativa, por vezes sangrenta, do conflito que chamou a atenção do país para a instabilidade das questões agrárias no Estado do Paraná. Pelos relatos dos moradores, a autora vai narrando as diversas formas de violência que os jagunços usavam contra os posseiros em nome dos direitos da CITLA. A Revolta foi o ápice de uma situação insustentável numa região em que o Estado não se fazia presente e cujas leis eram estabelecidas através das armas de fogo, facões e pauladas.

A Revolta dos Posseiros de 1957 é um marco na identidade regional dos moradores do sudoeste do Paraná, pois foi através deste conflito que o Governo Federal interveio na região criando o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Foi esta instituição que programou e executou os trabalhos necessários para as desapropriações das terras e, conseqüentemente, concedeu os títulos de propriedade aos posseiros.

Neste sentido, a propriedade da terra na região sudoeste do Paraná traz em sua história essa característica de luta. Talvez essas memórias estivessem presentes no cotidiano dos moradores que seriam, na década de 1990, expropriados pela UHE Salto Caxias. As memórias de um passado de luta contra a CITLA podem ter alimentado as analogias contra a COPEL. Na década de 1940 a CITLA representava um aliado do governo paranaense, pois os documentos citados por Lazier e Gomes apontam para uma conivência do Estado do Paraná na grilagem de terras feitas pela CITLA. Na década de 1990, a COPEL era a presença do Governo, pois em nome deste,

---

<sup>101</sup> GOMES, Iria Zanoni. 1957: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.

desapropriava as terras para construção de barragens. Tudo leva a crer que na memória dos atingidos por Salto Caxias, a imagem do “governo” e de “lutar contra o governo”, pode estar relacionada a este passado de conflitos agrários.

Entretanto, por estarem em “outro período” sentiam que poderiam enfrentar o governo desde que se organizassem. Essa noção de enfrentamento já era conhecida pela população. Tanto pelas memórias do tempo dos posseiros, quanto do presente marcado pelas ocupações e lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Embora nem todos se enquadrassem na categoria “sem terra” – pois alguns eram proprietários – os discursos de luta por reforma agrária já faziam parte também das conversas entre os moradores da região. Além disso, as visitas constantes do pessoal da CPT e de lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) também se difundiam nos diálogos iniciais nas casas, capelas, bodegas, nas visitas que os moradores faziam uns aos outros, nos serões<sup>102</sup> nas casas dos parentes e amigos.

Esses diálogos iniciais foram gerando na população um sentimento de que precisavam fazer alguma coisa, não podiam esperar. As diversas relações que as famílias passaram a ter após as notícias da inevitabilidade da construção da usina e do conseqüente alagamento de suas propriedades foram constituindo as subjetividades destes indivíduos. As relações com o espaço físico, com as memórias, com os acontecimentos que os identificavam com aquele território, com as pessoas que estavam trazendo as histórias de outras tantas famílias expropriadas por causa das hidrelétricas foram se enraizando no cotidiano destes moradores de Salto Caxias. Estas exterioridades aliadas às interioridades de cada morador eram partilhadas nos locais onde se encontravam para prostrar. São essas relações, tensões e

---

<sup>102</sup> Na região existia um costume de visitar amigos, parentes e vizinhos durante as primeiras horas da noite. Como durante o dia os afazeres impossibilitavam a saída das casas, as noites, principalmente do verão, eram privilegiadas para essa prática. Esses passeios noturnos eram chamados de “serões” onde, com a luz de uma lamparina ou lanterna as famílias se deslocavam a fim de estabelecerem relações de amizade e companheirismo.

conflitos que foram constituindo os sujeitos que denominamos “atingidos” pela UHE Salto Caxias.

Por “sujeito” estamos entendendo uma categoria plástica, inacabada, que pode ser apresentada de diversas maneiras e agir de várias formas dependendo da situação em que se encontrar. Nisto nos apoiamos nos escritos de Michel Foucault que nega a existência de um sujeito pronto, acabado, cuja identidade seja cristalizada. Para Foucault, os sujeitos estão sempre se constituindo nas diversas relações de poder inscritas na sociedade.<sup>103</sup> Partindo dessa perspectiva, este autor nos mostra que há múltiplas e distintas maneiras de ocorrer um processo de subjetivação no decorrer da história, em que os sujeitos podem manter, fixar ou transformar suas identidades.

A subjetividade passa a ser a categoria chave para se entender os processos de constituição dos sujeitos. As notícias da construção da barragem aliadas às constantes evidências de que a hidrelétrica seria uma realidade, de certa forma, causaram mudanças nas formas de pensar e agir dessa população. A movimentação dos Sindicatos, as visitas do pessoal da CPT e os diversos interesses particulares destas pessoas foram se entrelaçando no viver das famílias e das comunidades da região de Salto Caxias.

---

<sup>103</sup> Os escritos de Foucault possuem dois momentos que devem ser levados em conta. Num primeiro momento, ele quer negar a existência de um sujeito universal racional (como quis Descartes) e transcendental (como quis Kant). Além disso, quer negar também a existência de um sujeito interno a todo o indivíduo ou um sujeito do inconsciente psicanalítico (como sugeriu Freud). Foucault quer afirmar, principalmente em **As palavras e as coisas** que as Ciências Humanas estavam fundamentadas num sujeito que não existia. Estava negando uma epistemologia que se pautava num sujeito inquestionável por ser essencial, metafísico e causal. Daí a proposta de uma “morte do sujeito”, não para jogar às Ciências Humanas num niilismo como quis Nietzsche, mas para voltar-se a um sujeito social com práticas discursivas em diversas relações de poder e saber. Neste sentido, suas últimas obras vão dar conta da possibilidade de se afirmar outro tipo de sujeito, na verdade **sujeitos**. Contra estes é que se voltam várias formas de sujeição, várias práticas e técnicas a fim de se estabelecer padrões e normas dentro de certos jogos de poder, sejam eles morais, religiosos ou científicos. Nos três volumes da **História da Sexualidade**, por exemplo, vamos perceber esses processos de subjetivação em torno de uma problemática, a sexualidade. Ao se preocupar com a história de como os indivíduos passaram a ver na sexualidade um problema moral, Foucault abre espaços para uma pluralidade de possibilidades de análise da constituição de sujeitos históricos. Das universalidades abstratas da modernidade, ele propõe uma diversidade de práticas concretas; da problematização habitual da questão do sujeito para a problematização dos modos de produção de subjetividades em suas múltiplas formas.



Entretanto, as decisões nestes momentos iniciais se deram no interior das casas, nos momentos de intimidades em que maridos e mulheres discutiam os caminhos a serem tomados. Muitos “deixaram pra lá”, pois não podemos pensar que todas as famílias resolveram se organizar em torno de um objetivo comum. Mas a maioria decidiu ouvir os chamados às reuniões que aconteciam quase sempre nas capelas e ali, a CPT passa a ter um papel crucial. Como rememora Margaret Maran, o pessoal da CPT tinha uma fala muito envolvente e que convencia os ouvintes sobre a necessidade de organização, por que não era apenas fala, mas testemunhos do que tinha acontecido às outras localidades atingidas por barragens. Por volta de 1991, numa das várias reuniões, a CPT conclamava a população a despertar sobre os problemas relativos à construção da usina:

“Olha gente se acordem aí, com reuniões nas comunidades, que o problema é sério, se acordem que o problema é sério. Nós temos o mapa que inclusive diz que a água vai pegar aqui e nós não sabemos direito se vai pegar ou não. Nós queremos mostrar pra vocês que outras barragens foram construídas e as pessoas ficaram ao Deus dará”. (...) Aí a CPT veio contra aquilo que nos estávamos lutando, ela trouxe um fio de esperança pra nós. “Já existe gente fazendo resistência, já existe gente se organizando. Se vocês quiserem, é possível se organizar”.<sup>104</sup>

A partir destes diálogos com a CPT, os moradores perceberam que não seriam os primeiros a desafiar o governo, que outras populações já estavam se mobilizando e que havia, inclusive, um movimento social somente contra as barragens – o MAB. Daí as coisas convergiram significativamente para a formação da CRABI, como afirma o próprio informativo da CPT:

Oficialmente a CRABI foi criada em 1990, com a assinatura do primeiro documento de intenção da entidade, devido à necessidade dos agricultores se organizarem contra a construção da Barragem de Salto Caxias, no Rio Iguaçu, que atinge 52 comunidades e cerca de 2 mil famílias na região Oeste e Sudoeste do Paraná. Em 1993, com a assessoria constante da CPT, os atingidos ocuparam o canteiro de obras da Barragem e iniciaram um processo de negociação que resultou no primeiro acordo – concessionária x atingidos –

---

<sup>104</sup> NUNES, Margaret Maran. **Entrevista citada**

considerado histórico no Brasil, garantindo o reassentamento, a elaboração de RIMA e PBA. Através desta luta 600 famílias foram reassentadas, 2 mil indenizadas, 60 reorganizadas em remanescentes e outras receberam cartas de crédito.<sup>105</sup>

Não tivemos acesso a esse documento citado pela CPT neste informativo, entretanto, os relatos apontam para uma reunião ocorrida na cidade de Boa Vista da Aparecida onde se firmou, através de um texto assinado por todos os participantes a necessidade da criação de um movimento próprio dos atingidos daquela barragem. Na narrativa de Durval Silva, com a percepção da gravidade do problema e com a intervenção direta da CPT, resolveram, numa reunião em “Aparecidinha”, que eles próprios deveriam criar e coordenar uma comissão.<sup>106</sup>

A análise destas fontes nos possibilita afirmar que foi a CPT quem agiu diretamente na formação da CRABI entre os anos de 1990 e 1991. Até então, as discussões se davam no intuito de conscientização e definições do que a usina acarretaria aos atingidos por ela. A partir do momento da fundação “oficial” da CRABI, os objetivos passam a ser executivos, pois seria no âmbito da ação que conseguiriam se impor diante da COPEL e de outros segmentos da sociedade. Com a criação da CRABI as dicotomias e ambigüidades se acentuaram na região, pois o movimento não foi aderido por todos os atingidos e não foi vivido homogeneamente dentro do próprio movimento. Como afirmou Schreiner,

o processo de construção da resistência organizada não se fez homogêneo. Houve percepções diversificadas e conflitantes. Entre a população impactada estão os expropriados rurais e urbanos que foram forçados à migração – comerciantes, pequenos e grandes proprietários rurais, arrendatários, posseiros. Ainda, incluem-se aí os segmentos sociais indiretamente atingidos como, por exemplo, as populações de municípios onde foram reassentados os “afogados”, bem como as populações de áreas próximas à usina, que não foram diretamente atingidas.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Destaques do nosso trabalho: CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu.** Disponível em: <http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=187&eid=131>, acesso em 09/11/2006.

<sup>106</sup> SILVA, Derval. **Entrevista.** Cascavel, 03/02/1999.

<sup>107</sup> SCHREINER, Davi Félix. *op. cit.* p. 280.

De qualquer forma, entendemos que a criação da CRABI desencadeou um momento de debate sobre a construção da usina na região. As divergências de pensamento entre os moradores e as diferenças dentro do próprio quadro que delimitava os atingidos fizeram com que as interpretações sobre aquele momento se divergissem. As diferentes formas de interpretação dos impactos que a usina causaria à população fizeram emergir uma multiplicidade de conflitos em torno dos interesses que se constituíam diante da construção da barragem.

Na mesma época em que se organizava a CRABI, uma comissão formada por prefeitos e vereadores já vinha discutindo com a COPEL as formas de amenização dos impactos. Essa comissão de caráter político se denominou COSACA e, como era formada pelos representantes políticos dos municípios atingidos pela barragem de Salto Caxias, se legitimava a pleitear os possíveis acordos junto à COPEL. Só que esses “acordos” não eram divulgados e a população passava a desconfiar dessa comissão, pois pouco se falava sobre o tratamento que seria dispensado aos atingidos. Pelos relatos, percebe-se que se pensavam nas compensações futuras advindas com a instalação da Usina como *royalties* e ICMS. Neste sentido, as relações divergentes se acentuam durante esses primeiros anos de negociações em Salto Caxias.

Segundo o Senhor Domingos Antonio Signorini, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida, o surgimento da CRABI desencadeou uma série de conflitos entre os atingidos. De um lado estava a CRABI como defensora dos direitos dos diretamente atingidos, do outro estavam a Prefeitura e os comerciantes “iludidos” com a possibilidade de lucrarem com os investimentos que a usina proporcionaria às cidades. Neste sentido sua fala é muito significativa:

A Prefeitura e o comércio não apoiaram a CRABI no interesse de pegar dinheiro com o governo, achavam que nós tava contra o progresso.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> SIGNORINI, Domingos Antonio. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001.

José Uliano Camilo que coordenou a CRABI nestes primeiros anos também confirma essa crise com os órgãos públicos e com os comerciantes. Segundo ele, os interesses destes setores legitimavam ainda mais a criação e a permanência da CRABI por estarem mais ligados ao discurso da COPEL do que dos próprios atingidos que queriam representar. Segundo ele:

A CRABI até tentou abrir os olhos do comércio e da população sobre o que aconteceria com a implantação da usina. O comércio só pensou na ganância, a prefeitura pensou nas compensações, nos royalties, as imobiliárias então...quanto lucravam....essas imobiliárias são o câncer dos atingidos. O comércio não apoiou, uns 90% eram contra a CRABI.<sup>109</sup>

Já os comerciantes e os políticos, acreditavam que a usina traria progresso aos municípios e que a CRABI não deveria ser contra a instalação desta. Com as indenizações todos saíam lucrando, com o reservatório poderiam construir praias artificiais como atrativos turísticos, o que geraria renda para as cidades. De certa forma, estes setores da sociedade estavam reproduzindo os discursos do órgão empreendedor e, como veremos adiante, depois do término das construções vão se sentir enganados pela COPEL. Contudo, o que importa para esse momento é pensar as conseqüências destes embates nas construções das subjetividades dos moradores de Salto Caxias.

Poderíamos dizer que na época da implantação da UHE Salto Caxias vários sujeitos se constituíram diante dos mesmos discursos. Os discursos estavam pautados na inevitabilidade da construção da barragem e nos benefícios e prejuízos que esta traria à região. Diante dessas possibilidades e dos múltiplos interesses que se chocavam nesse mesmo espaço e tempo, tais discursos foram construindo subjetividades. Alguns se juntaram ao movimento social buscando ações coletivas tendo em vista os interesses do movimento, outros não aceitavam essa identidade que a CRABI queria construir e optaram por outras formas de discussão junto à COPEL. Essa multiplicidade de objetivos e de relações que se desencadearam na região de Salto Caxias possibilitou a emergência do que

---

<sup>109</sup> CAMILO, José Uliano. **Entrevista**. Cascavel, 14/07/2001.

Foucault chamou de subjetivação. Segundo Maria Cristina Prata<sup>110</sup>, Foucault utiliza a noção de subjetivação sempre precedida das palavras “formas”, “modos” e “processos” o que nos dá a idéia de que a constituição dos sujeitos nunca está acabada, é algo sempre contínuo.

Seguindo essa reflexão, podemos pensar a subjetivação ou a constituição de subjetividades como um processo relacional pelo qual o indivíduo se constitui como sujeito localizado no interior de “códigos morais”. Segundo Foucault, esses códigos morais são prescritivos e se referem a uma moral entendida como “o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos”.<sup>111</sup> Por mais que certos “aparelhos prescritivos” diversos – tais como Igreja, família, escolas e outras instituições – tentem construir as subjetividades dos que estão sob seu “domínio”, essas normas podem ser vivenciadas de diversas formas justamente por essa margem de escolha dos sujeitos. Pode-se dizer então, que para Foucault a moral ou aquilo que dita as regras do certo e do errado é algo ambivalente e caminha sempre em múltiplos sentidos.<sup>112</sup>

Essas definições são extremamente pertinentes para uma pesquisa que procura historicizar a constituição de vários sujeitos num determinado momento histórico. Os discursos da COPEL, da CPT, dos Sindicatos passaram a fazer parte do dia-a-dia dos moradores de Salto Caxias. Cada discurso desses estava permeado por interesses múltiplos ligados a cada instituição em particular e procurava ditar o “certo” e o “errado”. Essa inserção de tantas possibilidades fez emergir diversas relações de poder pautadas em discursos que visavam constituir subjetividades.

Eram muitos discursos ao mesmo tempo, muitas possibilidades e a necessidade de tomar um partido, de ficar de um lado ou de outro, ou dos dois. Não se sabia ainda nesses primeiros anos de discussões quais seriam

---

<sup>110</sup> PRATA, Maria Regina, (2001). Foucault e os modos de subjetivação. **Cadernos do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos**, Rio de Janeiro: Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos. v.1 n. 1, p. 37-40, 2001.

<sup>111</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 7.ed., Rio de Janeiro: Graal, p.26.

<sup>112</sup> Ibid., p.26.

os futuros vislumbrados. A única certeza era a de que, com a movimentação da COPEL e dos inúmeros maquinários que viam passar pelas cidades, a usina ia sair do papel e o rio ia inundar o chão onde muitos habitavam. Neste momento, as representações e significados daquele território deram lugar a uma batalha em que nem todos os atingidos lutaram do mesmo lado. Nesses momentos de impasse, as estratégias e as lutas podem emergir através da resistência, pois, segundo Foucault, “onde há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”.<sup>113</sup>

O descaso da COPEL para com as reivindicações dos atingidos fez a CRABI tomar ações diretas contra o empreendimento. Os relatos dão conta de que, mesmo com as discussões, a empresa só se preocupava em construir logo a barragem, fazendo com que ocorresse a mesma coisa de sempre: depois de construída ninguém mais poderia reclamar, tinham que aceitar e ir embora. Assim foi com ITAIPU e outras tantas hidrelétricas pelo país a fora. Essa intenção foi visualizada pelos atingidos quando funcionários da empresa demarcaram os locais para o início da construção da barragem, bem como os locais até onde as águas do reservatório chegariam na região atingida. Os chamados “piquetes” de madeira davam a entender que brevemente as máquinas estariam represando o rio e depois disso seria tarde demais para lutar pelos seus direitos.

Sendo assim, no dia 12 de abril de 1993 os atingidos começaram a arrancar os piquetes de madeira e atearam fogo nos mesmos. Deste dia em diante, os ânimos se acirraram e os conflitos se instalaram definitivamente. Segundo Severino Della Libera, esse dia se tornou um marco na luta dos atingidos contra a COPEL.

Quando ficamos sabendo eles já tinham piquetiado tudo, que era pra não ter que negociar com nós, e ainda fomos, nos organizamos dentro de duas horas. Fomos lá, mais de duas mil e poucas pessoas, caminhonadas e caminhonadas. Arrancamos todos aqueles piquetes e metemos fogo.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Idem. **Microfísica do Poder**. *op.cit.*, p.241.

<sup>114</sup> LIBERA, Severino Della. **Entrevista citada**.

Esse dia, lembrado como “O dia do fogo”<sup>115</sup>, além de ter sido um momento de embate contra o Governo por parte dos associados à CRABI foi também um ato muito criticado por outros setores da sociedade, pois com esse fato, as negociações que estavam correndo por conta dos “representantes legais” da COSACA seriam prejudicadas conforme as ações que o Estado determinasse. Isso mostra que os embates foram paradoxalmente vividos nos municípios que seriam atingidos por Salto Caxias servindo para nos mostrar a pluralidade de questões que emergiram nestes territórios.

Alguns filiados à CRABI lembram da dificuldade em juntar o povo para lutar devido aos entraves que outros setores da própria região colocavam. Margaret Maran desabafa sobre isso:

O comerciante no interior que tem mercado, uma cerealista, tem um certo domínio sobre as pessoas que compram nesse mercado, porque ele tem uma política: ele é compadre, você conhece a história aí das pessoas e eles sempre foram contrárias porque achavam que a barragem ia trazer progresso, ia dar muito dinheiro pra eles, ia trazer muita gente pra morar ali. Então, nós éramos os atrasados por brigar contra a barragem. Um dos maiores problemas que a gente enfrentava, além deles não concordarem, é que eles também tiravam público da mobilização. Em vez deles serem nossos aliados, eles eram aliados da Copel. Muitas pessoas que até tinham vontade de participar do movimento acabavam não indo. Imagina, o seu doutor lá não concorda com isso, disso e aquilo. Então, se ele que é rico acha que é assim eu também acho que é assim. (...). Tinha um ou outro que liberava os caminhões, mais liberava assim: Ah! Deixa que vão lá pra apanhar da polícia. Então eles além de trabalhar contrário, trabalhavam também com o medo das pessoas, psicologicamente. Eles pegavam histórias escabrosas de pessoas que foram resistir e morreram, que o governo fez isso, que o governo fez aquilo, que matou. As pessoas até tinham vontade, mas o cara dizia que não era para ir. Ele não ia ou tinha medo da polícia.<sup>116</sup>

Para Margaret Maran, os cerealistas e os donos de mercado eram contra as ações de enfrentamento que a CRABI estava realizando contra a COPEL. Segundo ela, estes setores eram a favor da construção da barragem e sempre quiseram “meter medo” naqueles que tinham vontade de aderir ao

---

<sup>115</sup> Para mais informações sobre o “Dia do Fogo” cf. SCHREINER, Davi Félix. *op. cit.*, p.284.

<sup>116</sup> NUNES, Margaret Maran. **Entrevista citada.**

movimento social. O discurso que se encerrava com a possibilidade de “apanhar da polícia” tinha um intuito claro de dificultar a ação da CRABI que precisava associar o maior número possível de atingidos para legitimar sua causa.

Não se sabe ao certo até que ponto essas influências determinavam ou não a adesão à CRABI, pois podemos pensar também que nem todos partilham de um mesmo desejo de luta nestes momentos de embates. Entretanto, as relações de poder instauradas no interior desses grupos contribuíram para a constituição tanto dos sujeitos que aderiram ao movimento quanto daqueles que preferiram ficar em suas casas “por medo da polícia”. Esses fatos devem ser vistos a partir de uma visão conjuntural e não analítica. As diversas situações pelas quais passaram os moradores desta região nos possibilitam a visão rizomática das relações estabelecidas num dado momento histórico.<sup>117</sup>

As lutas travadas no interior de grupos que, aparentemente, deveriam ter objetivos comuns, descaracterizam as linearidades e homogeneidades que muitas vezes a escrita ou os discursos cristalizam. Não acreditamos nas afirmativas de que os grupos caracterizam-se por blocos onde a identidade se constrói como algo dado ou acabado. Dentro dos próprios grupos que se estabelecem contrários, situações divergentes sempre ocorrem. Neste sentido, acreditamos que nem todos os comerciantes eram contra a CRABI e nem todos os que participaram do “Dia do fogo” eram unânimes nas lutas contra o empreendimento. Pelo contrário, são nestes momentos que alguns fatos vão se revelando cruciais na adesão ou não a um grupo ou a uma luta.

---

<sup>117</sup> A noção de “rizoma” foi emprestada da botânica e serve como metáfora para explicar as relações que se entrecruzam na sociedade. Segundo Félix Guattari, “os sistemas em rizomas podem derivar infinitamente, estabelecer conexões transversais sem que se possa centrá-los ou cercá-los”. Pensar as relações humanas a partir dessa ilustração facilita o entendimento de que as ações estabelecidas pelos sujeitos estão sempre conectadas umas às outras, sem que haja uma hierarquia. Essas ações se espalham de forma aleatória e se “enraízam” formando outros centros geradores de tensões. Para mais detalhes cf. GUATTARI, Félix ; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7.ed.rev. Petrópolis: Vozes, 2005. pp.77, 144-148, 387.



Contudo, neste primeiro semestre de 1993 os conflitos se impuseram nas margens do Rio Iguaçu. As ações da CRABI estavam extrapolando os limites que o empreendimento necessitava para se concretizar. Principalmente quando, no dia 12 de agosto de 1993, alguns de seus membros ocuparam o canteiro de obras, ficando acampados 43 dias no local, reivindicando à Copel a discussão do problema das indenizações, para depois se decidir sobre a construção ou não da barragem.<sup>118</sup>

A partir daí a COPEL começa a perceber a necessidade de dialogar, reagrupar e trazer para o debate alguns setores que antes não eram priorizados. Diante das ocorrências de insurreição contra o empreendimento, começaram os estudos de qual seria a melhor maneira para resolver os impasses que continuavam. Se, por um lado, a CRABI tomava para si as ações contrárias ao empreendimento, do outro lado a COPEL percebeu que nem todos os atingidos pensavam e agiam de acordo com as decisões tomadas pelo movimento. Essa divergência entre os vários segmentos da sociedade possibilitou a COPEL estabelecer mecanismos que fizesse dela um ponto de convergência e não de embates. Foi então que surgiu o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Salto Caxias (GEM-CX) que foi instituído como um órgão mediador entre todas as instituições: CRABI, COSACA, COPEL, Sindicatos e quem quer que se achasse no direito de participar das discussões sobre a UHE Salto Caxias. A constituição, as ações, algumas discussões e debates realizados pelo GEM-CX serão apresentados no item seguinte.

---

<sup>118</sup> As datas referentes a esses acontecimentos de embargo à obra estão presente nas falas daqueles que participaram desses embates e são também citadas por SCHREINER, Davi Félix. *op.cit.*, p.273-299.

### 3.2 O GEM-CX COMO INSTITUIÇÃO INTERMEDIADORA DOS CONFLITOS EM SALTO CAXIAS

Diante da pressão da CRABI, das diversas relações conflituosas que emergiam na região de Salto Caxias e das exigências do Estado do Paraná em realizar a construção da Hidrelétrica o mais rápido possível, a COPEL propôs a criação de uma instituição multidisciplinar cujo objetivo era agregar os diversos setores envolvidos nos conflitos ou que nutriam algum interesse relacionado à UHE Salto Caxias. Neste sentido, no dia 24 de junho de 1993, na cidade de Capitão Leônidas Marques, foi criado o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, o GEM-CX.

A discussão em torno dessa instituição se deu na impossibilidade de diálogo que estava ocorrendo na região de Salto Caxias devido a todos os conflitos expostos no item acima. Segundo a COPEL, a constituição deste órgão fez esta Companhia se tornar referência no país devido ao trato com a legislação ambiental e com os programas de compensação dos impactos causado pela UHE Salto Caxias. Além disso, o poder que o GEM-CX exerceu na amenização dos conflitos serviu de modelo para os demais projetos hidrelétricos nacionais.

Quando o assunto é meio ambiente, a Copel, devido ao seu pioneirismo nesta área, é uma **referência** e uma **autoridade** para outras concessionárias de geração de energia no Brasil e no resto do mundo [...]. A Usina Hidrelétrica de Salto Caxias é o **primeiro projeto**, no setor brasileiro de energia elétrica, construído através dos mais modernos padrões ambientais, passando por **todos** os estágios do processo de licenciamento de acordo com a legislação [...]. Foi formado um grupo de estudos multidisciplinares, o Gem-CX, com a participação de 150 entidades ambientais, educacionais, religiosas, sindicatos rurais, comunidades atingidas e autoridades municipais, estaduais e federais. O objetivo foi a discussão e a aprovação,

de forma mais ampla e transparente, de todas as ações a serem implementadas. (grifo no original)<sup>119</sup>

Neste discurso o que destacamos é a afirmação de que o GEM-CX foi criado pela COPEL para discutir e aprovar as ações a serem implantadas pela própria empresa. Sendo assim, lembramos do que nos disse Félix Guattari em 1982 sobre os processos maquínicos que as empresas, em pleno exercício do capitalismo, utilizam para re-estabelecer e re-significar as revoluções moleculares representadas por movimentos populares contrários à ordem vigente.<sup>120</sup>

Enquanto Foucault demonstra que a subjetividade é o que constitui o sujeito nas múltiplas temporalidades e relações de poder, Guattari vai nos dizer que os sistemas político-econômicos, principalmente o capitalismo – por ele denominado de Capitalismo Mundial Integrado (CMI) –, armam certas “maquinarias” para construir essas subjetividades. Estes sistemas “entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção”.<sup>121</sup>

Para Guattari, a subjetividade não é o que o indivíduo tem de mais seu, ao contrário, essa subjetividade “é de natureza industrial, maquínica, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida”.<sup>122</sup> Desta forma, segundo Guattari, não adianta pensarmos apenas na existência de subjetividades ou como se constituem os sujeitos morais, é preciso entender se, em algum momento, essas subjetividades conseguem fugir destes trabalhos “maquínicos” do sistema capitalístico. Para Guattari, as subjetividades que lutam contra essas modelizações é que devem ser percebidas e estimuladas, pois, segundo ele, estão num “processo de singularização”.<sup>123</sup>

---

<sup>119</sup> COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Iniciativas ambientais**. Curitiba: 03/10/2006. Disponível em: <http://www.copel.com/pagcopel.nsf/docsap/980F1648A92B5E9E03256B7A00697BA5?OpenDocument>, acesso: 10/11/2006

<sup>120</sup> GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *op. cit.*, p.56-57

<sup>121</sup> *Ibid.*, p.34.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p.33.

<sup>123</sup> Os termos entre aspas empregados neste momento, fazem parte de uma linguagem própria de Félix Guattari e foram retirados da obra citada na nota anterior principalmente no capítulo “Subjetividade e História” p.34-148.

O que Guattari chama de processo de singularização é o ponto chave para entendermos sua proposta teórico-metodológica. Pois, ao acrescentar a categoria “singularidade” a “subjetividade”, ele está distinguindo-se de Foucault e propondo a possibilidade de uma política de transformação social, a micropolítica. Segundo Guattari, são as subjetividades singulares que nos mostram como os sujeitos estão vivenciando ou resistindo às normas e os “processos de sujeição” capitalísticos.

Para Guattari, “o sistema capitalístico tende eliminar os processos de singularização porque tudo o que surpreende deve ser qualificável em alguma zona de enquadramento, de referenciação”. Entretanto, “a tentativa em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente” que ele chama de “revolução molecular”.<sup>124</sup> Por revolução molecular Guattari entende uma produção de condições para uma vida coletiva e individual, tanto nos aspectos materiais quanto subjetivos.<sup>125</sup>

Essa discussão de Guattari, de certa forma, se encaixa nas diversas relações ocorridas no processo de implantação da UHE Salto Caxias. Desde os estudos preliminares apresentados nos capítulos anteriores até os embates entre os próprios atingidos pela barragem, a COPEL buscou sempre agenciar, agrupar e delimitar ações que possibilitassem os interesses do Estado.

As intervenções da CRABI no canteiro de obras e as divergências entre o movimento social *versus* prefeituras e comércio propiciaram à COPEL que, no fundo, era a causa dessas divisões devido à construção da usina, propor uma outra instituição que seria capaz de estabelecer a ordem e a “transparência” nas questões relacionadas à indenização e projetos de amenização dos impactos ambientais.

O GEM-CX passou a ter um poder instituído para “diálogos” no sentido claro de atender a todas as categorias de atingidos. Novas relações se estabeleceram a partir da criação deste órgão e novos atores se inseriram

---

<sup>124</sup> GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *op.cit.*, p.52, 54.

<sup>125</sup> *Ibid.* p.55

nas discussões devido à abertura que o próprio regimento interno possibilitou:

Fazem parte do GEM-CX, com direito a voto, a COPEL, todas as Secretarias de Estado do Paraná e entidades vinculadas, Sindicatos Rurais e dos Trabalhadores, instituições científicas e de pesquisa, sociedades ambientais, comissões e associações de moradores e Prefeituras Municipais, convidados pela COPEL e/ou que ao GEM-CX aderirem oficialmente.<sup>126</sup>

Neste “leque” de possibilidades parece que a COPEL buscava certa parcialidade nas discussões. Além disso, poderia legitimar a continuidade das obras, tendo em vista que as reivindicações estavam sendo discutidas, avaliadas e aprovadas por um conselho deliberativo e executivo que tinha o aval tanto da COPEL quanto dos atingidos e de todos os que se achassem no direito de fazer parte do GEM-CX. Segundo o Regimento Interno, todos os membros tinham direito a fala e voto. Entretanto, na composição do GEM-CX, a autoridade, o planejamento, a deliberação, execução e todo o poder de mando ainda permaneciam com a COPEL, pois pela estrutura organizacional estipulada no Regimento Interno, os órgãos de Coordenação Geral e Secretaria Executiva eram sempre coordenados por representantes diretos da Empresa. Os demais representantes ficavam a cargo das cinco Câmaras Técnicas que por sua vez se dividiam em grupos de trabalho.<sup>127</sup>

Sendo assim, para aqueles que sofreriam algum tipo de impacto advindo da construção da barragem era imprescindível uma cadeira neste órgão, pois o GEM-CX passou a ser deliberativo e executivo no trato com as questões relacionadas aos impactos da UHE Salto Caxias. Os objetivos deste órgão iam da análise dos Estudos de Impactos Ambientais até a inserção de novos programas de compensação que seriam estabelecidas no Projeto Básico Ambiental (PBA). Segundo o Regimento Interno eram objetivos principais do GEM-CX:

---

<sup>126</sup> GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS – GEM-CX. **Regimento Interno**. s/l: 1993, Item 2.2.

<sup>127</sup> Sobre a abrangência e o funcionamento da Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho do GEM-CX cf. WUNDER, Roni. *op.cit.*, p.107.

- Acompanhar o desenvolvimento dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e participar da proposição de diretrizes para elaboração dos planos e programas ambientais;
- Monitorar as atividades realizadas pela COPEL, relativas à implementação dos planos e programas ambientais dos meios físico, biótico e socioeconômico da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias;
- Propor e aprimorar princípios, diretrizes, critérios, metodologias, normas e procedimentos específicos para o equacionamento das questões ambientais dos meios físico, biótico e socioeconômico nas fases de implantação e monitoramento da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias;
- Conciliar interesses e ações setoriais.<sup>128</sup>

Com esse discurso a empresa tenta estabelecer certa democratização das políticas que iriam ser tomadas a partir das discussões do GEM-CX. Entretanto, no processo de contato e convencimento das entidades, principalmente da CRABI, houve vários embates. Merece destaque a ocupação do canteiro de obras da hidrelétrica por parte dos militantes filiados à CRABI, que se deu em data posterior à criação do GEM-CX. Na nossa análise, esse evento demonstra certa tensão e desgaste no processo de negociação entre as partes. Numa demonstração da falta de perspectivas, além daquilo que planejara anteriormente, a resposta da COPEL foi incisiva lançando mão do aparato policial e processo judicial contra lideranças da CRABI. Desta forma, fica claro que, no início das discussões, o conflito de interesses era bem patente. Entretanto, com o passar do tempo os diálogos passaram a ser mais acentuados, as relações aprimoradas e as parcerias instituídas.

O processo de negociação sobre o remanejamento da população atingida foi intenso durante o segundo semestre de 1993. O primeiro documento formal entre COPEL e atingidos foi o “Princípios, Diretrizes e critérios para o remanejamento da População Atingida” assinado pela COPEL no dia 20 de agosto de 1993, no município de Três Barras do Paraná. Este documento foi registrado em cartório e estabelecia as possibilidades de indenização bem como os prazos estipulados para retirada destes para o avanço das obras. Entretanto, alguns desses princípios não condiziam com

---

<sup>128</sup> GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS – GEM-CX. *op.cit.*, item 2.1

aquilo que os atingidos acreditavam ser justo e este foi um dos motivos para a ocupação do canteiro de obras.

Enquanto as ações da CRABI se intensificavam no canteiro de obras e na organização daqueles que seriam diretamente atingidos, suas lideranças elaboraram outra proposta que, segundo a CRABI, refletia os anseios dos atingidos e não da COPEL. Este documento foi assinado no dia 18 de Setembro de 1993 e entregue a empresa sob o título de “Proposta dos atingidos pela Barragem de Salto Caxias”, cujo conteúdo de 13 itens estabeleceu as condições para que os atingidos aceitassem negociar.

A COPEL agregou as reivindicações contidas na proposta dos atingidos aos “Princípios, Diretrizes e critérios para o remanejamento da População Atingida” e, juntamente com as solicitações dos outros segmentos da sociedade, elaborou um “Termo de Compromisso”. Com intuito de controlar os conflitos nos canteiros da obra este documento demonstra que a COPEL “aceitou” as reivindicações da CRABI e no dia 07 de outubro de 1993 foi assinado e registrado no município de Cascavel.<sup>129</sup>

A partir do momento que a COPEL assinou este documento, o GEM-CX passou a ser o órgão que faria com que os compromissos firmados fossem cumpridos por ambas as partes, já que o Termo de Compromisso foi firmado entre a COPEL e as seguintes entidades: Comissão Parlamentar, COSACA, CRABI, SRO e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida. Neste documento, a COPEL se obrigava a efetuar as reivindicações das entidades que, por sua vez, se comprometiam a “garantir a não interferência dos seus associados na execução das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias”.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Os três documentos citados acima estão anexados no final desta dissertação.

<sup>130</sup> COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. Termo de compromisso firmado entre a Copel e a Comissão Parlamentar, COSACA, CRABI, SRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida, estes representantes da população atingida pelas obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, p.3. In INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. *op. cit.* (anexos).

É necessário destacar que num curto período de tempo instituições são criadas, explodem conflitos e estes se resolvem. A intensidade de acontecimentos ocorridos durante o segundo semestre de 1993 e o curto espaço de tempo na resolução dos problemas é digno de nota. Se traçarmos um paralelo num período de menos de seis meses percebemos que: piquetes foram queimados (abril/1993); o GEM-CX foi formado (julho/1993); o canteiro de obras foi ocupado (agosto/1993); os atingidos entregam a primeira proposta à COPEL (Setembro/1993); e ocorre a assinatura do termo de compromisso entre a COPEL e os diversos segmentos de atingidos de Salto Caxias (outubro/1993). Além disso, lembramos que no dia 16 de dezembro de 1993 o EIA da UHE Salto Caxias foi aprovado pelo IAP e a obra recebeu a LP nº. 953/93 que legitimou a construção da hidrelétrica.

Num período relativamente curto, ocorrem todos estes fatos que confirmam a intencionalidade por parte da empresa em resolver o mais rápido possível os problemas ou quem sabe silenciar as discussões sobre os impactos da Usina antes que as construções se iniciassem. Entendemos que a partir do momento em que as obras se iniciam os ânimos podem se acalmar, causando sentimentos de impotência diante do inevitável. E assim se fez, pois com a assinatura do Termo de Compromisso, o GEM-CX tomou a responsabilidade de discutir as ações junto aos atingidos enquanto a empresa iniciou, em 1994, as obras de construção no município de Capitão Leônidas Marques.

Com a desocupação do canteiro de obras reiniciaram-se as construções e as discussões passaram a ter outro teor. Se antes a luta dos atingidos era para que suas reivindicações fossem atendidas pela COPEL, após a assinatura do Termo de Compromisso os interesses passaram a ser outros. As discussões sobre aquele espaço historicamente constituído que permeavam as primeiras reuniões entre os atingidos deu lugar às reivindicações de cunho financeiro. A CRABI passou a exigir um reassentamento que proporcionasse melhor condição de vida aos moradores expropriados.



Neste momento, as relações no interior deste movimento social se acentuaram e os conflitos que antes eram direcionados exclusivamente à COPEL passaram a ser vivenciados nas calorosas discussões que explodiam e eram acalmadas no GEM-CX. A partir da assinatura do Termo de Compromisso, a CRABI iniciou a discussão sobre como deveria ser os reassentamentos. Aqueles que estavam querendo optar pela Carta de Crédito não se sentiam mais membros da CRABI e as relações de pertencimento e não pertencimento passaram a influenciar as decisões entre os atingidos de Salto Caxias.

Aqueles que não queriam sair de suas localidades não se sentiram inclusos nos objetivos do movimento e resolveram optar pela carta de crédito, sofrendo até mesmo pressões e duras críticas dos que queriam a união de todos pelo reassentamento. Além desse conflito central referente à forma de indenização, se deram vários outros conflitos de ordem pessoal. Estas são apenas algumas questões que demonstram as relações extremamente conflituosas e específicas no caso de Salto Caxias.

Nas atas do GEM-CX algumas citações nos fornecem dados interessantes para se pensar as relações de poder instauradas no interior dessas decisões. Em especial as discussões sobre um outro Movimento Social que surgiu depois da assinatura do Termo de Compromisso o chamado Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias (MABESC). Esse foi um dos motivos pelos quais a coordenação do GEM-CX convocou a terceira assembléia geral, realizada no dia 28 de novembro de 1997 no auditório da usina, no município de Capitão Leônidas Marques.

Pela Ata nº 03 do GEM-CX, podemos afirmar que o MABESC foi criado em 1997 e reivindicava uma revisão nos critérios de seleção dos Programas de reassentamento que não tinham levado em conta mais de 400 casos que tinham direito à indenização. Não se sabe ao certo quais foram as relações pelas quais se desencadearam a criação deste novo movimento social e não encontramos até o momento, fontes que estabelecessem a historicidade destes fatos. Entretanto, só existência do MABESC já nos

possibilita perceber a ocorrência de muitos conflitos advindos nas disputas de interesses. Seguindo os acontecimentos narrados na ata citada, percebemos que as relações já estavam delimitadas ante a legitimidade das entidades que faziam parte do GEM-CX. O MABESC não fazia parte do grupo legítimo para reivindicar tal procedimento e, por isso, a COPEL se negou a atender seu pedido. Além da COPEL, líderes dos outros grupos também se posicionaram contra o MABESC, entre eles o Deputado Estadual Irineu Colombo, o membro da CRABI Hélio Bruning e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida Domingos Antonio Signorine.

No discurso do Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores Irineu Colombo, encontramos um elogio à COPEL e um discurso que deslegitimava o MABESC. Pela ata, este deputado

ressaltou que os programas ambientais implantados pela COPEL na UH Salto Caxias são exemplo de qualidade em todo o Brasil, sendo que a estrutura do GEM-CX, no Estado do Paraná, deve ser adotada em todas as obras que resultem em impactos ambientais salutares, garantindo desta forma o espaço de discussão legítimo e garantindo a participação da sociedade civil organizada e a transparência na realização e na tomada de decisões quando da discussão e implantação dos programas ambientais. Sobre o Movimento dos Atingidos pela Barragem Elétrica de Salto Caxias – MABESC, o Deputado mostrou-se contrário à este movimento, por entender que os critérios de definição do público de reassentamento e indenizações foram intensamente discutidos nos grupos de trabalho do GEM-CX, tomando o MABESC por oportunista e sem legitimidade para representar os atingidos<sup>131</sup>

Este discurso deixa transparecer que no ano de 1997 as relações já estavam estabelecidas no GEM-CX, pois a não-legitimidade do MABESC pode ser questionável devido às 400 famílias que ele abrigava. O que poderia ser discutido era o direito ou não destas famílias receberem indenizações ou constarem nos Programas de Reassentamento. Desta forma, afirmou-se que a CRABI era a única instituição legítima para pleitear ações no GEM-CX. Isso se reforça na manifestação do Senhor Domingos Antonio Signorine que

---

<sup>131</sup> GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS – GEM-CX. **Ata da 3ª Assembléia Geral do GEM-CX**, 1997.

Relembrou a luta dos atingidos e das instituições que apoiavam a conquista de seus direitos, que agora não cabe mais reivindicações para discutir critérios como quer o MABESC. Solicitou a revisão de alguns casos para serem atendidos pelo programa de compensação ao comércio.<sup>132</sup>

Percebemos no discurso de Signorine que ele não questiona a legitimidade do MABESC, mas que no momento não cabiam mais reivindicações. As entidades já tinham se comprometido com a COPEL e no momento deste compromisso se cristalizaram as discussões e não cabiam mais mudanças.

Na ata ainda consta o discurso do Senhor Hélio Bruning, uma das lideranças da CRABI, sobre a questão que o MABESC estava levantando:

Teceu comentários ao MABESC, dizendo que este movimento não possui legitimidade para representar os atingidos e lembrou que, com o bom andamento do programa de reassentamento, ficou provado que os agricultores tem capacidade para gerenciar a construção e levar adiante a administração dos reassentamentos.<sup>133</sup>

É bom lembrar que no ano de 1997 a maior parte dos atingidos já havia se deslocado para os reassentamentos e a CRABI estava preocupada com a política a ser tomada no interior destes assentamentos. Sendo assim, o espaço não era mais propício para a discussão que o MABESC estava levantando. Além do mais, para os líderes da CRABI, esse movimento não possuía legitimidade para tanto.

Diante destas manifestações, o Superintendente da COPEL e Presidente do GEM-CX Ademar Cury estabeleceu a posição da empresa sobre as reivindicações do MABESC: “caracterizou o movimento como oportunista e não legitimado pelo GEM-CX para apresentar-se frente à COPEL como representante dos atingidos pela UH Salto Caxias”<sup>134</sup>

Para este momento é importante perceber certas cumplicidades nas relações ocorridas no interior do GEM-CX. A partir do momento em que

---

<sup>132</sup> Ibid.

<sup>133</sup> Ibid.

<sup>134</sup> Ibid.

a COPEL e a CRABI estabeleceram relações de interlocução nas lutas e exigências dos atingidos pela barragem, ocorreu um entrecruzamento nos interesses de ambas as instituições que se refletiram nas relações de parceira. Podemos afirmar que em 1997 a CRABI era uma parceira da COPEL dentro do GEM-CX e o não reconhecimento da legitimidade do MABESC evidencia esta cumplicidade.

Desta forma, podemos dizer que a CRABI passou por um processo de subjetivação que foi modificando sua “identidade” durante os anos em que se relacionou com a COPEL. Quando estou falando da CRABI estou me reportando à sua liderança, aos modos pelos quais os/as líderes do movimento foram se constituindo como sujeitos sociais nas relações que se estabeleceram entre os próprios atingidos e a COPEL. Esse exemplo reforça a noção de “processos de subjetivação” proposto por Foucault no seu artigo “A sociedade punitiva” onde as identidades dos indivíduos sofrem constantes mutações devido às diversas relações de poder que vão se estabelecendo ao longo do tempo.<sup>135</sup>

Contudo, o inverso aconteceu com aqueles que ficaram às margens do reservatório, principalmente os denominados “indiretamente” atingidos. Após a inundação e a saída em massa da população para os reassentamentos ou para outras localidades, os conflitos convergiram noutra direção. Enquanto a COPEL e a CRABI se tornavam conhecidos pelo sucesso dos reassentamentos da UHE Salto Caxias, os moradores que permaneceram nas cidades atingidas começaram a se organizar no sentido de denunciar as “falsas promessas” da COPEL e chamar a atenção para os problemas que estavam sendo enfrentados pelos moradores das cidades lindeiras ao Reservatório de Salto Caxias.

---

<sup>135</sup> FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva. In: **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 25-44.

### 3.3 BARRAGEM ERGUIDA, REPRESA FORMADA: A AUSÊNCIA DOS AMIGOS E A REVOLTA DAQUELES QUE FICARAM

Com o término das obras da barragem, passando a euforia das festas de inauguração, a população que ficou às margens do reservatório pôde perceber que os tempos eram outros. Não viam mais tantos carros do governo cruzar as estradas da região, sumiram os helicópteros que sobrevoavam diariamente os arredores do reservatório, a movimentação dos trabalhadores que vinham até as cidades comprar seus mantimentos para a semana de trabalho também cessou e o pior, muitos amigos, parentes e fregueses não faziam mais parte de seu convívio. A migração de centenas de famílias se refletia nas casas de comércio, nas festas das capelas, nos trabalhos comunitários das Igrejas. Os afazeres do cotidiano popular não voltaram ao normal depois que a Usina chegou até que os moradores perceberam que nada voltaria a ser como antes.

No lugar do caudaloso Rio Iguaçu, com suas cachoeiras, quedas e saltos agora estava um “manso” mar de água doce e parada. Mas a calma destas águas fazia mais agitar do que acalmar os sentimentos dos moradores: sentimentos de perda, de saudade, de angústia diante da realidade de que “nada mais havia para fazer”. O lago era uma realidade, a usina já produzia eletricidade e os habitantes que antes estavam sempre naqueles arredores estavam em outros lugares.<sup>136</sup>

O discurso da COPEL nos primeiros anos após a instalação da Usina era de desenvolvimento, de programas de aproveitamento do reservatório, de turismo e de crescimento econômico. Entretanto, nas casas, nas bodegas, nas capelas e nas ruas as conversas divergiam muito daquilo que a COPEL queria mostrar para a sociedade. Nestes locais, o momento era

---

<sup>136</sup> Aqueles que foram reassentados estavam alocados em outros municípios como Cascavel, Catanduvas e Ibema, todos pertencentes à microrregião Oeste do Paraná, mas distantes das cidades de origem. Não encontramos até o momento um levantamento oficial sobre o paradeiro daqueles que receberam a Carta de Crédito. Entretanto, nas visitas a região de Salto Caxias, percebemos que muitos adquiriram propriedades nas proximidades da antiga moradia, porém, nem sempre no mesmo município.

de buscar compreender o que estava acontecendo, de levantar a cabeça e continuar suas vidas diante das novas realidades que a usina trouxe. Nos primeiros anos após a inundação a população buscava se acostumar com a ausência dos amigos e com o novo território imposto pelo alagamento.

Se para a população que migrou para o reassentamento o desafio era o de continuar a vida coletiva, para os que permaneceram era primeiramente denunciar os fatos ocorridos durante a construção da Usina. Se para os reassentados as lembranças se relacionavam mais ao meio ambiente, às saudades daquele espaço em que antes moravam e as lutas travadas contra o empreendimento nos primeiros anos dos 1990, para os que ficaram a luta parecia estar começando agora, pois somente neste “depois” percebiam o quanto tinham perdido com o advento da Usina.

Neste sentido as entrevistas daqueles que não migraram nos mostram fatos importantes na trajetória dos que são tecnicamente estabelecidos como indiretamente atingidos por um grande projeto governamental. No momento em que respondiam aos questionários, suas mãos tremiam, sua voz embargava e não foram poucas as lágrimas pela face daqueles que se dispuseram a relatar a história do que estava acontecendo nas cidades depois que a usina ficara pronta. O fio que conduz as várias entrevistas feitas nos municípios da região foi o das lembranças do povo que foi embora e das promessas de desenvolvimento da região. Estas questões estão bem representadas nos fragmentos escritos pelos moradores que permaneceram.

Só ficaram as promessas e o povo foi embora.<sup>137</sup>

O povo dos 9 municípios impactados estão descapitalizados, desmotivados e ainda não viram uma luz real para a saída, tivemos muitas promessas.<sup>138</sup>

Com esses relatos podemos perceber um pouco do que aconteceu àqueles que permaneceram nas cidades lindeiras. São pequenos indícios da experiência de revolta e do que sentiam diante da realidade que a

---

<sup>137</sup> BETE, Luiz Carlos. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001

<sup>138</sup> MALLACARNE, Assis. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001

hidrelétrica lhes impôs. O esvaziamento das cidades, a descapitalização dos habitantes e as notícias do sucesso do reassentamento passaram a constituir novos sujeitos nesse processo, aqueles que ficaram.

A escrita das experiências desses sujeitos que não migraram nos faz questionar os motivos pelos quais essas vivências foram silenciadas. Historicizar as experiências de sujeitos que vivenciaram determinado acontecimento tem sido um método muito utilizado pela historiografia a fim de estabelecer outras versões sobre um mesmo fato. Ora para dar visibilidade a sujeitos que não aparecem nos discursos oficiais, ora para questionar as formas de dominação que tornaram essas experiências invisíveis.

De um lado estão aqueles que tratam a experiência como o essencial do vivido obedecendo à teoria neo-marxista ou marxista inglesa de experiência defendida por Edward Paul Thompson. Do outro lado, estão os chamados “pós-estruturalistas” ou “pós-modernos” que negam as “essências” e apostam nesta categoria mais com o intuito de negar as naturalidades das relações de poder dentro dessas experiências. Estes estudos foram possibilitados pelas noções de subjetividade e relações de poder de Michel Foucault. Nesta pesquisa utilizamos a categoria “experiência” a partir da proposta de Foucault, contudo, acredito ser pertinente apresentar brevemente um diálogo – extremamente problemático academicamente – entre Thompson e Foucault.<sup>139</sup>

Para Thompson a experiência é um termo ausente. Segundo ele,

(...) homens e mulheres retornam como sujeitos dentro do termo experiência humana, não como sujeitos autônomos “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos e em seguida “tratam” essa experiência em

---

<sup>139</sup> Sobre as divergências entre os conceitos de experiência em Thompson e Foucault na historiografia ver NICOLAZZI, Fernando Felizardo. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre Vol. 11, n. 19/20 (jan./dez. 2004), p. 101-138

sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>140</sup>

Assim, seguindo o pensamento de Thompson, a experiência humana sempre foi gerada na vida material, foi estruturada em termos de classe, e conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. A estrutura ainda domina a experiência.<sup>141</sup>

Segundo Thompson, “as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéia, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura pode ser descrita como consciência afetiva e moral”.<sup>142</sup>

Sendo assim, podemos afirmar por Thompson que é através da experiência que se explicam os fatos, ou como esses fatos aconteceram. O historiador está sempre narrando experiências que geralmente são coletivas. Assim, o indivíduo torna-se sujeito pela experiência que, em Thompson, passa a ser a essência do vivido.

Já Foucault entende experiência como “a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”.<sup>143</sup> Para Foucault, a experiência é um conjunto de práticas discursivas, ou não, que produz ordens de saber e se articula em certas demandas de poder. Para ele, a experiência não é a essência e nem a matéria da consciência; antes de ser fundante, é fundada no ser e na consciência que são inseparáveis. Cada

---

<sup>140</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um Planetário de Erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar: 1981, p. 182.

<sup>141</sup> Ibid., p.189

<sup>142</sup> Ibid., p.189

<sup>143</sup> FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. *op. cit.*, p.10



experiência é una, se atualiza a cada acontecer e de nova forma, produz efeitos imediatos e não existe experiência anterior ao significado que lhe atribuímos.<sup>144</sup>

Percebe-se em Foucault que a experiência não é a chave da verdade histórica, pois cada experiência é marcada por um discurso que cria ou recria o real. Assim, para Foucault, a história não pode ser realista no sentido de representação objetiva do real, mas sim um discurso sobre o real. O real para Foucault é uma criação de práticas múltiplas, sejam elas discursivas ou não.

Neste sentido, Foucault não está preocupado com aquilo que fundamenta a experiência e sim com o sujeito que veio a se constituir nesta experiência. Ele não se preocupa com o que funda a experiência, mas em que condições históricas estas são ou foram possíveis; de que maneira e em que circunstâncias se formam tal fato como uma experiência para o sujeito. A preocupação foucaultiana é estabelecer como os seres humanos se tornam sujeitos. No seu texto “O sujeito e o poder”<sup>145</sup> Foucault afirma que o objetivo de toda a sua obra foi criar uma história que pudesse responder esta questão.

Acredito que neste momento nos é pertinente dialogar com Joan W. Scott<sup>146</sup> que, apoiando-se nas noções de Michel Foucault, nos fornece alguns subsídios importantes para se pensar as conseqüências dessas duas versões teóricas sobre a categoria “experiência” na historiografia. Para ela, tratar a experiência como essência para visibilidade das diferenças, como sugeriu Thompson, impede um exame crítico do funcionamento dos sistemas ideológicos que fundam as categorias de representação. Simplesmente mostrar ou tornar visível as experiências de alguns sujeitos, tendo nestas a essencialidade de sua história, impede o historiador de ir além do simplesmente vivido, do fato. Impede-o de criticar aquilo que fez com que essa experiência tenha se tornado

---

<sup>144</sup> Idem. Arqueologia do saber. São Paulo: Forense, 1986 p. 182 *apud* ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. . Experiência: uma fissura no silêncio. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá/MT, v. 03, n. 01, p. 61-75, 2002.

<sup>145</sup> FOUCAULT, Michel O sujeito e o poder. In DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

<sup>146</sup> SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História** (16) fev. 1998. São Paulo: PUC-SP, 1998.

invisível. Deixa as diferenças e/ou contradições simplesmente como imutáveis e isso não ocorre no real devir histórico, pois as categorias se entrecruzam.

Segundo Scott, a experiência passa a ser o caminho para o questionamento do que está além dela, do inter-relacionamento das diferenças, de como estas ocorrem e como constroem os fatos que desencadeiam a história. Para Scott, o projeto thompsoniano de tornar visível a experiência impede a análise do funcionamento dos sistemas e sua historicidade. Scott afirma ainda que tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a sua existência, mas não sua lógica e não seu funcionamento interno. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim sujeitos que são constituídos pela experiência. “A experiência nesta definição torna-se então não a evidência legitimadora que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz”.<sup>147</sup>

Assim, poderíamos afirmar que o estudo das experiências dos sujeitos que não migraram de Salto Caxias deve ser apenas uma porta para o questionamento de inúmeros fatores e não uma história em si mesma. Do micro e do particular que identifica e constitui esses sujeitos em suas experiências, questionar, por exemplo, a política energética ou as formas de dominação que o Estado impõe àqueles que estão num espaço delimitado para um Grande Projeto Governamental. Porém, o ponto de partida deve ser a experiência. Neste sentido, as experiências narradas pelos sujeitos que permaneceram nas cidades atingidos têm o intuito de deslindar os vários acontecimentos que se desencadearam a partir das relações conflituosas que se estabeleceram durante a construção da hidrelétrica.

Como já dissemos, o discurso do “desenvolvimento econômico” foi o principal argumento do governo do Estado no *marketing* da Hidrelétrica. A região de Salto Caxias passaria por um processo de modernização que traria riqueza aos moradores da região. Aliado a este discurso o governo arrumou estradas, pavimentou rodovias, construiu inúmeras benfeitorias nas cidades

---

<sup>147</sup> Ibid., p.304.

tais como Ginásios de Esportes, Escolas, obras de saneamento, de eletrificação. Todas essas ações davam a impressão de que, realmente, o progresso tinha chegado às pequenas cidades atingidas pelos reservatórios. Entretanto, com o passar do tempo e com o término da construção da usina as coisas começaram a mudar e o “desenvolvimento” gerado pela Usina não era compatível com as perdas que a população sentia. Segundo Júlio Cezar Gomes, morador de Boa Vista da Aparecida

A hidrelétrica não contribuiu para o desenvolvimento da região porque levou boa parte de nossa população e também alagou áreas de ótima qualidade e contribuiu muito pouco para a melhoria dos municípios.<sup>148</sup>

Nas reuniões entre os superintendentes da COPEL e os comerciantes das cidades que seriam atingidas pelo reservatório os relatos dão conta de que os representantes da empresa insistiam para que os próprios moradores da região investissem mais no comércio e nas indústrias, pois a presença da Hidrelétrica proporcionaria aumento de riquezas na região. Os comerciantes, ao sair destas reuniões, se sentiam motivados a aumentar suas casas de comércio e que este era o momento certo de investir. Foi o que nos relatou o Senhor Alberoni L. Dias de Oliveira

Não tenho nada contra a UHE Salto Caxias, mas sim com o abuso cometido por parte deles com as promessas enganosas para o povo dessa cidade. Pediram investimento em nossos comércios e no dia de hoje não temos como sustentá-los.<sup>149</sup>

A situação de outro comerciante também é significativa neste sentido. O já citado senhor Ulisses Turatto percebeu a “oportunidade” de investir na cidade. Segundo ele, nunca houvera um tempo tão propício para utilizar suas economias na pequena cidade de Boa Vista da Aparecida. O sentimento de fracasso era visível quando nos confessava sua experiência:

---

<sup>148</sup> GOMES, Júlio Cezar. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001

<sup>149</sup> OLIVEIRA, Alberoni L. Dias de. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/03/2001

Tinha 40 alqueires, me preveni, fiz prédios, investi na cidade por causa das promessas de que era bom. Perdi fregueses que foram para o reassentamento em outras cidades. Hoje não tenho nem a metade do que tinha antes.<sup>150</sup>

O apoio dos comerciantes à implantação da hidrelétrica foi uma das causas dos conflitos com o movimento social que lutava contra a barragem, pois os interesses divergiam drasticamente. Destas e outras divergências se desencadearam as relações tão críticas entre os comerciantes e a CRABI como vimos anteriormente. Para as lideranças da CRABI o “pessoal do comércio” era ganancioso e só pensavam no dinheiro. Porém, há de se perceber que o processo se deu de diversas formas e em temporalidades múltiplas. Se num primeiro momento as relações entre COPEL, Comércio e Prefeituras tinham características de parceria e as relações entre CRABI e COPEL eram de embates, neste último momento acontecia o contrário. Depois da construção foram os comerciantes e as Prefeituras que se voltaram contra a empresa enquanto que as relações da CRABI não se davam mais neste sentido como vimos anteriormente nos relatos das Atas do GEM-CX.

Para além dessas relações entre CRABI e comerciantes, ou entre aqueles que migraram e os que permaneceram está a falta de um levantamento preciso sobre a situação posterior à obra. Esses dados são de responsabilidade da empresa empreendedora do projeto que tem o dever de estabelecer formas de amenização aos impactos sofridos por todos os atingidos, sejam eles direta ou indiretamente. Essas narrativas vêm confirmar o que questionávamos no capítulo 2 sobre a falta de dados sobre as populações que permaneceriam nas cidades lindeiras ao reservatório. São discussões ausentes tanto no EIA quanto no Relatório Técnico analisado nos capítulos anteriores.

O que percebemos até aqui é que a construção desta hidrelétrica modificou drasticamente o cotidiano dos habitantes daquela região. Tanto os que migraram, quanto os que permaneceram nas cidades atingidas pelo reservatório. Durante as entrevistas realizadas no ano de 2001, dois anos

---

<sup>150</sup> TURATTO, Ulisses. **Entrevista citada.**

após a inauguração da hidrelétrica, percebemos que as ações de amenização não conseguiram compensar os impactos sociais e culturais causados aos moradores daquela região. Os sentimentos de perda relacionados ao meio ambiente e às histórias de vida constituídas naquele espaço sempre foram narrados com tristeza e melancolia.

Com relação ao fator econômico, aqueles que foram diretamente atingidos confirmaram que as indenizações feitas pela COPEL foram muito boas, tanto os que receberam a carta de crédito quanto aqueles que foram para o reassentamento. Neste sentido, economicamente afirmam que melhoraram de situação. Já os indiretamente atingidos que permaneceram na região denunciam que suas vidas pioram e que a Usina causou grandes prejuízos financeiros. Isso nos mostra uma política energética que desconsidera a população atingida por esses projetos hidrelétricos em nome de fatores *a priori* como desenvolvimento, crescimento econômico e modernização. Além disso, existem fatores alheios aos econômicos que também fazem parte da vida dos habitantes que ficaram.

Em outro momento relatei uma prática costumeira entre os habitantes que permaneceram às localidades que margeiam o reservatório da UHE Salto Caxias. Lá, quando as águas do reservatório estão límpidas, alguns moradores pegam sua canoa e vão até os locais onde moravam, na esperança de enxergar algum resquício do que antes ali tiveram. E o incrível é que quando conseguem avistar no fundo do reservatório as casas e as capelas, eles voltam para suas “novas moradias” satisfeitos, com a sensação de que “mataram a saudade”. Esse “matar a saudade” está intimamente ligado àqueles que ficaram nas cidades atingidas. É um continuar de vida através da lembrança despertada por algum símbolo do passado que está sob as águas.<sup>151</sup>

Essa narrativa demonstra como a memória dos sujeitos que permaneceram às margens do reservatório da UHE Salto Caxias está permeada

---

<sup>151</sup> KARPINSKI, C. A roça, o rio e a barragem: a história de luta dos trabalhadores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Região Oeste e Sudoeste do Paraná, 1990) In. **Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania**, Florianópolis: UFSC, 2006.

de símbolos e representações de um passado circunscrito a uma vivência que tem no rio, antes de ser represado, suas referências. Assistimos a uma memória de rio não como um objetivo melancólico ou romântico de uma simples narração de dor ou de sentimento de perda de um espaço que não se tem mais, mas como um processo de resistência e re-significação ao “novo” território imposto pelo alagamento.

Por mais que a história oficial aponte a UHE Salto Caxias como a primeira hidrelétrica brasileira a cumprir toda a legislação ambiental; por mais que a COPEL divulgue o pioneirismo deste empreendimento no trato com o meio ambiente e com a população; e por mais que concordemos que esta hidrelétrica tenha se distinguido das demais nestes fatores, não podemos deixar de estabelecer um outro olhar sobre essas e outras questões. Pois, como nos sugere Maria Odila Dias, o conhecimento histórico se constrói na medida do diálogo estabelecido entre historiador e fragmentos do passado, que vão se ampliando na medida em que aquele diversifica suas questões.

Nas ciências do homem, ao contrário do que ocorre nas ciências experimentais ou objetivistas, o pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento, de modo que, ao se propor a construir um tema histórico, recortar um objeto de estudo e re-inventá-lo, dentro de certo método ou critérios de interpretação do passado, tem sempre em mente a historicidade de verdades, instituições, dogmas, antigamente tidos como irrefutáveis e cuja mudança pode reconstituir através das gerações e do passar do tempo.<sup>152</sup>

Ao visitar as cidades atingidas pela UHE Salto Caxias também passamos por um processo de subjetivação, pois também nos tornamos sujeitos desta pesquisa. Nosso compromisso de questionar as “invisibilidades da experiência” – como nos sugeriu Joan Scott – daqueles que permaneceram às margens do reservatório, se juntou aos diversos sentimentos partilhados por esses moradores. Também nos constituímos com as falas, com as memórias e com as histórias dos habitantes, suas

---

<sup>152</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Revista Projeto História São Paulo**, n.17, 1998. p. 235.

lutas, seus sonhos, suas esperanças e anseios. Para nós, foi impossível o não envolvimento ou o não comprometimento com esses sentimentos.

Por isso, queremos encerrar esse capítulo com o relato do Senhor Mário A. Hackenhaas que ainda mora nas proximidades do reservatório e que nos apresentou de forma muito simples seus sentimentos quanto ao seu território.

Nós moramos em um paraíso, para morar não precisa melhor, mas temos dificuldades em trabalho. Por isso nós pedimos que alguém com urgência se coloque à disposição para nos ajudar nesse sentido para termos condição de ficar no paraíso. Temos filhos e precisamos que eles no dia de amanhã tenham trabalho<sup>153</sup>

Entendemos que, como historiadores, também podemos estar à disposição. Talvez a escrita destas experiências e destes sentimentos relacionado a um ambiente representado como “paraíso” possa contribuir para novos olhares sobre a temática “hidrelétricas e populações”. Quiçá caminhos novos possibilitem novas práticas indenizatórias visando a permanência das populações nas proximidades de seus locais de origem ou que olhem com mais atenção àqueles que são denominados “indiretamente” atingidos.

---

<sup>153</sup> HACKENHAAS, Mário A. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa buscamos compreender as diversas temporalidades que se fizeram presentes na construção da UHE Salto Caxias. Não apenas o antes, o durante e o depois da implantação, mas também o tempo da memória, inscrito nas narrativas daqueles que estiveram envolvidos no processo. Nestes diversos tempos, nos deparamos com uma pluralidade de interesses, de estratégias, de táticas de resistência e de poderes. Neste emaranhado de relações e situações conseguimos traçar algumas interpretações sobre aquilo que denominamos, a partir do referencial teórico de Michel Foucault, de relações de poder e constituição de subjetividades durante a implantação da UHE Salto Caxias.

As fontes selecionadas e utilizadas nesta pesquisa nos trouxeram uma série de questões importantes aos objetivos traçados. A análise do RIMA da UHE Salto Caxias, entregue no ano de 1993, nos possibilitou levantar dois aspectos interessantes de duas esferas governamentais. Na esfera federal percebemos que boa parte da legislação ambiental brasileira se desenvolveu a partir das imposições dos Bancos Internacionais que, em troca de financiamentos, passaram a exigir certos cuidados com o meio ambiente. Na esfera estadual, percebemos o Governo do Estado do Paraná, na pessoa jurídica da estatal COPEL Geração, usufruindo desta legislação para legitimar a implantação da Hidrelétrica.

Diante das diversas ambigüidades apresentadas no EIA/RIMA, concordamos com as críticas de que a legislação ambiental brasileira possibilita a existência de uma perspectiva que vê na ciência e na técnica componentes puros, objetivos e fundamentados numa metodologia que não leva em conta as diversas relações políticas, econômicas e sociais que se fazem presentes nas questões ambientais. É a prática do poder de uma técnica que diz dominar a verdade, como se nessas práticas não se fizessem presentes outros tantos interesses.



Além dessa reflexão sobre legislação e questões ambientais, a utilização do RIMA como fonte para esta pesquisa nos possibilitou ler nas entrelinhas do relatório os diversos olhares lançados sobre a população que habitava as margens do Rio Iguaçu. No entrecruzamento dos dados do relatório com outras fontes foi possível apresentar algumas contribuições à discussão sobre impactos ambientais, principalmente, a inserção das memórias e das representações sociais do meio ambiente.

Neste trabalho percebemos que as relações das pessoas com determinados espaços possibilitam a inscrição de outros aspectos nas análises sobre os atingidos por barragens. As questões subjetivas, as memórias ligadas ao rio ou às relações entre os moradores não entram na objetividade material do preço de suas casas e propriedades. Um fator que até então não era levado em conta, até mesmo pelos próprios atingidos, passou a agregar o conteúdo de lutas: as relações históricas entre o ser humano e o meio ambiente. Neste sentido, afirmamos que estes fatores não fizeram parte das reflexões do EIA/RIMA e, conseqüentemente, na avaliação dos impactos que a hidrelétrica traria aos moradores da região de Salto Caxias.

Já as denúncias contidas no Relatório Técnico elaborado pela equipe da UFSC nos mostraram que os estudos sobre atingidos por barragens já se apresentavam com densidade na década de 1990. A existência dos conflitos entre atingidos e empreendedores iniciados na década de 1980, fez eclodir uma série de questionamentos sobre a construção de hidrelétricas e populações locais. Com isso, percebemos que as ciências humanas, principalmente a antropologia e a sociologia, se faziam presentes na elaboração de manuais de avaliação de impactos ambientais.

Tanto o EIA/RIMA da UHE Salto Caxias quanto o Relatório Técnico da Consultoria prestada pelos professores da UFSC serviram para iniciar as discussões acerca da problemática que propomos. Os dois documentos, apesar de serem distintos, fazem parte de olhares técnicos que buscam focalizar a realidade de pessoas envolvidas num processo de construção de barragem. Pelo EIA/RIMA percebemos que os empreendedores viram na região um ambiente

propício para a instalação da Usina cujas compensações financeiras seriam suficientes para amenizar todos os impactos que a hidrelétrica causaria a região. Já pelo Relatório Técnico percebemos como os atingidos por barragens foram vistos por algumas áreas das ciências humanas nas décadas de 1980 e início de 1990, o que deveria ser levado em conta pela equipe que avaliou e aprovou o EIA/RIMA da UHE Salto Caxias no final de 1993.

O constante recurso da história oral dos moradores nas discussões suscitadas pelos documentos oficiais teve o intuito de cruzar os dados técnicos e científicos com a experiência dos atingidos. Foi pelas narrativas que a pesquisa ganhou forma e atingiu os objetivos principais que foram demonstrar as relações de poder e a constituição de subjetividades durante a implantação da UHE Salto Caxias. Não quisemos focalizar apenas as especificidades do movimento social, tampouco de algum outro grupo. Tivemos sim o intuito de percorrer as diversas tramas e as mudanças ocorridas entre os sujeitos no decorrer do tempo das construções.

As narrativas daqueles que se inseriram à CRABI nos possibilitaram olhar para os sentimentos vividos pelos moradores antes mesmo da hidrelétrica começar a ser construída. As dúvidas, as negligências, os apegos àquele espaço e as primeiras lutas do movimento social serviram para que entendêssemos como foram se constituindo os sujeitos que anos mais tarde lutariam por indenizações justas e, posteriormente, por um reassentamento que suprisse as suas principais necessidades.

Os relatos dos comerciantes e daqueles que permaneceram nas cidades atingidas nos forneceram os subsídios necessários para afirmar que os conceitos *a priori* de desenvolvimento e crescimento econômico que faziam parte do discurso nos primeiros anos das obras não chegaram a acontecer nas cidades atingidas. Além disso, os efeitos destes discursos aliados à abundância de recursos financeiros injetados na região nos primeiros anos da implantação da usina geraram vários conflitos entre os próprios atingidos.

Por fim, destacamos o surgimento do GEM-CX como uma instituição criada pela Copel com um objetivo de parecer neutra nas discussões junto aos

atingidos. Através do GEM-CX foi possível aos empreendedores estabelecer parcerias com os atingidos no decorrer das discussões sobre indenizações, pois este órgão buscou agregar e trazer para junto de si todas as categorias de atingidos. Com um discurso que o colocava imparcial, transparente e como a instituição do diálogo, o GEM-CX foi o principal mecanismo utilizado pela Copel para solucionar os conflitos, viabilizando o mais rápido possível a construção da usina.

Diante de tudo o que foi exposto no decorrer desta dissertação, interpretamos os vários processos, formas e modos de táticas e estratégias, pelos quais empreendedores e população local se utilizaram para defender seus interesses. Contudo, uma parcela significativa de atingidos afirmou que sua situação de vida piorou depois do término das construções da barragem. Isto demonstra que a história do processo da implantação desta hidrelétrica torna questionável o sucesso divulgado pela Copel. Por mais que a UHE Salto Caxias seja considerada modelo nacional no trato com o meio ambiente, tecnologia e indenizações, algumas questões devem ser reavaliadas, principalmente o trato com a população que não migrou e que permaneceu às margens do reservatório. Desta forma, esperamos que este estudo possa contribuir para os questionamentos de assuntos referentes à construção de hidrelétricas e população atingida para que outros sujeitos – os que não migram, por exemplo – não sejam relegados às soluções paliativas ou remediadas.

## FONTES

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. Termo de compromisso firmado entre a Copel e a Comissão Parlamentar , COSACA, CRABI, SRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida, estes representantes da população atingida pelas obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. In. INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. **Relatório de impacto ambiental**. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993. (anexos)

\_\_\_\_\_. **Projetos Básicos Ambientais: Reunião GEM-CX**. Curitiba: SEE/CNIA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ações na Região de Influência**. Curitiba: SEE/CNIA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Acompanhamento**. v.1 e 2. Curitiba: SEE/CNIA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Projetos de Reassentamento; Projeto de Desenvolvimento Integrado dos Municípios do Reservatório de Salto Caxias**. Curitiba: SEE/CNIA, 1998.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS – GEM-CX. **Regimento Interno**. s/l: 1993

\_\_\_\_\_. **Ata da 3ª Assembléia Geral do GEM-CX**, 1997

INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. **Relatório de impacto ambiental**. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993.

REIS, Maria José; HELM, Cecília Maria. **Correspondência enviada em 19 de Março de 1993 ao Senhor Robert Dilger, Coordenador do GTZ – IAP de Curitiba – Paraná**. Florianópolis: UFSC – Imprensa Universitária, 1993 (mimeografado).

REIS, Maria José; HELM, Cecília Maria. (org.) **Relatório técnico**. Florianópolis: UFSC, 1993.

## ENTREVISTAS

BETE, Luiz Carlos. **Entrevista**. Boa vista da Aparecida, 21/06/2001

CAMILO, José Uliano. **Entrevista**. Cascavel, 14/07/2001

GOMES, Júlio Cezar. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001

HACKENHAAS, Mário A. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001.

LIBERA, Severino Della. **Entrevista**. Cascavel, 12 de janeiro de 1999.

NUNES, Margaret Maran. **Entrevista**. Cascavel, 26 de fevereiro de 2000.

OLIVEIRA, Alberoni L. Dias de. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/03/2001

SILVA, Derval. **Entrevista**. Cascavel, 03/02/1999.

SIGNORINI, Domingos Antonio. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001

TURATTO, Ulisses. **Entrevista**. Boa Vista da Aparecida, 21/06/2001.

## **LEGISLAÇÃO**

PARANÁ. LEIS E DECRETOS. **LEI Nº 14467 - 21/07/2004**. Denomina de Usina Hidrelétrica Governador José Richa, a Usina de Salto Caxias, situada no Rio Iguaçu, entre os município de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu. Publicado no Diário Oficial Nº 6777 de 22/07/2004. Disponível em:  
<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/6c0580efa19ff3ac83256fd0065f99c/804731073bea176503256ee1004307c1?OpenDocument>

BRASIL. LEIS E DECRETOS. **Lei 6.938 de 31/08/1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso dia 04/06/2006

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução 001 de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em:  
<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso dia 13/12/2006

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia:

ALBERTI, Verena. **História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 1990.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Experiência: uma fissura no silêncio. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá/MT, v. 03, n. 01, p. 61-75, 2002.

ANDRADE, Manuel Clemente de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. Petrópolis: Vozes, 1987

BOEIRA, S. *et. al.* EIA-RIMA: instrumento de proteção ambiental ou de homologação do desenvolvimento predatório. **GEOSUL**, v.IX, n.18, 2º semestre de 1994. Florianópolis: UFSC, 1994.

CAMPIGOTO, J. A. . Peabirú: para além do contexto. In: Marcos Antônio Lopes. (Org.). **Espaço Memória Fronteira**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000;

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 5, n. 11, 1991.

CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Revista Projeto História São Paulo**, n.17, 1998.

FEBVRE, Lucien. L'atmosphère et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire, 1922 *apud.* RONCAYOLO, Marcel. Região In: **Enciclopédia Einaudi, v.8. Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996

FOUCAULT, Michel. A Filosofia analítica da política. In. MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault: ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos & Escritos v.5. São Paulo: Forense Universitária, 2004

\_\_\_\_\_. A sociedade punitiva. In: \_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 25-44.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 7.ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo**. Tradução de Vera Porto Carrero, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Iria Zanoni. 1957: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 7.ed.rev. Petrópolis: Vozes, 2005.

HUNT, Lyn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KARPINSKI, Cezar. A roça, o rio e a barragem: a história de luta dos trabalhadores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Região Oeste e Sudoeste do Paraná, 1990) In. **Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania**, Florianópolis: UFSC, 2006.

\_\_\_\_\_. O Estudo de Impacto Ambiental e as Populações Afetadas por Usinas Hidrelétricas: o caso de Campos Novos e Barra Grande (Santa Catarina, 1987-2003), **Anais Eletrônicos da XIV Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM: empreendedorismo, inovação tecnológica e desenvolvimento regional**. Campinas: Associação de Universidades Grupo Montevideo : UNICAMP, 2006.

KINDLEBERGER, Charles Poor. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1976.

LAZIER, Hermógenes. **A estrutura agrária no Sudoeste do Paraná**. Curitiba: [s/ed].1983.

\_\_\_\_\_, **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP. 18.ed.1986.

\_\_\_\_\_. **Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão: Folha Sudoeste, 1977. ;

\_\_\_\_\_. **Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**, São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Deficiências em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência**. Brasília: ESMPU, 2004

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**. São Paulo. Ed. Contexto, 1992.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**, v.32, n.1, p.117-125, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Lisboa: Europa-América, 1994.

\_\_\_\_\_. **Saberes globais e saberes locais: o olhar interdisciplinário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MORAES, Marieta de (org). **História Oral**, Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

\_\_\_\_\_. **Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral**, Rio de Janeiro: FGV, 1994.

MÜLLER, Antonio Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Brooks, 1995.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre Vol. 11, n. 19/20 (jan./dez. 2004), p. 101-138

PERIS, Alfredo Fonseca. **Trilhas, Rodovias e Eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

PIACENTI, Carlos Alberto et al. Os impactos dos reservatórios das hidrelétricas no desenvolvimento microrregional. **Relatório Final de Pesquisa do Projeto 612/Fundação Araucária**. Toledo: Unioeste/C. de Toledo, 2002.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Revista Projeto História** n. 14, fev.1997. São Paulo: EDUC.

\_\_\_\_\_. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Revista Projeto História** n. 10, São Paulo: EDUC, 1993.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História** n 14, fev.1997. São Paulo: EDUC. FERREIRA, M ; AMADO, J. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PRATA, Maria Regina. Foucault e os modos de subjetivação. **Cadernos do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos**, Rio de Janeiro: Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos. v.1 n. 1, p. 37-40, 2001.

RAISON, Jean-Pierre. Migração. Tradução de Irene Gil. In: **Enciclopédia Einaudi, v.8. Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.



RIBEIRO, Sarah I. G.T. Um passe de mágica: breve ensaio sobre a inexistência de índios no Oeste paranaense. **Tempo da Ciência**, Toledo/Pr.: Ed. Toledo, v. 8, n. 15, p. 59-68, 2001.

\_\_\_\_\_. Índios e Brancos no Oeste do Paraná: fronteiras ou fricção interétnica. **Tempos históricos**, Cascavel - Pr, v. 2, n. 1, p. 7-233, 2000;

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaudi, v.8. Região**. Porto: Inova/Artes Gráficas, 1996

SCHALLENBERGER, E. ; COLOGNESE, Silvio Antônio ; GREGORY, Valdir. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e Memória. **Estudos Ibero-Americanos**, v.32, n.1, p.85-97, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História** (16) fev. 1998. São Paulo: PUC-SP, 1998.

SCHREINER, Davi Félix. Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná). **Tese de doutorado**. São Paulo: USP, 2002. p.329-359.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Otávio Mieluik Luiz Piguelli. **Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares**. SAO PAULO: Marco Zero, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre as relação entre história oral e as memórias. **Revista Projeto História** (15) abr. 1997. São Paulo: PUC-SP, 1997.

THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da teoria ou um Planetário de Erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul **A voz do passado: história oral**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAINER, Carlos Bernardo ; ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WUNDER, Roni. O grupo de estudos multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do setor elétrico brasileiro e da legislação ambiental no Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Curitiba: UFPR, 2003.

WEBGRAFIA:

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Banco de Informações de Geração – BIG**. 2003. Disponível em: [www.aneel.gov.br/15.htm](http://www.aneel.gov.br/15.htm), acesso dia 12/12/2006.

\_\_\_\_\_. **ATLAS DA ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL**. 2.ed. Disponível em: [http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/04-Energia\\_Hidraulica\(2\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/04-Energia_Hidraulica(2).pdf) acesso dia 12/12/2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de inauguração da primeira turbina da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias**. 26/03/1999. Íntegra, Agência Brasil, Radiobras. Disponível em: [http://www.radiobras.gov.br/integras/99/integra\\_2603\\_1.htm](http://www.radiobras.gov.br/integras/99/integra_2603_1.htm). Acesso dia 12/12/2006

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Destaques do nosso trabalho: CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu**. Disponível em: <http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=187&eid=131>, acesso em 09/11/2006.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL. **Usina Hidrelétrica de Salto Caxias**. Disponível em: ([http://home.copel.com:9090/PagCopel.nsf/docsap/BE9D34467AAF883403256B760042E91F?OpenDocument&secao=GER%3Ausinas%3Ahidreletricas&\)](http://home.copel.com:9090/PagCopel.nsf/docsap/BE9D34467AAF883403256B760042E91F?OpenDocument&secao=GER%3Ausinas%3Ahidreletricas&). Acesso em 22/06/02

\_\_\_\_\_. **Iniciativas ambientais**. Curitiba: 03/10/2006. Disponível em: <http://www.copel.com/pagcopel.nsf/docsap/980F1648A92B5E9E03256B7A00697BA5?OpenDocument>, acesso: 10/11/2006

CORTEZ, Henrique. **“Este modelo de desenvolvimento é insustentável”**. Disponível em: [http://www.ecodebate.com.br/Principal\\_vis.asp?cod=711&cat=3](http://www.ecodebate.com.br/Principal_vis.asp?cod=711&cat=3), acessado em 06 de junho de 2006

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC n.21, 1998. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. Acesso dia 14/12/2006

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTA – UNEP.  
**Declaração sobre o meio ambiente humano.** Estocolmo, junho de 1972.  
Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=2E2CCD38332A46900D943F55F3DCA985?id=243>. acesso dia 12/12/2006

**The National Environmental Policy Act of 1969.** Washington, EUA, 1970.  
Disponível em: <http://www.nepa.gov/nepa/regs/nepa/nepaeqia.htm>.  
Acesso dia 13/12/2006.

## MÚSICA

ARANTES, Guilherme. Planeta água. In. \_\_\_\_\_. **Guilherme Arantes.** [S.l]: EMI-Odeon Brasil, 2004. 1 CD, Faixa 2. Coleção Talentos.

## **ANEXOS**